



ISSN 1806-678X

Revista  
**Contemporânea**  
de ciências sociais  
aplicadas da Faplan

jan./jun.  
2007  
ano 4  
n. 6

**FAPLAN**  
EDITORA

*méritos*  
editora



Diretor da FAPLAN

*Prof. dr. Lorivan Fisch de Figueiredo*

Coordenador editorial

*Prof. ms. Sidinei Cruz Sobrinho*

Conselho editorial

*Prof. dr. Ricardo Timm de Souza*  
PUCRS

*Prof<sup>ª</sup>. dr<sup>ª</sup>. Ruth M. Chittó Gauer*  
PUCRS

*Prof<sup>ª</sup> phd. Maria Emília Camargo*  
UCS

*Prof. Néstor Silva*  
Universidad de Buenos Aires

*Prof. phd. Gilson Lima*  
UFRGS e IPA

*Prof. dr. Jairo Laser Procianoy*  
UFRGS

*Prof. dr. Carlos Ricardo Rossetto*  
UNIVALI

*Prof<sup>ª</sup>. dr<sup>ª</sup>. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger*  
UNIJUÍ

*Prof. dr. Lorivan Fisch de Figueiredo*  
FAPLAN

*Prof<sup>ª</sup>. dra. Sandra Leal*  
FAPLAN

*Prof. ms. João Paulo Agostini*  
FAPLAN

*Prof. ms. Claudionor Guedes Laimer*  
FAPLAN

*Dra. Luciana Londero Brandli*  
UFSC

Revista  
**Contemporânea**  
de ciências sociais  
aplicadas da Faplan

janeiro/junho • 2007 • ano 4 • n. 6

**FAPLAN**  
EDITORA

*méritos*  
editora

Capa, diagramação e edição  
*Charles Pimentel da Silva*

Normatização  
*Maria José Cruz - CRB 10/604*

Coordenador editorial - *Faplan*  
*Sidinei Cruz Sobrinho*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Revista Contemporânea de Ciências Sociais Aplicadas da  
FAPLAN / Faculdades Planalto -  
ano 4, n. 6 (jan./jun. 2007) - Passo Fundo: FAPLAN, 2004-

Semestral  
ISSN 1806-678X

1. Ciências sociais aplicadas – Periódico  
2. Administração 3. Direito 4. Ciências Contábeis  
I. Faculdades Planalto

---

Bibliotecária responsável: Maria José Cruz CRB 10/604

*Méritos Editora Ltda.*  
Página na internet: [www.meritos.com.br](http://www.meritos.com.br)  
E-mail: [sac@meritos.com.br](mailto:sac@meritos.com.br)



© 2007, *Faplan*

*Direitos exclusivos. Nenhuma parte desta obra, sem  
autorização da editora, poderá ser reproduzida ou  
retransmitida eletronicamente, por fotografia, gravação  
ou quaisquer outros tipos de cópia ilegal.*



*Revista Contemporânea de Ciências Sociais Aplicadas da FAPLAN*

*Rua Paissandu, 1200 - Bairro Centro  
Passo Fundo - RS - CEP: 99.010-101  
Fone: (54) 3045-1033  
E-mail: [revistacontemporanea@faplan.edu.br](mailto:revistacontemporanea@faplan.edu.br)  
Home page: [www.faplan.edu.br](http://www.faplan.edu.br)*



# Editorial

*O que é válido para a escritura e para uma relação amorosa é válido também para a vida. O jogo somente valeu a pena na medida em que se ignora como se acaba.*

(FOUCAULT, Michel)

Quando um pesquisador, estudante, curioso se lança num processo investigativo sério e comprometido, dá início ao jogo que produz conhecimento. O resultado é sempre surpreendente, por mais que previsível. O ato de escrever se inicia com uma série de hipóteses a serem confirmadas e é justamente nesse processo argumentativo de confirmação ou refutação dessas premissas hipotéticas que se aprende. Descobre-se o oculto sob o segredo lúdico das palavras que nos conduzem como um vício à busca do saber.

O processo de elaboração e construção da *Revista Contemporânea* conta com a participação de exímios jogadores. São mestres e doutores que pensam estratégias de construções argumentativas capazes de conduzir o leitor à participação efetiva no conhecimento e não a ser mero espectador de um saber fixo e trivial.

Servindo-se da analogia realizada por Foucault, pode-se dizer que a *Revista Contemporânea* tem apresentando essa possibilidade diferencial a seus leitores, participar do seu processo de construção. Temos recebidos vários textos com intenção de publicidade além de sugestões construtivas para qualificação da mesma.

Nesta edição inauguramos a primeira publicação em língua estrangeira, o que demonstra a atenção que o periódico vem recebendo por parte dos pesquisadores e acadêmicos de outras instituições. O caráter multidisciplinar da revista é outro diferencial estratégico que possibilita ao leitor aproximar-se também de outros conceitos e compreensões de outras áreas das ciências sociais aplicadas.

Enfim, caro leitor, vire a página e inicie o jogo. Verás que o fim é sempre uma surpresa, pois dependerá agora da sua participação cognoscitiva e crítica no decorrer da sua leitura e estudo.

*Prof. ms. Sidinei Cruz Sobrinho*  
*Coordenador editorial*

# Sumário

## **SEÇÃO I - ADMINISTRAÇÃO**

- Lembrança de marca e intenção de compra: um estudo no varejo de eletrodomésticos  
*Aline Mara Meurer, Fabrise Muller, Rafael Andretti, Renata Gonzalez* ..... 11
- The characterization of a network among farmers in the gaucho chain of beef  
*Luis Kluwe Aguiar, Alessadra Costenaro Maciel, Julio Otavio Jardim Barcellos, Guilherme Cunha Malafaia, Roni Blume* ..... 31
- Modelos de desenvolvimento econômico local e o mercado habitacional  
*Gustavo Londero Brandli, Luciana Londero Brandli* ..... 55

## **SEÇÃO II - DIREITO**

- Comunidades tradicionais vivências e conquistas para a preservação da diversidade biológica e cultural  
*Carolina Giordani Kretzmann, Raquel Fabiana Lopes Sparemberger* ..... 73
- Justiça internacional: considerações a partir do pensamento de John Rawls e Amartya Sen  
*Neuro José Zambam* ..... 95

- A atividade jurisdicional e o processo hermenêutico para concretização do direito por meio da proporcionalidade  
*Fernanda Demarchi Matielo* ..... 119

### **SEÇÃO III - CONTÁBEIS**

- A experiência do Brasil pós-programas de estabilização: câmbio fixo, estabilização de preços, insustentabilidade fiscal, dívida pública e incerteza macroeconômica  
*Luís Antônio Sleimann Bertussi* ..... 143
  
- Redes de empresas: uma análise do desempenho empresarial  
*Claudionor Guedes Laimer* ..... 169

POLÍTICA EDITORIAL ..... 185

PEDIDO DE ASSINATURA ..... 191



Seção I

# Administração

**Lembrança de marca e intenção de compra:  
um estudo no varejo de eletrodomésticos**

*Aline Mara Meurer, Fabrise Muller,  
Rafael Andretti, Renata Gonzalez*

**The characterization of a network among  
farmers in the gaúcho chain of beef**

*Luis Kluwe Aguiar, Alessadra Costenaro Maciel,  
Julio Otavio Jardim Barcellos,  
Guilherme Cunha Malaíia, Roni Blume*

**Modelos de desenvolvimento econômico local  
e o mercado habitacional**

*Gustavo Londero Brandli,  
Luciana Londero Brandli*





# **Lembrança de marca e intenção de compra**

## **um estudo no varejo de eletrodomésticos**

---

*Aline Mara Meurer\*, Fabrise Muller\*\*,  
Rafael Andretti\*\*\*, Renata Gonzalez\*\*\*\**

---

**Resumo:** É crescente o número de empresas que se valem de pesquisas de lembrança de marca para divulgar e fortalecer sua imagem diante de seu mercado de atuação. Este trabalho tem como propósito avaliar a relação existente entre lembrança de marca e intenção de compra junto ao público feminino no segmento de eletrodomésticos. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa do tipo *survey* conduzida na cidade Pelotas, Rio Grande do Sul no período de outubro de 2005. A amostra para

---

\* Mestre em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); especialista em Gestão em Marketing de produtos e serviços pela Universidade de Passo Fundo (UPF); professora da FAPLAN (Faculdades Planalto). Email: <aline@faplan.edu.br>.

\*\* Mestranda em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); especialista em Gestão de Recursos Humanos e Marketing pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: <fabrise.sma@terra.com.br>.

\*\*\* Mestrando em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); graduado em Administração pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); especialista em Administração de Marketing pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/Canoas); professor na Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Email: <rafael@comparte.com.br>.

\*\*\*\* Mestranda em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); especialista em Gestão Empresarial pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). E-mail: <renata@shoppingbrasil.com.br>.

fins de pesquisa abrangeu o público feminino, considerado economicamente ativo, compreendido entre 15 e 69 anos de idade. A escolha pelo varejo de eletrodomésticos justifica-se em função do crescimento da aquisição de bens duráveis por consumidores de todas as classes sociais nos últimos anos e, também, por apresentar lojas conceituadas e conhecidas pelo público-alvo. Os resultados indicaram existir divergências entre a lembrança de marca e a intenção de compra, ou seja, nem sempre a marca mais lembrada foi considerada a primeira opção de compra do consumidor, o que demonstra que variáveis como *serviços, preços, prazos e formas de pagamento* exercem diferentes papéis na decisão de compra dos consumidores. Através de análises estatísticas pode-se verificar várias associações entre perfis, motivações de compra e escolhas do consumidor, relacionados à lembrança de marca e intenção de compra.

**Palavras-chave:** Varejo. Intenção de compra. Lembrança de marca.

**Abstract:** It is increasing the number of companies that make use of brand recall poll to disclose and strengthen the image before their performance market. This research aims to assess the existing relation between brand recall and purchase intention with the female public. In order to do it, a survey research was used, it was carried out in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul state in october 2005. The sample for the research purposes comprised the female public, considered economically active, ages 15 through 69. The research carried out was on the domestic appliances market, whose choice is justified on account of the growth of valuable goods purchase by consumers of all social classes over the last years and, too, for presenting worthy and known stores by the target public. The outcomes indicate the existence of divergences between the brand recall and the purchase intention, that is, not always the evoked brand is considered the consumer's first purchase option, which shows that variables such as *services, pricing, deadline and payment terms* play different roles on the consumers' purchase decision. Through the statistical analyses is possible to understand several associations among profiles, motivations and choices with specific aspects, connected to the brand recall and purchase intention.

**Keywords:** Retail. Purchase intention. Brand recall.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos vinte anos, principalmente, estudos vêm sendo realizados no intuito de melhor compreender a importância das marcas no processo decisório do consumidor. Investimentos por parte das empresas são efetuados no desenvolvimento e fortalecimento de marcas, orientados pela crença de que



uma marca não significa apenas um nome ou logotipo e sim uma reputação que permanece após experiências reais de consumo (BERRY, 2005) e que impactam as escolhas do consumidor.

Nesse sentido, autores como Aaker (1991; 1996), Shimp (2002) e Keller (2000) consideram que marcas poderosas trazem inúmeros benefícios às empresas, entre os quais, aumento dos ativos intangíveis da empresa, diferenciação e possibilidade de criação de vínculos emocionais com o consumidor, fundamentais à preferência e aquisição diante de ofertas similares. Com a crescente expansão e concentração do varejo, a rivalidade entre empresas de bens de consumo aumentou a busca por alternativas e ferramentas que as possibilitem influenciar nas decisões do consumidor e, por consequência, aumentar a participação no mercado. (HOCH, 1996). Empresas lutam para tornarem-se líderes e constroem em torno de produtos e serviços ofertados aos clientes uma marca, capaz de transmitir conceitos e diferenciá-las dos concorrentes.

Este estudo objetiva avaliar a relação existente entre lembrança de marca e intenção de compra no varejo de eletrodomésticos. Para tanto, optou-se por realizar uma *survey* junto ao público feminino considerado economicamente ativo da cidade de Pelotas/RS. O estudo, motivado por teorias desenvolvidas acerca do papel que as marcas fortes exercem na etapa da compra e pelos fatores que permeiam o processo decisório, busca verificar se marcas fortes de varejo também tornam-se preferidas pelos consumidores no momento da compra.

## **Marcas**

Vivemos em um mundo de marcas, pondera Shimp (2002). O termo “*marca*” é uma forma conveniente (e apropriada) para descrever qualquer objeto de esforços orquestrados em *marketing*. Não se trata apenas um nome, um logotipo ou *slogan*, mas uma percepção muito forte das pessoas quando expostas a esses elementos.

Uma marca bem sucedida e respeitada é um ativo inestimável, podendo tornar se em importante vantagem às empresas que as comercializam. (SHIMP, 2002). Da perspectiva do consumidor, marcas respeitadas oferecem a garantia de um desempenho consistente e fornecem benefícios variados como *status* e prestígio. Um marca, representa um acordo com o consumidor, e a simples menção de seu nome gera expectativas sobre o que proporcionará em termos de qualidade, conveniência, conforto etc.

A comunidade financeira já reconhece o valor de marcas fortes e as empresas que conseguem valer-se são consideradas “vencedoras”, confirma Light (1998). Uma marca identifica uma fonte de promessa ao consumidor, mesmo que o produto sofra alterações no decorrer do tempo. Marcas poderosas (LIGHT, 1998) são dotadas de algumas características tidas como fundamentais, como familiaridade, autoridade (promessa confiável) e caráter especial (diferenciação). O autor salienta que este deve ser o objetivo do *marketing* quando se fala em marcas, ou seja, empresas que almejam sucesso no mundo das marcas devem associá-las a uma promessa relevante, diferenciada, confiável e líder. (LIGHT, 1998). Trata-se de um processo que, muitas vezes, demanda tempo, mas que configura-se em vantagem competitiva aos detentores da marca. O valor da marca tem sido definido de muitas formas, entretanto, sob a perspectiva do consumidor, significa que esta possui valor à medida que os consumidores se familiarizam com as mesmas ou à medida que os consumidores armazenam em sua memória associações favoráveis, fortes e únicas. (SHIMP, 2002).

De acordo com Fonseca e Mello (2005), as empresas constroem suas marcas baseadas nas perspectivas dos consumidores. Tais perspectivas permitem às empresas maximizar a possibilidade dos clientes se identificarem com as marcas, pois são arquitetadas em cima de valores destes mesmos clientes. Essa relação reside na forma de como a marca é intencionada no plano da consciência, ou seja, o que os consumidores têm aprendido, sentido, visto e ouvido a respeito de uma determinada marca. Isso é resultado das experiências vivenciadas rotineiramente e, para que esse relacionamento aconteça (FONSECA; MELLO, 2005) é preciso que o cliente perceba que a relação com a marca traz benefícios.

Nesse contexto, pode-se afirmar que uma marca apresenta uma série de dimensões pelas quais o consumidor a percebe. (MUNIZ; MARCHETTI; 2005). Em produtos similares, por exemplo, estudos já demonstraram que a marca é um elemento de diferenciação e determinante no momento da escolha do consumidor. A verdadeira força das marcas (KELLER, 2000) reside na mente dos clientes, sendo responsabilidade dos profissionais construir um *mapa* detalhado do conhecimento existente na mente dos consumidores em relação à determinada marca.

Urdan e Urdan (2001) afirmam que quando o consumidor avalia um produto ou serviço, considera seus atributos intrínsecos (cor e textura) e extrínsecos (marca, propaganda). “Conhecer os atributos mais importantes no julgamento do comprador é uma informação crítica para as decisões tomadas pelos administradores de marketing”, salientam os pesquisadores. Nesse caso, se

o atributo *marca* pesa mais, os recursos da empresa devem gerar maiores retornos ao apoiarem estratégias destinadas a valorizá-la, construir uma imagem favorável, influenciar os consumidores no ponto de venda entre outros.

Em seu estudo sobre comunicação de marcas, Mello e Brito (2001) salientam que quando consumidores fazem suas escolhas entre marcas, consideram racionalmente características práticas sobre as capacidades funcionais e, ao mesmo tempo, avaliam diferentes personalidades de marcas. Assim, essas marcas podem ser funcionais – avaliação racional das habilidades da marca em satisfazer necessidades práticas; ou simbólicas – um nível mais emocional, onde os produtos são avaliados em termos do que podem fazer, e acima de tudo sobre a possibilidade de comunicarem algo. (MELLO; BRITO, 2001). Ainda, no mesmo estudo, os autores apresentam as definições sobre os diferentes graus de dimensões. Ou seja, alta-representatividade e alta-funcionalidade, quer dizer, marcas “com excelência funcional e, ao mesmo tempo, com forte valor simbólico, sendo verdadeiras porta-vozes da auto-imagem dos consumidores”. Ou então, baixa-representatividade e baixa-funcionalidade (têm necessidade utilitária, porém comunicam pouco sobre si mesmas).

Consciência de marca consiste em saber se o nome de uma marca vem à cabeça quando os consumidores pensam em determinada categoria de produto e, também, com que facilidade o nome é lembrado. (SHIMP, 2002). Esta *consciência* é a dimensão básica do valor de marca, e levar à *consciência de marca* é o desafio inicial das empresas. Já, manter altos níveis de consciência é a meta de todas as marcas já estabelecidas. O *reconhecimento de marca*, continua o autor, reflete um nível relativamente superficial de consciência, enquanto que *lembrança de marca* reflete uma forma mais profunda de consciência.

A imagem pode ser analisada a partir dos tipos de associações que vêm à cabeça do consumidor quando ele vê determinada marca, ratifica Shimp (2002). E uma *associação* é definida como os pensamentos ou as imagens que um consumidor tem sobre uma marca. Considerando-se as afirmações, pode-se dizer que há pouco reconhecimento de valor de marca. Para Shimp (2002, p. 35), isso ocorre porque os consumidores: 1º) têm vaga consciência dessas marcas ou, pior ainda, são completamente desconhecidas para eles, ou 2º) mesmo que as conheçam, eles não fazem associações fortes, favoráveis e únicas com essas marcas.

Kotler (1998), por fim, segmenta o mercado por padrões de lealdade dos consumidores. Os *altamente leais*, são os que compram sempre a mesma marca; os leais divididos são leais a duas ou três marcas (e este grupo está aumentan-

do rapidamente); os leais mutantes trocam uma marca favorita por outra e os indecisos não mostram lealdade a nenhuma marca. O autor sugere que ao analisar as características de seus consumidores altamente leais, a empresa pode identificar as forças de seus produtos.

## **1 Processo de decisão de compra do consumidor**

A sociedade está voltada ao consumo. Considerando essa premissa, Richers (2000) fez inferências quanto à configuração econômica instaurada no Brasil a partir da década de 80 e suas conseqüências, no que diz respeito a padrões de comportamento de compra dos indivíduos. Aspectos referentes à variedade, qualidade dos produtos, inovação tecnológica, preço e apelos promocionais são alguns dos elementos capazes de influenciar e, até mesmo, definir decisões de compra do consumidor, já que ele visa uma compra ideal.

No processo de decisão de compra, os consumidores fazem uso de critérios para avaliar qual loja vai ao encontro de suas necessidades e comparam opções embasados em suas percepções de *performance* das lojas. (BLACKWELL; MINIARD; ENGEL, 2005). A escolha da loja por um consumidor acontece de acordo com sua percepção de valor (BAKER et al., 2002), a qual pode ser conceituada por Zeithaml (1988) como um *trade-off* entre o que é dado e o que é recebido.

Messinger e Narasimhan (1997), ponderando sobre o varejo, acreditam, que a escolha dos consumidores baseia-se em sortimento, preço, conveniência transacional relacionada a tempo de compra, logística e utilidade da experiência de compra. Isso torna o processo de decisão de compra bastante complexo, principalmente quando se refere a produtos com maior valor agregado ou de alto envolvimento.

O ato de comprar é uma atividade motivada pela crença de que suas conseqüências farão a vida de uma pessoa mais feliz, comenta O'Shaughnessy (1989), além de que, os produtos funcionam como uma espécie de guia de comportamento, estando relacionados ao desempenho de papéis específicos na vida social das pessoas. (SOLOMON, 1983). Os bens, ainda, assumem diferentes níveis de significados e importância às pessoas, transcendendo sua utilidade e valor comercial. Todavia, em função de que os consumidores necessitam ou desejam obter produtos e serviços por preços adequados (CAPORAL; CERETTA, 2004), buscando obter vantagens, eles perseguem descontos, percorrem lojas e efetuam pesquisas até sua tomada de decisão.



Assim, consumidores buscam informações relevantes que possam contribuir para a tomada de decisão. (BLACKWELL et al., 2005). Tais buscas diferenciam-se dependendo da complexidade da compra. Para bens, onde o risco percebido da compra aumenta, conseqüentemente, aumenta também a busca por informações. Exemplos disso são a compra de um automóvel, de uma casa e até mesmo um eletrodoméstico, objeto do presente estudo.

Os consumidores realizam buscas até sentirem-se seguros de sua escolha, ou até que os benefícios (melhor tomada de decisão) não mais ultrapassem os custos envolvidos. (BLACKWELL et al., 2005). Fazer a melhor escolha é o principal benefício da busca e esse depende do risco percebido que representa a incerteza do consumidor. Assim, quanto maior o risco, ou quanto maior a diferença percebida pelos consumidores entre os produtos ofertados, maior será a busca por informações consistentes, diz Blackwell et al. (2005). Isso justifica a complexidade do comportamento de compra do consumidor e a maneira pela qual as informações relevantes ao processo decisório são adquiridas e avaliadas, podendo não apenas definir a compra atual, mas também levar o consumidor a lojas específicas.

### **1.1 Comportamento feminino de compra**

Segundo Sauerbronn (2003), o comportamento de consumo feminino vem sendo negligenciado por estudiosos de *marketing* e comportamento do consumidor, especialmente no Brasil. Muito embora, a ótica feminina de consumo tenha ganhado algum espaço a partir do início da década passada, ainda assim, o estudo das formas de consumo feminino apresenta espaço muito limitado.

A discussão do consumo feminino é entendida aqui como uma perspectiva do gênero e, não simplesmente, da condição sexual feminina. O sexo se refere a uma condição biológica, enquanto o gênero é uma categoria sociocultural que está relacionada às formas com que homens e mulheres são socializados em regras e papéis masculinos e femininos. (SAUERBRONN, 2003).

No passado, o estudo do comportamento do consumidor estava focado primariamente, nas formas como a mulher era representada na propaganda e nas diferenças entre gêneros e suas implicações à compreensão e à previsão do comportamento de consumo. (SAUERBRONN, 2003). A perspectiva, portanto, apesar de focalizar as diferenças entre os sexos, era fundamentalmente masculina, uma vez que entendia os fenômenos relacionados ao consumo

como igualmente aplicáveis a homens e mulheres. Focalizava um problema demográfico, portanto. A proposta deste artigo não é encontrar diferenças entre gêneros, mas, sim, encontrar as diferenças percebidas pelo gênero feminino. O estudo do comportamento feminino baseado nas vozes e experiências das mulheres pode sugerir problemáticas de consumo adicionais que, por surgirem de experiências femininas, podem estar sendo largamente ignoradas. (SAUERBRONN, 2003).

## **2 Método**

O método utilizado foi uma *survey* com objetivo de avaliar os diferentes comportamentos referentes à lembrança de marcas de lojas de eletrodomésticos e intenção de compra por mulheres da cidade de Pelotas. A base para o desenvolvimento deste estudo teve como objetivo, num primeiro momento, definir um perfil econômico social simplificado das entrevistadas e, depois, comparar o comportamento dessas entrevistadas no papel de consumidoras ativas, quando se refere à lembrança de marca como fato isolado ou como de suma importância e proximidade no momento da opção pela compra.

### **2.1 Determinação da população e da amostra**

Neste estudo, a amostra foi composta por 278 pessoas, dentre as quais, mulheres, habitantes do município de Pelotas/RS, compreendidas entre 15 e 69 anos de idade. A justificativa referente a esse intervalo de idades, está no fato de esta faixa etária poder ser classificada como economicamente ativa. A técnica de amostragem escolhida foi a por quotas, determinadas a partir das informações do Instituto de Pesquisa (ITEPA) da Universidade Católica de Pelotas, baseadas nas variáveis sexo e idade. Ainda, utilizou-se como filtro as variáveis, renda familiar mensal e nível de instrução.

### **2.2 Procedimento de coleta dos dados**

A coleta dos dados foi realizada por uma equipe de três entrevistadores, membros da Empresa Jr. da Universidade Católica de Pelotas, orientados pelos autores desta pesquisa. As entrevistas ocorreram entre os dias 17 e 27 de outubro de 2005, de forma aleatória, em vários pontos de tráfego intenso na ci-

dade, como por exemplo, calçada central, Universidade Católica e o Centro Federal de Educação Tecnológica. O instrumento para coleta dos dados foi um questionário estruturado constituído, em sua maioria, por questões fechadas.

### **2.3 Validade de conteúdo e pré-teste**

Para validar o conteúdo das questões formuladas, o questionário foi submetido a professores da área para análise de sua consistência. As sugestões foram incorporadas ao instrumento de pesquisa para posterior aplicação. O pré-teste foi realizado aplicando-se o questionário em entrevistas pessoais e sucessivas em 15 pessoas integrantes da população da pesquisa. As correções foram sendo incorporadas a cada novo teste, até o momento em que se julgou o instrumento como adequado e de fácil compreensão por parte dos entrevistados.

### **2.4 Análise dos dados**

Utilizou-se, para a análise dos dados, o pacote estatístico SPSS 13.0. A análise univariada foi realizada para determinar a distribuição da amostra, de acordo com as características socioeconômicas e com os comportamentos das consumidoras. Posteriormente, a análise bivariada foi conduzida com intento de verificar a associação estatística entre variáveis socioeconômicas e comportamentais, com obtenção dos valores de q-quadrado de *pearson* (p-valor). Foram consideradas associações estatisticamente significativas aquelas que apresentaram valores de  $p < 0,05$ . As variáveis que na análise bivariada mostraram um valor de  $p < 0,2$  foram levadas à regressão logística, para a obtenção de estimativas de *odds ratio* (OR). O modelo hierárquico utilizado considerou, no primeiro nível, as variáveis socioeconômicas e demográficas; no segundo, as variáveis comportamentais e, como desfecho, a intenção de compra na loja lembrada.

## **3 Análise dos resultados**

Pode-se observar (Tabela 1) que a maioria das entrevistadas se enquadra na faixa etária de 21 a 26 anos de idade (20,9%), havendo um predomínio de solteiras (49,7%). 33% por cento apresentavam ensino superior incompleto e

29,1% possuíam uma renda familiar de R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00. Cerca de metade da amostra (56,1%) referiu intenção de comprar o eletrodoméstico na loja lembrada inicialmente. O motivo predominante à escolha da loja foi o preço (38,2%).

Tabela 1 - Descrição da amostra segundo as variáveis demográficas, socioeconômicas e de padrão de compra.

	n = 278*	%
<b>Idade</b>		
De 15 a 20 anos	24	8,7
De 21 a 26 anos	80	20,9
De 27 a 32 anos	43	15,6
De 33 a 38 anos	34	12,3
De 39 a 44 anos	31	11,2
De 45 a 50 anos	27	9,8
De 51 a 56 anos	11	4,0
De 57 a 62 anos	11	4,0
De 63 a 69 anos	15	5,4
<b>Estado civil</b>		
Casada	85	30,8
Solteira	137	49,7
Divorciada	42	15,2
Viúva	12	4,3
<b>Escolaridade</b>		
Ensino fundamental incompleto	23	8,3
Ensino fundamental completo	13	4,7
Ensino médio incompleta	15	5,4
Ensino médio completo	47	17,0
Superior incompleto	92	33,3
Superior completo	56	20,2
Pós-graduação incompleta	10	3,6
Pós-graduação completa	21	7,6
<b>Renda familiar</b>		
Até R\$ 500,00	31	11,3

	n = 278*	%
De R\$ 501,00 a R\$ 1500,00	80	29,1
De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	55	20,0
De R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00	32	11,6
De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00	29	10,5
De R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00	15	5,5
De R\$ 3.501,00 a R\$ 4.000,00	12	4,4
Acima de R\$ 4.000,00	21	7,6
<b>Lembrança da marca e opção de compra</b>		
A loja lembrada foi a 1° opção de compra	156	56,1
A loja lembrada foi a 2° opção de compra	34	12,2
A loja lembrada não foi opção de compra	88	31,7
<b>Motivo da escolha</b>		
Atendimento	69	27,7
Preço	95	38,2
Formas de pagamento	42	16,9
Prazo de pagamento	13	5,2
Tradição	12	4,8
Outro	18	7,2

\* As perdas nas variáveis idade, estado civil, escolaridade, renda familiar e motivo da escolha foram, respectivamente: 2 (0,7%), 2 (0,7%), 1 (0,4%), 3 (1,1%) e 29 (10,1%).

Fonte: Dados primários (2005).

No que diz respeito às marcas lembradas, pode-se observar (Tabela 2) que a mais freqüentemente referida foi a loja Colombo, tanto como primeira marca lembrada quando se pensa em comprar um eletrodoméstico (39,9%), quanto como primeira opção de compra (33,1%). As marcas mais citadas como segunda opção de compra foram as lojas Manlec e Ponto Frio, ambas com freqüência de 12,9%.

Tabela 2 - Frequências de lembrança da marca e primeira e segunda opção de compra, de acordo com cada marca.

	Lembrança		1° Opção		2° Opção	
	N	%	N	%	N	%
Arno	12	4,3	5	1,8	14	5,0
Big	6	2,2	29	10,4	15	5,4
Brascon	1	0,4	0	-	0	-
Casa Weege	0	-	1	0,4	0	-
Casas Bahia	8	2,9	5	1,8	5	1,8
Colombo	111	39,9	92	33,1	35	12,6
Continental	1	0,4	1	0,4	11	4,0
Deltasul	12	4,3	12	4,3	22	7,9
Lojão Oba-Oba	1	0,4	0	-	0	-
Magazine Luiza	20	7,2	14	5,0	25	9,0
Manlec	36	12,9	30	10,8	36	12,9
Obino	25	9,0	29	10,4	35	12,6
Ponto Frio	41	14,7	43	15,5	36	12,9
Prova Móveis	0	-	0	-	1	0,4
Quero-Quero	2	0,7	2	0,7	0	-
Tumelero	0	-	0	-	1	0,4
Não responderam	2	0,7	15	5,4	42	15,1

Fonte: Dados primários (2005).

### 3.1 Análise bivariada

Ao examinar as questões presentes no instrumento de pesquisa, foi realizada a análise bivariada dos dados obtidos para que se tornasse possível uma avaliação mais aprofundada quanto à significância, transformando-os em informações concretas referentes ao propósito central da pesquisa.

A tabela abaixo, demonstra, pela análise bivariada, que as variáveis relativas à escolaridade ( $p = 0,005$ ), renda ( $p = 0,013$ ) e ao motivo da escolha ( $p = 0,001$ ) apresentaram associação estatisticamente significativa com a intenção de compra na primeira loja lembrada, enquanto que as variáveis idade e estado civil não apresentaram associações significativas ao estudo.



A tabela 3 apresenta os resultados quanto às variáveis consideradas pelos consumidores na relação lembrança de marca e intenção de compra.

Tabela 3 - Distribuição das variáveis demográficas, socioeconômicas e comportamentais de acordo com a intenção de comprar na primeira loja lembrada, com seus respectivos valores de p.

	Compraria na loja lembrada (%)	Não compraria na loja lembrada (%)	<i>p-valor</i>
<b>Idade</b>			0,374
De 15 a 20 anos	62,5	37,5	
De 21 a 26 anos	61,0	39,0	
De 27 a 32 anos	53,5	46,5	
De 33 a 38 anos	41,2	58,8	
De 39 a 44 anos	51,6	48,4	
De 45 a 50 anos	48,1	51,9	
De 51 a 56 anos	63,6	36,4	
De 57 a 62 anos	81,8	18,2	
De 63 a 69 anos	60,0	40,0	
<b>Estado civil</b>			0,737
Casada	54,1	45,9	
Solteira	59,0	41,0	
Divorciada	50,0	50,0	
Viúva	58,3	41,7	
<b>Escolaridade</b>			0,005*
Ensino fundamental incompleto	65,2	34,8	
Ensino fundamental completo	76,9	23,1	
Ensino médio incompleto	73,3	26,7	
Ensino médio completo	68,1	31,9	
Superior incompleto	51,6	48,4	
Superior completo	46,4	53,6	
Pós-graduação incompleta	40,0	60,0	
Pós-graduação completa	47,6	52,4	
<b>Renda</b>			0,013*
Até R\$ 500,00	74,2	25,8	
De R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00	62,7	37,3	

	Compraria na loja lembrada (%)	Não compraria na loja lembrada (%)	<i>p</i> -valor
De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	43,6	56,4	
De R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00	37,5	62,5	
De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00	44,8	55,2	
De R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00	60,0	40,0	
De R\$ 3.501,00 a R\$ 4.000,00	75,0	25,0	
Acima de R\$ 4.000,00	66,7	33,3	
<b>Motivo da escolha</b>			0,001*
Atendimento	72,5	27,5	
Preço	47,6	52,4	
Formas de pagamento	45,2	54,8	
Prazo de pagamento	30,8	69,2	
Tradição	100,0	-	
Outro	66,7	33,3	

\* Valor de *p* significativo para tendência linear.  
Fonte: Dados primários (2005).

Os resultados indicam que há uma tendência de as pessoas com menor escolaridade apresentarem como primeira opção de compra a marca lembrada. O contrário pode-se dizer daquelas com maior escolaridade, as quais mais frequentemente não apresentaram como primeira opção a marca lembrada.

No que se refere à renda familiar, observa-se que as pessoas que possuem uma renda intermediária (de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00; de R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00; de R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00) apresentaram menor tendência em escolher como primeira opção de compra a loja lembrada quando comparado às pessoas que possuem menor renda ou a renda mais alta da amostra.

Em relação à escolha da marca como primeira opção nota-se que aqueles que alegaram o atendimento como motivo da escolha, mais frequentemente adotaram como primeira opção a marca lembrada. Esse fato demonstra que a prestação de serviços e o atendimento na linha de frente são considerados diferenciais para o consumidor, principalmente quando as empresas possuem produtos pouco diferenciados frente à concorrência e, muitas vezes, similares entre si.

Cabe salientar que, todos os consumidores que se referiram à tradição como motivo de escolha da loja, optaram pela marca lembrada. Esse aspecto demons-

tra que a tradição da loja exerce forte influência na decisão de compra e que a tradição também pode estar associada ao reconhecimento da marca e à associações positivas feitas pelo consumidor. Os resultados ratificam as proposições de Mello e Brito (2001), que afirmam que, ao fazer suas escolhas, os consumidores consideram algumas características sobre as capacidades da marca, sejam funcionais (avaliação racional), sejam simbólicas (avaliação emocional), além de que a reputação da marca pode tornar-se decisiva no momento da escolha.

### 3.2 Análise multivariada

As seguintes variáveis que apresentaram  $p < 0,2$  foram levadas à regressão logística: escolaridade, renda e motivo de escolha.

Tabela 4 - Análise multivariada com estimativas de *odds ratio* (OR) para intenção de comprar na loja lembrada.

	OR ajustado* (IC95%)	P valor
<b>1 Escolaridade</b>		0,258
Ensino fundamental incompleto	1,00	
Ensino fundamental completo	1,99 (0,41 - 9,66)	
Ensino médio incompleto	1,63 (0,40 - 6,97)	
Ensino médio completo	1,37 (0,45 - 4,14)	
Superior incompleto	0,72 (0,25 - 2,05)	
Superior completo	0,70 (0,23 - 2,17)	
Pós-graduação incompleta	0,49 (0,09 - 2,54)	
Pós-graduação completa	0,58 (0,15 - 2,29)	
<b>Renda</b>		0,122
Até R\$ 500,00	1,00	
De R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00	0,68 (0,26 - 1,82)	
De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	0,40 (0,14 - 1,16)	
De R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00	0,31 (0,10 - 1,03)	
De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00	0,47(0,14 - 1,61)	
De R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00	0,87 (0,21 - 3,63)	
De R\$ 3.501,00 a R\$ 4.000,00	1,61 (0,32 - 8,23)	

	OR ajustado* (IC 95%)	P valor
Acima de R\$ 4.000,00	1,15 (0,30 - 4,40)	
<b>2 Motivo da escolha</b>		<b>0,011</b>
Atendimento	1,00	
Preço	0,36 (0,18 - 0,71)	
Formas de pagamento	0,40 (0,16 - 0,95)	
Prazo de pagamento	0,17 (0,04 - 0,67)	
Outro	1,21 (0,37 - 3,95)	

\* As variáveis do primeiro nível estão ajustadas entre si, e a do segundo nível está ajustada às do nível anterior.

Fonte: Dados primários (2005).

Pode-se observar (Tabela 4) que após ajuste para escolaridade e renda, o motivo da escolha manteve-se associado com a intenção de comprar na loja lembrada, com um valor de  $p = 0,011$ .

As entrevistadas que referiram o prazo de pagamento, o preço e as formas de pagamento como motivo da escolha apresentaram uma chance menor (83%, 64% e 60% menores, respectivamente) de escolherem como primeira opção de compra a marca lembrada, quando comparadas às que referiam o atendimento.

No que diz respeito à renda familiar, aquelas com valores de R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00 mostraram uma chance 69% menor de escolherem a marca lembrada como primeira opção de compra, entretanto, tal associação não foi estatisticamente significativa ( $p = 0,122$ ).

## **Considerações finais**

Os varejistas estão ansiosos por descobrir novas estratégias de *marketing*, capazes de colocá-los em posições distintas diante da concorrência. Contar com uma localização conveniente, sortimentos especiais, serviços completos, prazos estendidos de pagamento, além de cartões de crédito próprios, são requisitos considerados pouco eficientes na conquista e retenção dos clientes. (SAIANI, 2004).

Esta pesquisa, que teve como objetivo verificar a relação existente entre lembrança de marca e intenção de compra constatou que uma marca, muito

embora seja a mais lembrada não reproduz na íntegra a intenção do consumidor em efetuar suas compras no mesmo local. Esforços de *marketing* por parte dos varejistas em tornar sua marca mais lembrada reflete a intenção das empresas em fortalecer suas marcas diante dos consumidores no intuito de tornarem-se preferidas dentre outras opções. Berry (2005) e Kotler (2000) afirmam que os consumidores optam por determinada marca por se identificarem com a mesma; por outro lado, a força de uma marca, também associa-se à capacidade de atrair e manter os consumidores ao longo do tempo.

Os resultados demonstraram que o atendimento, na escolha de uma determinada loja, é uma variável que exerce grande influência nas decisões de compra do consumidor, sendo superior às variáveis preço, prazos e formas de pagamento. A tradição da loja foi uma variável atípica no estudo, onde todos os entrevistados que se referiram a esta como motivo de escolha da loja, optaram pela marca mais lembrada, demonstrando a importância da reputação das marcas de lojas no momento da escolha do consumidor.

Entre as pessoas entrevistadas, 31,7% das que lembraram de determinada marca não efetuariam suas compras nesta loja; ainda, 43% das pessoas que lembraram da marca de uma loja não a utilizariam como primeira opção de compra. Isso pode ser explicado pelo fato de que embora a lembrança de marca reflita uma forma mais profunda de consciência (SHIMP, 2002), fatores como preço, atendimento e formas de pagamento interferem diretamente nas escolhas do consumidor.

O presente estudo ainda indica que, apesar de o preço ter sido mais frequentemente apontado como motivo da escolha após o ajuste para renda familiar e escolaridade, as pessoas que o referiram apresentaram uma chance menor de escolherem como primeira opção de compra a marca lembrada. Isto demonstra fragilidade da variável, principalmente, frente às variáveis tradição e atendimento. Esse resultado mostra também que conhecer detalhadamente não apenas o perfil do consumidor, mas os atributos considerados mais importantes no seu julgamento quanto às decisões de compra, torna-se imprescindível ao sucesso de uma organização, remetendo os profissionais de *marketing* a ações estratégicas eficazes, capazes de influenciar o processo decisório dos consumidores e tornarem a marca mais lembrada também a primeira opção de compra.

## REFERÊNCIAS

- AAKER, David. **Managing brand equity**. New York: Free Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Criando e administrando marcas de sucesso**. São Paulo: Futura, 1996.
- BAKER, Julie et al. The influence of multiple store environment cues on perceived merchandise value and patronage intentions. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 66, n. 2, p. 120, apr. 2002.
- BERRY, L. Marcas fortes nos serviços. **HSM Management**, São Paulo, v. 9, n. 49, p. 94-99, mar./abr. 2005.
- BLACKWELL, Roger; MINIARD, Paul; ENGEL, James. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- CAPORAL, Gípsy; CERETTA, Paulo Sérgio. Preço de referência e seu impacto na percepção do consumidor. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.
- FONSECA, Francisco Ricardo Bezerra; MELLO, Sérgio. C. Benício. Clarificando a identidade do fenômeno relacional marca-consumidor: uma visão proveniente da antropologia social. In: ENANPAD, 29, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.
- HOCH, Stephen J. How should national brands think about private labels? **Sloan Management Review**, Cambridge, v. 37, n. 2, p. 89-102, Winter, 1996.
- KELLER, K. L. The brand report card. **Harvard Business Review**, Boston, v. 78, n. 1, p. 147-157, jan./feb. 2000.
- KOTLER, P. **Administração de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LIGHT, Larry. Gerenciando a lealdade. **HSM Management**, São Paulo, n. 7, p. 76-84, mar./abr. 1998.
- MELLO, Sérgio Benício de; BRITO, Maria Cristina. Efetividade da propaganda na comunicação de marcas com diferentes graus de funcionalidade e simbolismo. In: ENANPAD, 25, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.
- MESSINGER, Paul R.; NARASIMHAN, Chakravarthi. A model of retail formats based on consumers' economizing on shopping time. **Marketing Science**, Providence, v. 16, p. 1, 1997.
- MUNIZ, Karlan Muller; MARCHETTI, Renato. Dimensões da personalidade de marca: análise da adequação da escala de AAKER (1997) ao contexto brasileiro. In: ENANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.
- O'SHAUGHNESSY. **Why people buy**. New York: Oxford University Press, 1989.



RICHERS, Raimar. **Marketing**: uma visão brasileira. São Paulo: RRCA, 2000.

SAIANI, Edmour. **Loja viva**: revolução no pequeno varejo brasileiro. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2004.

SAUERBRONN, J. F. Rammelt. Mulheres são diferentes (entre si!): um estudo sobre valores de consumo femininos no esporte. In: ENANPAD, 27, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.

SHIMP, Terence. **Propaganda e promoção**: aspectos complementares da comunicação integrada de *marketing*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOLOMON, M. The role of products as social stimuli: a symbolic interactionism perspective. **Journal of Consumer Research**, v. 10, dec. 1983.

URDAN, Flávio Torres; URDAN, André Torres. O impacto da marca sobre as preferências do consumidor: um experimento com cervejas. In: ENANPAD, 25, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.

ZEITHAML, Valerie A. Consumer perceptions of price, quality and value: a means-end model and synthesis. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 52, p. 2-22, jul. 1988.



# **The characterization of a network among farmers in the gaucho chain of beef**

---

*Luis Kluwe Aguiar\*, Alessandra Costenaro Maciel\*\*,  
Julio Otavio Jardim Barcellos\*\*\*, Guilherme Cunha  
Ma lafaia\*\*\*\*, Maria Emília Camargo\*\*\*\*\*, Roni Blume\*\*\*\*\**

---

**Resumo:** As mudanças no cenário competitivo mundial têm dificultado a sobrevivência das empresas, obrigando-as a estabelecerem relações cooperativas necessárias a sua manutenção e sobrevivência nos mercados. Entretanto, a falta de coordenação e de cooperação é considerada um problema clássico na cadeia da carne bovina. A partir de tais pressupostos, o presente artigo tem como objetivo averiguar como a rede organizacional APROCCIMA, estabelecida por um grupo de produtores de carne

---

\* Senior lecturer at School of Business Royal Agricultural College (RAC) Cirencester – England – UK. E-mail: <luis.aguiar@rac.ac.uk>.

\*\* Professora da Faculdade de Administração – FEAC/UPF, mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: <alessandra.costenaro@gmail.com>.

\*\*\* Senior lecturer of Post Graduate Program Center for Research and Studies in Agribusiness (PPGA/CEPAN) at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <julio.barcellos@ufrgs.br>.

\*\*\*\* PhD candidate in Agribusiness at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), lecturer at University of Caxias do Sul (UCS). E-mail: <gcmalafa@ucs.br>.

\*\*\*\* Pós-doutora em Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão pela Universidade de Algarve, Faro, Portugal (2005-2006); pós-doutora em Controle Estatístico de Qualidade pela Universidade Estadual Técnica de Kazan, Kazan, Rússia (1998); professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional/UNISC e professora do Mestrado em Administração/UCS. E-mail: <kamargo@terra.com.br> e <mariaemiliakamargo@hotmail.com>.

\*\*\*\*\* PhD candidate in Agribusiness at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), lecturer at University of Caxias do Sul (UCS). E-mail: <roniblume@yahoo.com.br>.

bovina, no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), tem respondido às demandas ambientais no segmento da pecuária de corte e como estão sendo promovidos e organizados os relacionamentos sistêmicos para o fortalecimento da rede de interesses que esta se desenvolvendo. Para tanto, realizaram-se entrevistas em profundidade com os seus integrantes. Os resultados apontaram para uma notável importância desse formato organizacional para os parceiros, principalmente no que tange à disseminação do conhecimento, à aprendizagem organizacional, às vantagens competitivas tanto na compra de insumos, equipamentos e máquinas, quanto na comercialização de carnes a preços mais competitivos. Esses fatores podem proporcionar a sustentabilidade do negócio a médio e longo prazo.

**Palavras-chave:** Competitividade sistêmica. Redes de cooperação. Pecuária.

**Abstract:** The changes in the worldwide competitive scenario have caused difficulties for the survival of companies, forcing them to establish necessary cooperative relations for the maintenance and survival in the markets. However, the lack of coordination and cooperation is considered a classic problem in the chain of beef. Taking these presuppositions into account, the purpose of the present article is to verify how the organizational network APROCCIMA, established by a group of beef producers in the state of Rio Grande do Sul (Brazil), has answered to the environmental demands in the meat production sector and how the systemic relationships for the strengthening of the network's interests are being promoted and organized. For such task, in-depth interviews were undertaken with members of the network. The results point to a remarkable importance of this organizational format for the partners, mainly regarding the dissemination of knowledge, organizational learning, competitive advantages in the purchase of inputs, equipments and machines as well as in the commercialization of beef with more competitive prices. These factors can provide the long-term and medium-term sustainability of the business.

**Keywords:** Systemic competitiveness. Cooperation networks. Beef cattle.

## **INTRODUCTION**

The growing weakening of the companies in face of the globalization process and the fast technological changes are causing new forms of management to appear in the business world. In this scenario, companies are establishing interorganizational relationships in order to try to concentrate in their central competences, transferring non-central activities to others. (STERNS; PETERSON, 2001).

The emergence of these differentiated relations among organizations has become more evident with the aggravation of competitiveness, being that the isolated view of the production unit has opened room for a wider approach in relationships between groups of competitive companies. These groups of companies can be denominated chains, clusters, networks, alliances or virtual cooperations, being that the main attribute of these conjunctions is the singularity provided by geographical proximity. Such spatial conditions tend to favor interorganizational relationships as well as to motivate the development of systemic actions such as cooperation networks since the competitors become partners in the goal of acquiring advantages in market disputes. (PEDROZO; HANSEN, 2001).

In the case of agribusiness and more specifically when observing beef cattle production, it is noted that the chain is conditioned by a set of specificities that denote the need of a systemic approach for its coordination. However, this does not occur and instead of observing actions that could provide systemic relationships marked by cooperation, learning and dissemination of each other's knowledge in order to tune the organizations in their competitive environment, an opportunist behavior is observed, generally guided by an immediatist perspective. It is exactly because of the lack of this approach that the sector has been facing constant economic, cultural and overall difficulties. (MALAFAIA et al., 2006).

Therefore, in order to shift from a situation of isolated competition to one of systemic cooperation, giving priority to network cooperative relationships, changes in the organizational culture of the agents of the referred chain are necessary. Apart from that, a correct reading of the organizational environment in which the chain is inserted is also primordial, because it is there that external and internal resources capable of supplying the lack of coordination and cooperation are concentrated. Such problems have become traditional problems of the chain of beef and have been widely approached in different works such as those of (PIGATO; SILVA; SOUZA FILHO, 1999; SIFFERT FILHO; FAVERET FILHO, 1999; ROCHA; NEVES; LOBO, 2001; ZILBERSZTAJN; MACHADO FILHO, 2003; WIAZÓVSKI; LÍRIO, 2003; FERREIRA, 2003; EUCLIDES FILHO, 2004; MALAFAIA et al., 2006), among others.

Indeed, the coordination and cooperation problems associated to the individualist behavior of obtaining competitive advantages in beef cattle production have become a model difficult to be broken. Therefore, all initiatives contrary to this reference seem to be associated to failure since the beginning.

In order to attempt to demonstrate an exception in the studies cited earlier, the current article will present an initiative that is seeking to break this *para-*

*digm* in Rio Grande do Sul's beef cattle production, exemplified by the actions of the network formed by the Associação de Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (APROCCIMA). This association, located in the city of Antonio Prado, is pioneer in this type of articulation and seeks, through coordination based in cooperation, to promote qualitative and competitive differentials as well as to stimulate relationships among rural producers through principles related with the sustainability of the network.

However, in order for this network to be considered a differential or a benchmark, it becomes necessary to verify how it has faced the challenges presented by the environment in which it is inserted and, more specifically, how it has dealt with the opportunities and threats and strong and weak points that can affect the networks' coordination and systemic competitiveness. It is also important to investigate how the search for improving product quality is being undertaken, considering that the commercial success capable of providing economical sustainability for the enterprises depends on this initiative.

For that reason, the present article has the objective of verifying how the organizational network APROCCIMA, established by a group of beef producers in the state of Rio Grande do Sul (Brazil), has answered to the environmental demands in the beef cattle segment and how the systemic relationships for the strengthening of the network's interests are being promoted and organized.

The article is divided in four parts. At first, the systemic competitiveness and competitiveness of the chain of beef is discussed focused on the cooperation networks as an important alternative for the development of individual and collective competitive advantages. Later, the method used for carrying out the research is presented. After that, the formation and evolution of the network, as well as the development of other programs based on medium-term and long-term sustainability are analyzed. Finally, a conclusion is made about the main perspectives of the individual producers of the network.

## **1 Bibliographical review**

### **1.1 Systemic competitiveness**

The definition of competitiveness, although necessarily a big part of the contemporary vocabulary, has many interpretations in specialized literature, besides from many different methodologies used for its identification and measurement.



However, its conceptual definition has direct consequences for the choice of strategies to be used.

According to Farina (1999) and Ferraz, Kupfer and Haguenaer (1996), competitiveness can be seen as a measure of performance of an individual firm or product. However, this performance depends on systemic relations, since the managerial strategies can be hindered by vertical coordination and logistic bottlenecks.

In Kennedy, Harrison and Kalitzandokanes (1998) point of view, the main indicator of competitiveness in this context would be connected to the participation of a product or individual firm in a certain market. The use of *market share* as a measure of competitiveness is the most widespread contribution of neoclassic economics for the study of competitiveness.

Ferraz, Kupfer and Haguenaer (1996) focus on competitiveness as the efficiency of strategic actions adopted by the economic agents in face of restrictions of the organizational environment. According to this perspective, there is a causal relation between the strategies adopted by the firm and its efficient performance, which leads directly to the theoretical model of industrial organization: structure – conduct – performance.

The conceptions of the cited authors are complementary and important for the understanding of the analysis of competitiveness. However, their approaches neglect the coordination capacity of the production chain in which the companies develop their strategies. In Farina's (1999) perspective, in order for competitive strategies to be successful, the existence of appropriate coordination structures are necessary.

The capacity of the chain's internal articulation represents a competitiveness factor, being that those that have the best articulation are more efficient in maintaining a competitive position in uncertain and unstable markets. Thus for the study of competitiveness in production chains, it is necessary to focus on the universe of existing relations among the several actors.

For Hansen (2004), the coordination structures, as well as confidence, level of negotiation, actor reputation and interorganizational relations, among other factors, will influence the strategies of the production chains and their respective productive units. In this point of view, Coutinho and Ferraz (1994) propose the understanding of systemic competitiveness, in which variables that are exogenous to the companies are also responsible for the managerial performance. In order to understand this systemic competitiveness, Hansen (2004) mentions that innumerable works have approached this theme. Among these works, one can point out those of Fleury and Fleury (2000), Casarotto Filho and Pires

(1998), Lambert (1998), Coutinho and Ferraz (1994), Ferraz, Kupfer and Haguenaer (1996) and Porter (1990). These works identify the need to consider the mesoanalytical level represented by interorganizational relationships when seeking to analyze competitiveness in production chains.

Pires (2001) emphasizes that the mesoanalysis of competitiveness seeks to fill the void that exists among microeconomy and macroeconomy. In this author's perspective, a mesoanalytical approach allows one to answer the questions regarding the competitive process and the company strategies, as well as the production processes among agents. The concept of production chain is important to explain and comprehend the production structures, besides from creating a mesoanalytical space. (PIRES, 2001).

## **1.2 Cooperation networks**

During the last decades, the large companies have systematically perfected strategies that involved alliances, joint ventures, fusions and cooperation among companies as an alternative to the need of new strategical positioning. As pointed out by Leon and Amato (2002), through the reformulation of large companies' strategies, the articulations among the economic agents gain new traces and begin integrating the list of conditioners for the increase of competitiveness.

The use of the concept of company network is widely dynamic and dif-fused, describing a series of situations in which the common point is the existence of two or more companies that carry on joint actions. According to Podolny and Page (1998), a form of network organization is a group of actors that have durable and repeated trade relations among themselves and at the same time do not have a legitimate organizational authority to arbitrate and solve disputes that occur during the trades. On the other hand, for Ceglie and Dini (1999), networks are a group of firms that cooperate in the joint development of a project, complementing each other and specializing in order to overcome common problems, acquire collective efficiency and penetrate new markets.

It is important to underline that the main objective of establishing a network is to join the small and medium companies' efforts, taking advantage of the agile and flexible profile of these, to obtain competitive advantage in a larger scale. For Casarotto and Pires (1998), these networks could be presented in two types of models: topdown network and flexible network of companies. As noted by Motta (2002), these tendencies emerge from a movement that begins

with the crisis of the traditional models of verticalization in face of the needs of a more concise and flexible model with the main objective of faster adequacy to market conditions.

Casarotto and Pires (1998) believe that the solution for the lack of competitiveness of small and medium companies can be found in the formation of company networks that share common objectives. According to these authors, the company networks and solid long-term relations can grant strategical and operational support, which can allow the gaining of competitive advantages for the companies. According to Fensterseifer (2003), a company network is a complex of cooperative relations that dynamize the action of their agents around common or complementary goals.

Using the concepts reviewed and to help carry out this work, company networks will be characterized as a group of producers that collaborate with each other seeking to obtain common objectives through horizontal relations, either constituting or not a new representative entity for the group. By this perspective, the company networks can present a configuration of horizontal networks that are characterized by the collaboration among companies that act in the same phase of the production chain, carrying out common activities or acting in a complementary way. Normally, horizontal networks are formed by competing companies that seek to obtain joint benefits such as learning, legitimacy, status and economical benefits. (PODOLNY; PAGE, 1998). Buyer networks and exportation trusts can be classified in this type of network.

The horizontal network can be considered an introducer of revolutionary concepts and practices in management. In this innovative type of association, competing companies share collective investments and benefits in order to reduce costs and amplify the diversification of their goods or services and preserve each other's competitiveness. In practical terms, these networks seek to minimize a great problem of small and medium companies: the lack of competence to generate all the stages of the chain of values. In other words, a set of fundamental factors from operation infrastructure to marketing management, passing through the development of new products, logistics and production. In Casarotto and Pires' (1998) opinion, these are essential factors.

This new organizational format has been the work object of several authors that seek to conceptualize it, characterize it and also underline the importance for the success of the organizations and for the development of the regions in which they are inserted. (GURISATTI, 2002; PERROW, 1992; NOHRIA, 1992; MILES; SNOW, 1992).

### 1.3 Environmental analysis

The strategic administration process is formed by a series of stages, which are: the accomplishment of an environmental analysis, establishment of an organizational line of direction, formulation and implementation of the strategy and exercise of strategic control. This process can be executed in individual firms as well as in productive arrangements.

In order to analyze the strategy, it is necessary to adopt a strategic model that can be considered holistic and that contemplates a *continuum* from the company singularity to global environmental issues. According to Carvalho and Laurindo (2003), this *continuum* passes through aspects of the macroenvironment, by industry environment and the immediate context in which the company is inserted and reaches the issue of building a singular organizational strategy. Certo and Peter (1993) corroborate this idea when considering that the beginning of the strategic administration process should be the analysis of the environment. In other words, it starts with the process of monitoring the organizational environment<sup>1</sup> in order to identify the present and future risks and opportunities that may influence the organization's capacity of reaching its goals.

Environmental uncertainty is a *fact of life* for all organizations, them being of public or private nature, small or large, technical or non-technical. The term *environment* refers mainly to the external situation that includes the aspects that influence the organization and those that it wishes to influence. This environment is not only complex but seems to be changing in a constantly growing rhythm.

According to Barney (2002), the need for companies to carry out an environmental analysis in this context is based on the general systems theory. According to these authors, this theory is based on the fact that modern organizations are influenced by their environments and are constantly interacting with them. Thus, since these organizations are open systems, the environmental factors inevitably influence them, making it the managers responsibility to assure that this influence be canalized toward a positive direction for organizational success.

Carrying out an efficient and effective environmental analysis depends on the perfect understanding of the way organizational environments are structured. For Certo and Peter (1993), an organization's environment is usually divided in three different levels, which are: general environment, operational environment and internal environment. Following this same line of thought, Coutinho and Ferraz (1994), when studying the competitiveness of Brazilian industry, consider three dimensions of analysis, which are: managerial factors (internal per-

spective), structural factors (sectorial perspective) and the systemic factors that analyses macro issues.

The dimensions of the general environment (CERTO; PETER, 1993) and systemic factors (COUTINHO; FERRAZ, 1994) constitute the analysis of the organization's external environment, formed by the following components: economic, social, political, legal and technological. In this perspective, elements such as macroeconomic aspects and economic components are analyzed as indicators of the resources that are distributed and used inside the environment. Examples of pertinent factors of the economic component are, among others, gross internal product, corporation profit, inflation rate, productivity, balance of payments, exchange rates, credit offers and tax rates.

In the political-institutional analysis (COUTINHO; FERRAZ, 1994), the political components are related with governmental obligations such as, for example, type of government, government attitude regarding industries and efforts to obtain approval of projects. Also considered are tribute and tax policies, rules that define the use of the State's purchasing power and methods of support of technological risks.

Still within the general perspective and systemic factors is the infrastructure focus of analysis, which is centered on the global analysis of availability, energy quality and cost, transportation, telecommunications and technological services in the country and in the world. Certo and Peter (1993) complement that this perspective includes new approaches for the production of goods and services such as new procedures and equipments, for example.

The social component describes the characteristics of the society in which the organization is inserted, always reminding that changes in the attributes of society will occur. Examples of the social component are, among others, manpower (professional education and training), education policies for the formation of human resources, work and social security, consumer request degree, customs, beliefs, life style and geographical distribution. (CERTO; PETER, 1993). To conclude, the legal behavior consists on the effective legislation (approved), describes rules and laws that all members of society should follow.

The operational environment dimension (CERTO; PETER, 1993), or structural factors (COUTINHO; FERRAZ, 1994) are characterized as those factors by which the capacity of intervention of the company is limited by the measuring of the competition process, being that they are only partially under its area of influence. These factors are formed by the following components: market, industry competition and configuration. In other words, the relevant stakeholders belonging to the sector in which the company is inserted.

In what regards the market, both authors cited seek to study the client, its characteristics and the behavior of those who buy goods and services supplied by the organization; without forgetting the supplier, that includes all variables related with those that supply the organization with resources which are acquired and transformed during the productive process in final goods and services. The way suppliers put their resources available for sale, the relative quality of the offered goods and the credibility in deliveries are important factors to be considered so that the organization be managed efficiently.

Besides from clients and suppliers, it becomes essential to analyze and monitor the competition, which consists in combating the competition in order to obtain clients. Understanding the competitors is a fundamental factor in the strategic development, which is why the analysis of the competitive environment is a vital challenge for the administration. The purpose of this analysis is to help the administration in evaluating the weak and strong points and the capacity of potential competitors, thus predicting the strategies to be adopted.

To conclude this structural analysis, it is recommended that indispensable attention be paid to international relations, which comprehends all the international implications of interorganizational relationships. Although not every organization deals with international issues, the number of those that do have risen considerably. The significant aspects of the international component include laws, political practices, culture and economic environment that prevail in foreign countries where the company negotiates.

The internal environment, also denominated structural factors by Coutinho and Ferraz (1994), encloses the factors that are within the organization and that have immediate and specific applications in its administration.

Table 1: Components of the internal environment of an organization.

Organizational aspects	Human resources aspects
· Communication network	· Work relations
· Organizational structure	· Recruiting techniques
· Record of success	· Training programs
· Objective Hierarchy	· Performance evaluation System
· Ability of the administration team	· Incentive systems
Marketing aspects	Production aspects
· Market segmentation	· Installations layout
· Product strategy	· R&D



Marketing aspects	Production aspects
· Price strategy	· Technology
· Promotion strategy	· Acquisition of raw material
· Distribution strategy	· Stock control

Source: CERTO; PETER, 1993.

In this context, the environmental analysis becomes the main point of the process of strategic administration, for every strategic process begin from the information obtained in the environmental analysis. The analysis of the internal and external factors is a useful tool to understand the global situation of the organization. (MALAFAIA, 1998).

In what concerns the formulation of a strategy, the environmental analysis is an indispensable factor for the success of the company. In the external context, the formulation of strategies should seek to explore the opportunities and neutralize or minimize the present and future threats of the organization's actions. In the internal context, the formulation of strategies consists in exploring the strong points, neutralizing the weak points or transforming them into strong points. Among the strategies to be formulated by an organization, those of the functional areas, such as R&D, marketing, operations, finances and human resources should be emphasized. (BARNEY, 2002).

## **2 Methodological aspects**

In face of the objective proposed, which is to verify how the organizational network APROCCIMA, established by a group of beef producers in the State of Rio Grande do Sul, has responded to the environmental demands in the beef cattle segment and how the systemic relationships for the strengthening of the network are being promoted and organized, a research of exploratory nature was carried out. According to Lakatos and Marconi (2001), the exploratory research is configured as an empiric investigation that has the purpose of formulating questions for a problem, in order to seek better knowledge of an environment, fact or phenomenon for later analysis and improvement.

The research was carried out through a case study in a network of rural producers called APROCCIMA. The case study demonstrates to be adequate for this type of empiric investigation exactly because it is characterized by a deep

and exhaustive study of an object, allowing a wide and detailed knowledge of it. (GIL, 1991). The choice for this network is due to the fact that it is a pioneer in the sector in the state, to the point in which it is constituted as a benchmark for the formation of new enterprises with the same characteristics.

The process of data collection was carried out through in-depth interviews undertaken with beef cattle producers that integrate the network studied, by using a script of topics without obeying a formal structure. (LAKATOS; MARCONI, 2001). It should be emphasized that the network currently counts with ten associates. Therefore, interviews with producers that could report all the activities of the network since its formation with clarity and objectivity were sought out.

Although it serves as a guide for the interview, this data collection method concedes the freedom needed to develop each situation in the adequate direction, thus obtaining the necessary information regarding the solution of the problem initially proposed. For Ruiz (1985), the in-depth interview consists of a dialogue that seeks to collect relevant data from a certain source, person or informer, considering that not only the questions must be selected, but also the informer. The in-depth interview is more adequate to the qualitative methodology because it values the presence of the investigator and at the same time offers all the possible perspectives for the informer to reach the necessary freedom and spontaneity, thus enriching the investigation. (TRIVIÑOS, 1987).

The use of the information obtained was made enlightened by the concepts of cooperation and systemic competitiveness in network approaches described earlier. As a final stage of the research process, the analysis of the information and the development of suggestions and considerations proceeded as will be described next.

### ***3 Case study in the APROCCIMA network – beef producers network***

The research was developed in a network of small and medium rural producers of the beef cattle sector called Associação de Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra APROCCIMA, located in Antônio Prado. The network initially emerged from a purchasing management system of a group of rural producers of the Vacaria Rural Syndicate called Clube de Integração e Troca de Experiência – Cite 120, located in Vacaria, RS.

The Cite 120 has been in the market for nine years and in the last year has decided to act as a network through APROCCIMA by incentive of the secretary

of Development and International Affairs. (SEDAIR/RS). Its mission as a network is to promote the integration and exchange of experience and technological capacitation seeking to increase productivity and quality of the agricultural and beef cattle products in a sustainable way, exercising leadership in the community and seeking to value the rural producer.

The current composition of the network includes ten participating farming shops. These are distributed in the region of the Campos de Cima da Serra in the Northeast mesoregion of the state of Rio Grande do Sul. Table 2 presents the name and location of the shops that take part of the network.

The network does not have a headquarters and the meetings are carried out in dates predefined by the network and consultants of the UCS – SEDAI Network Cooperation Program inside the members' farm. In these meetings, the goals of the network regarding negotiations of prices and conditions with suppliers and clients are defined. Besides that, the coordinates, strategic plans of the network, development of joint actions related to marketing campaigns and expansion plans are also decided in the meetings. Its attributes are directly related to the guarantee of the fulfillment of pre-established rules and the maintenance of the good functioning of the group, avoiding opportunist or inadequate attitudes.

Table 2: Composition of the APROCCIMA network.

Farming Shops	Location
Fazenda Clarice	Campestre da Serra
Fazenda Capão Alto	Campestre da Serra
Cabanha Sobradinho	Campestre da Serra
Fazenda Santa Elisa	Bom Jesus
Fazenda Pedra Branca	Vacaria
Fazenda da Serra	Ipê
Cabanha do Guaxo	Campestre da Serra
Fazenda Santo Antonio das Lombas	Muitos Capões
Agropecuária Agreste	Campestre da Serra
Cabanha do Capão Alto	Vacaria

Source: Author research.

The APROCCIMA network prioritizes some principles since its foundation and insists on maintaining these as guides of the association's decisions. Among

these are: relationships ethics, preservation and transmission of cultural tradition, constant innovation of the personal commitment of the associates, valorization of the people involved and strengthening of the associativism through union.

Seeking strategic positioning in the organizational environment, the network seeks to identify and evaluate the impact of threats and opportunities of the external environment for then defining an action plan divided in work groups (associates).

Although the network has identified more threats than opportunities, it is interesting to point out that the it counts with group certifications, since the network is formed by integrants of Cite, which, during constant searches for the qualification of their activities, won the State title of best Cite of beef producers in 2003. In trying to better coordinate their actions, the network associates have created thematic commissions. The following commissions were created: Quality Meat Project, Milk Farming program and the Agricultural Commission. Facing this new perspective, the group seeks to strengthen the beef and milk cattle activities and acquire agricultural implements to help develop agriculture.

Table 3: Analysis of APROCCIMA’S external environment.

External environment	
Opportunities	Threats
Certifications	Genetics monopoly
New differentiated markets/products	Climate
Participation in events of the sector	Lack o economical policy
Alliances /Partnerships/Chains	Disloyal competition
Brand development	Informality - clandestine slaughter
Project finance	Speculation / Occasion investors
	Sanitary risks
	Movements against the consumption of red meet
	Reduced number of associates and little prospects with the adequate profile

Source: Research with APROCCIMA.

In what concerns the internal analysis of the network, several actions indicate that the network has many strong points that provide it competitive ad-

vantage related to their competitors (Table 4). The network created commissions formed of members of APROCCIMA responsible for participating in events of the sector, courses, seminars and meetings related to the commissions' themes in order to keep the group updated. Also with the purpose of discovering new markets and differentiated products, some of the associates have the task of visiting larger national fairs of the sector with the objective of carrying out field researches and observing what innovations the industry is offering.

The effects in the coordination of beef cattle production have also guaranteed the group the negotiation of a better price for their products, since the greatest problem of these small and medium producers was to compete with the large producers in quantity, once quality never represented a problem for the group. What was missing was the power to negotiate and be able to honor the slaughterhouse's large orders. United they were able to coordinate the production to the point of planning and directing quantities and delivery deadlines. This production coordination assures the group competitiveness with the buyers. The articulation of the network with slaughterhouses presents itself as a key point of competitive advantage, since the slaughterhouses have the need for supplies and the network has control of this point.

Table 4 - Analysis of APROCCIMA'S internal environment

Internal environment	
Strong points	Weak points
History: group's past	Lack of knowledge of the market
Commitment	Heterogeneous production = small scale economy
Purpose: common perspective	Decapitalization
Discipline	Low food stocks
Standardization: bovine genetics	Lack of organization of activities (plantation / use of common equipment)
Integration: agriculture - farming	Lack of synchronicity among associates
Relationship with entities	Lack of strategic planning
	Deficient communication
	Absence of performance indicators and common databases

Source: Research with APROCCIMA.

The purchases are carried out together in strategic periods when the prices are not high and the sales are low. This process is characteristic of a company

network since the joint purchasing seeks the obtainment of advantages for the participants because of the possibility of attaining better prices and conditions, considering the volume negotiated. Having this premise under consideration, a purchasing management system of APROCCIMA is in charge of carrying out negotiations with the main suppliers of machines and agricultural implants in behalf of the members. The quantity acquired is the network's foremost negotiation argument, guaranteeing advantages similar to those obtained by the large rural producers. Thus, when undertaking joint purchases, in most cases the network achieves the minimum delivery lots, reducing distribution costs referent to the products acquired.

The joint acquisition of machines and agricultural implements began as an alternative for the network to make the acquisition of a certain range of agricultural implements viable. But in order to operate the acquisition and use of these inputs, it became necessary to create a quota system.

In what concerns beef cattle, rural activity that motivated the creation of the network, APROCCIMA developed a project called "High-Quality Meat" aiming the joint commercialization of quality meat and breeders (Table 5).

<b>Cattle standardization</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Integrated commercialization of products;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Short cycle beef cattle production (precocity);</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Greater productivity: reproductive efficiency and precocious fattening;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Scale gains of quality products and adequate quantity;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· High-quality meat.</li> </ul>
<b>Genetic Enhancement Program</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Increase of the quantity of adapted breeders;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Genetic sale with aggregated value;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Increase in the regional availability of calves;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Genetic evaluation program and bull commercialization;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Integration with agriculture;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Use of AI and implementation of the embryo transfer program.</li> </ul>
<b>Complementary projects</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Creation of the Cite 120 marketing alliance;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Partnership with the industrial sector;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Partnership with the retail;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Commercialization of own brand meat in stores.</li> </ul>

Source: Elaborated by the authors based on the APROCCIMA case study.

The referred program has presented itself as a possible answer in face of the difficulties found in the sector. According to one of the producers interviewed, when a farmer acts individually, the barriers to the competitiveness of the meat become more accentuated. Among the more notable barriers are: lack of meat standardization, supply irregularity, production seasonality, opportunism in the negotiations, lack of coordination and teamwork, insignificant remuneration, calf valorization, leather valorization and mainly the difficulty in competing with the prices of the large supermarket networks.

One of the first strategies developed in the High-Quality Meat project was the cattle standardization, with the absorption of the Angus race. This action sought the development of a standardized production system in the network, thus allowing integrated commercialization of the products. For one of the network's producers, the standardization of the race chosen by the group allows the reproduction of meat with more quality in a shorter cycle (reproduction – growth – termination). The gain enables the possibility of having standardized meat, which is a factor valued by the market.

In a second moment the Genetic Enhancement Program was developed; this occurred due to the growing need of the genetic enhancement of the herd, fundamental in producing high-quality meat. In this sense, the group sought to amplify the quantity of breeders adapted to the demands of production mentioned. For such purpose, the PROTOURO program was developed. The goal of the program is to create a joint genetic evaluation and commercialization program of the bulls, along with an embryo transference and artificial insemination program that seeks to raise the regional availability of calves that could enter the High-Quality Meat project. This strategy has generated a new business opportunity, thus enabling the sale of genetics with high aggregated value.

In this sense, the breeder commercialization process began to gain importance inside the group, making it necessary to elect a member to centralize the information and commercialization. The commercialization values of the breeders were defined together by the group. With the success of the sale of breeders and the production of high-quality meat, the group began developing a commercialization strategy. For this purpose, first a pilot project of brand creation was developed to commercialize differentiated meat derived from young calves.

A partnership with a small retail located in the city of Antonio Prado was created, where the meat sold began to win the preference of a specific niche of clients. The good results of this pilot plan encouraged the group to give a larger step, the creation of the APROCCIMA Marketing Alliance. The project of the alliance is still in development, but the bases have already been defined by the

group: racial standardization, the use of confinement only as alimentary support, complete traceability, technology and professionalization, direct sale with the retail, outsourcing the slaughter.

It is noticeable that the actions developed in the network are bringing competitive advantages for the producers. An example of this are the reductions of up to 23% of the effective costs through joint purchases, as well as a differentiated value in the sale of their products either through quality or scale. Generally, these activities could have hardly be financed and carried out individually by the small producers, but have become possible through joint actions.

### ***Final considerations***

The APROCCIMA network clearly demonstrates that organizational networks truly constitute an answer to environmental demands and to the constant search for competitive advantage. This is due to the operational efficiencies and the constant relations among the actors of the network. (PEREIRA; LUCE, 2002). In this sense, it can be seen that the flexible and horizontal networks, on the contrary of vertical or topdown networks, enable the necessary quickness in knowledge and information flows currently required by the companies.

The analysis of the interviews presented innumerous benefits resulting from the formation and incremental alterations in the network's functioning, planning and organization. These benefits can be seen in marketing and financial aspects as well as in the process of equipment and input purchasing, which justifies the option of cooperation in detriment of competition.

It can be seen that this cooperative environment provides the group of producers an improvement in what concerns the exchange of knowledge, organizational learning, enhancement of the organizational processes, greater bargaining power in the purchase of inputs as well as in the commercialization of meat, among many other benefits.

It is important to salient, regarding the purchasing process, that due to the fact that the group does not possess a physical purchase headquarters and dispose of little infrastructure, the alternative found by APROCCIMA was to create purchase management systems in charge of negotiating prices and deadlines with the main suppliers in behalf of the group. This possibility of negotiation at the same level with suppliers has increased the discounts and stretched the payment deadlines.



Through the exchange of information, the knowledge and new management techniques acquired during courses, seminars and reunions provided the group a great level of managerial capacitation, to the point of substituting the improvisation culture with the adoption of formalized strategies. This incorporation of new techniques has strengthened the group and provided the achievement of the title that has made the group a state reference in 2003.

It is interesting to mention the pioneerism of the APROCCIMA network in being the first network in the state of Rio Grande do Sul involving beef producers, once the literature presents examples of cooperation networks in the segments of industry, commerce and services. It is also important to salient the high degree of maturity of the producers in seeking alternatives to better face the competitive environment.

However, despite all these advances, the network still has some key aspects that need to be considered. Among them is the strategic decision related to expansion, which can be an alternative for gaining a bigger slice of the market and consequently a bigger bargaining power with the slaughterhouses. However, the expansion can also damage the network's image if, during this process, the values of trust and honesty are lost. This would lead to the extenuation of the cooperation among the producers.

Therefore, it is clear that there are many challenges for the partners involved in the network, since it is a form of organization and social construction and involves networks of personal and business relationships, besides personal and collective interactions and pursuits.

This work served to demonstrate that it is possible to face competitive environments by establishing a cooperative posture between the agents involved in the beef cattle production chain. Without a doubt, in order to win in this competitive environment, all isolated and/or integrated segments must adjust among each other, being that the combination must adequate to the other variables of the general environment. This is what will guide the development and adequacy of enterprises destined to produce beef cattle in the country as well as it may provide a different form of coordination for the sector.

Therefore, if the APROCCIMA network continues to follow its mission, it can establish itself as a reference, a benchmark for the formation of new enterprises with the same characteristics. The dissemination of actions of this nature could contribute for a change of the opportunist posture that predominates in the chain mentioned. However, it is necessary to salient that the advantages described in this work are specific advantages of this arrangement, which im-

pedes generalizations but does not impede learning with the successes in order to use them in other networks.

To conclude, the theme does not exhaust with this work. On the contrary, many opportunities to give sequence to the work are expected, such as studying other groups of beef producers in different locations, making more specific analysis regarding transaction cost evaluation and studying the governance mechanism of this network, with special focus on network trust and reputation.

## REFERENCES

BARNEY, J.B. **Gaining and sustaining competitive advantage**. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

BLISKA, F.M. de Mello; GONÇALVES, J.R. Estudo da cadeia produtiva de carne bovina no Brasil. In: **Cadeias produtivas e sistemas naturais**: prospecção tecnológica. Brasília: Embrapa-SPI/Embrapa-DPD, 1998.

CARVALHO, Marly M.; LAURINDO, Fernando J. B. **Estratégias para a competitividade**. São Paulo: Futura, 2003.

CASAROTTO FILHO, N; PIRES, L.H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1998.

CERTO, S.S.; PETER, J.P. **Administração estratégica**: planejamento e implementação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993

CEGLIE, G.; DINI, M. **SME cluster and network development in developing countries**: the experience of UNIDO. Vienna: United Nations Industrial Development Organization, 1999.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

EUCLIDES FILHO, K. Supply chain approach to sustainable beef production from a Brazilian perspective. In: **Livestock Production Science**, Amsterdam, n. 90, p. 53-61, 2004.

FENSTERSEIFER, J. E. **Internacionalização e cooperação: dois imperativos para a empresa do terceiro milênio**. 2003. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. In: **Revista Gestão & Produção**, v. 6, n. 3, 1999.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FERREIRA, G. Alianças empresariais em cadeias de produção: estrutura, motivação e estratégias na produção de carne bovina. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIAS, 1., 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2003.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HANSEN, P. **Um modelo meso-analítico de medição de desempenho competitivo de cadeias produtivas**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)- Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

KENNEDY, P.; HARRISON, R.; KALITZANDOKANES, N. Analysing agribusiness competitiveness: the case of U.S. sugar industry. In: **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 1, n. 2, 1998.

LAMBERT, D. Supply chain management: what does it involve? IN: **Supply Chain & Logistics Journal**, Canada v. 4, n. 4, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEÓN, M. E.; AMATO, J. **Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas**. 2002. Disponível em: <<http://www.prd.usp.br/redecoop>>. Acesso em: 03 nov. 2006.

MALAFIA, G. C. et al. Systemic competitiveness of the interorganizational relationships of the beef cattle in Brazil. In: ANNUAL WORLD FOOD AND AGRIBUSINESS SYMPOSIUM, 16, 2006, Buenos Aires. **Proceedings...** Buenos Aires: International Food and Agribusiness Management Association - IAMA, 2006.

MALAFIA, G. C. **Análise de um modelo de P&D: o caso da Embrapa Gado de Leite**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1998.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. Causes of failure in networks organizations. **California Management Review**, Berkeley, v. 33, n. 4. p. 53-72, 1992.

MOTTA, F. G. **Novas formas organizacionais e a busca pela competitividade**. 2002. Disponível em: <<http://prd.usp.br/redecoop>>. Acesso em: 03 nov. 2002.

NOHRIA, N. Is a network perspective a useful way of studying organizations? In: Nohria, N.; Eccles, R. G. (Ed.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston: Harvard Business School Press, 1992. p. 1-22.

PEDROZO, E. ; HANSEN, P. Cluster, filiere, suply chain, redes flexíveis: uma análise comparativa. In: COLOQUE LÊS RELATIONS INDUSTRIELLES FRANCO-BRESILIENNES, 2., 2001, Grenoble. **Anais...** Grenoble, Ecole Superieure dès Affaires/ Université Pierre Mendes, 2001. p. 29-30.

PEREIRA, R. C. F.; LUCE, F. B. The marketing function in networks: concepts, categories, and new approaches. In: CONGRESSO ANUAL DA BUSINESS ASSOCIATION OF LATIN AMERICA: Leadership, technology & entrepreneurship In Latin America, 2002, Tampa. **Anais...** Tampa, 2002.

PEROSA, J. M. Papel da coordenação em alianças de mercado: análise e experiência no SAG de carne bovina. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2., 1999, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1999.

PERROW, C. Small-firm networks. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. G. (Ed.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston: Harvard Business School, 1992. p. 445-470.

PIGATO, G., SILVA, A. L., SOUZA Filho, H. M. Alianças mercadológicas: a busca da coordenação na cadeia de gado de corte brasileira. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2, 1999, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1999.

PIRES, M. S. **Construção de modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e sua validação através da elaboração e da aplicação da metodologia ao caso mercoeste**. 2001. Tese (Doutorado) - PPGEPS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PODOLNY, J.; PAGE, K. Networks forms of organization. **Annual Reviews Sociological**. n. 24, p. 57-76, 1998.

PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ROCHA, J. C. M. C.; NEVES, M. F.; LOBO, R. B. Vertical alliances: the case of Beef Chain in Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/ NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 3., 1998, Ribeirão Preto. **Proceedings...** Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, 2001. 1 CD-ROM.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1985.

SIFFERT FILHO, N.; FAVERET FILHO, P. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. In: SEMINÁRIO SOBRE

COMPETITIVIDADE NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, Campinas, SP, 1999.  
**Anais...** Campinas: Instituto de Tecnologia de Alimentos, 1999.

STERNS, J.; PETERSON, C. The globalization of smaller agri-food firms: a decision – making framework tested through case research. **International Food And Agri-business Management Review**, n. 4, p. 133-148, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZILBERSZTANJ, D.; MACAHADO FILHO, C. Competitiveness of a meat agri-food chain in Brazil. *Supply Chain Management*, v. 8, n. 2, p. 155-165, 2003.

WIAZÓVSKI, B. A.; LÍRIO, V. S. Cadeia produtiva de bovinos de corte: uma análise sistêmica de sua competitividade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE REDES AGROALIMENTARES, 4, 2003, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: FEA / USP, 2003.





# **Modelos de desenvolvimento econômico local e o mercado habitacional**

*Gustavo Londero Brandli\*, Luciana Londero Brandli\*\**

**Resumo:** O objetivo deste artigo é construir uma discussão sobre a relação entre as características econômicas de uma localidade e a conformação da oferta e demanda habitacional. O debate que se desenvolve analisa o caso das cidades onde a universidade é um importante agente socioeconômico no município, capaz de induzir reações no mercado habitacional local, tanto na conformação da demanda e da oferta, quanto no nível de atividades. Para ilustrar a discussão, analisa-se o caso de Passo Fundo, apresentando-se dados de oferta habitacional na cidade e uma pesquisa de mercado realizada durante o Construmóveis 2006, que caracteriza o perfil da demanda habitacional em Passo Fundo. Os dados demonstram que Passo Fundo é um exemplo de cidade onde o setor educacional, traduzido na oferta de várias faculdades e uma universidade, interfere no desenvolvimento local. Além de atrair população, especialmente no tange aos estudantes advindos de cidades vizinhas, dinamiza a economia por meio de gastos diretos e indiretos, dos empregos gerados e da disse-

\* Mestre em Desenvolvimento e Gestão pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); professor da graduação e da pós-graduação da FAPLAN. E-mail: <brandli@faplan.edu.br>.

\*\* Doutora em Engenharia da Produção; professora adjunta da Universidade de Passo Fundo. E-mail: <brandli@upf.br>.

minação de educação, capacitação de pessoal e pesquisa e extensão e finalmente pelo incremento no mercado habitacional.

**Palavras-chave:** Mercado habitacional. Ensino superior. Desenvolvimento.

**Abstract:** The objective of this paper is to argue the relation between the economic characteristics of a locality and the conformation of housing supply and demand. The debate that if develops analyzes the case of the cities where the university is an important socio economic agent in the city, capable to induce reactions in the local housing market. This is possible as much in the conformation of the demand and supply, how much in the construction activities level. The paper shows the Passo Fundo case, analyzing housing supply in the city and a research of housing market. The data demonstrate that Passo Fundo is a city example where the higher education sector, translated in offers of some a universities, intervene with the local development. Besides attracting population, especially in it refers to the students, it improves the economy, of the generated jobs and the dissemination of education, qualification of staff and research and extension and finally for the increment in the housing market.

**Keywords:** Housing market. Higher education. Development.

## **Introdução**

A indústria da construção mantém uma relação dinâmica com a economia, seja em termos do nível de atividades, onde o desenvolvimento econômico alia-se ao crescimento urbano e reestruturação das cidades, seja em termos do tipo de oferta e demanda, definidos a partir das particularidades das funções econômicas locais.

Pouca atenção tem sido dada à precisa natureza das relações entre os investimentos em construção, a natureza e forma das cidades, o crescimento econômico e as flutuações da economia.

O objetivo deste artigo é construir uma discussão sobre a relação entre as características econômicas de uma localidade e a conformação da oferta e demanda habitacional. O debate que se desenvolve neste artigo analisa o caso das cidades onde a Universidade é um importante agente socioeconômico no município, capaz de induzir reações no mercado habitacional local, tanto na conformação da demanda e da oferta, quanto no nível de atividades.

O estudo de localidades específicas tem como positivo, a focalização e o conhecimento dos aspectos de vida locais. Para ilustrar a discussão, analisa-se o caso de Passo Fundo, uma cidade localizada na região Norte do estado do



Rio Grande do Sul. Para tal, apresentam-se dados de oferta habitacional na cidade e uma pesquisa de mercado realizada durante o Construmóveis 2006, que caracteriza o perfil da demanda habitacional em Passo Fundo.

## **1 Desenvolvimento local**

A abordagem do local tem sido significativa nas agendas de pesquisadores que atuam na esfera do desenvolvimento econômico e social. No entanto, não há um consenso na defesa dessa temática: existem os que defendem análises e iniciativas no âmbito do local e os que discordam, alegando que esta abordagem é apenas uma noção teórica e sem consistência científica.

O argumento básico a favor do desenvolvimento local consiste na facilidade e clareza em identificar problemas e soluções adequados nessa esfera. Nesse sentido, o aproveitamento das potencialidades e habilidades existentes seria extremamente facilitado. (FRANCO, 1998). Mais ainda, é a partir de iniciativas locais, endógenas, que se vislumbram alternativas aos problemas econômicos, sociais e ambientais na direção do desenvolvimento sustentável. (JORDÁN; ZAPATA, 1997).

A corrente de oposição, por sua vez, defende que o desenvolvimento local não existe, argumentando que não existe questão micro de desenvolvimento e sim uma questão macro, necessariamente articulada aos processos gerais. Quanto ao local, este só teria sentido como problemática de articulação das várias escalas, se pensado como uma das escalas do desenvolvimento global e a partir de uma tentativa de reflexão teórica e política da crítica das relações entre as múltiplas escalas. (VAINER, 1998).

Compans (1999) aponta que as estratégias de desenvolvimento local têm como pressuposto o conhecimento dos fatores endógenos favoráveis, a interpretação das dinâmicas econômicas dominantes e das possibilidades de nichos de mercado que possam ser exploradas para inserção competitiva da cidade num contexto maior.

### **1.1 Economia local de uma cidade universitária**

Não se pode negar que as universidades contribuem potencialmente ao desenvolvimento das regiões nas quais estão inseridas. Segundo Maclean's (1999 apud LANTZ; BRANDER; YIGEZU, 2002), os benefícios de uma universidade podem incluir:

- (i) o incremento direto ou indireto de renda, emprego e demanda;
- (ii) uma força de trabalho especializada e com melhor nível educacional;
- (iii) a realização de pesquisas e transferência de conhecimento para a base econômica local;
- (iv) a especialização nas áreas políticas, sociais e econômicas;
- (v) a contribuição para a estrutura social e cultural da comunidade.

A maioria dos estudos de impacto das universidades são realizados por economistas e atentam à identificação dos reflexos econômicos que estes causam em suas localidades ou esfera de influência<sup>1</sup>. As evidências empíricas continuam a suportar a compreensão do papel crucial e crescente que as universidades jogam na vitalidade econômica de sua região. (DAVIS, 2003).

Esses estudos referem-se ao impacto econômico dividindo-o em dois tipos: o impacto dos gastos que possui reflexo visível na economia e o impacto da geração do conhecimento.

O primeiro refere-se ao modelo econômico básico que avalia como os gastos de determinada atividade (aqui a universidade) afetam o resto da economia. Tal componente refere-se aos efeitos diretos e indiretos sobre a economia local. Os gastos diretos relacionam-se à universidade como empregadora, envolvendo os salários e benefícios que são gastos na economia local e os gastos da própria instituição com equipamentos, bens e serviços necessários a sua operação. Além desses, existem os gastos de estudantes e visitantes provocados pela presença da universidade. (SUDMANT, 2002).

Todos esses gastos causam múltiplos efeitos na economia local, pois as firmas que ofertam bens e serviços demandam de outros produtores aumentando a atividade econômica e o número de empregos nos demais setores. (KENT, 1999). É o impacto indireto das universidades na economia local. A Figura 1, apresentada por Kosempel (1995), é uma representação esquemática desse processo.

---

<sup>1</sup> Um estudo conduzido por Sudmant (2002) quantificou o impacto econômico da University of British Columbia no Greater Vancouver Regional District. Lantz, Brander e Yigezu (2002) pesquisaram o impacto da University of New Brunswick. Davis (2003) mostrou o impacto da University of Califórnia.

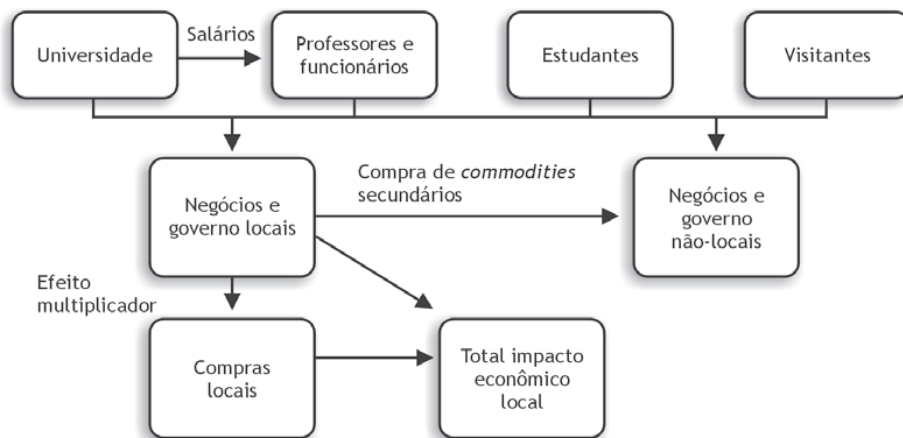


Figura 1 - Impacto da universidade na economia local. (KOSEMPEL, 1995, p. 8).

Assim, a presença da universidade induz a reações numa grande variedade de setores econômicos da cidade. Como fazem notar Lantz, Brander e Yigezu (2002), no Canadá, os movimentos econômicos gerados pelas universidades afetam diretamente os setores de móveis e acessórios, construção, comunicação, serviços diversos, serviços educacionais, hotéis, alimentação, serviços recreacionais e culturais, viagens, comércio varejista e venda por atacado.

Quanto ao setor da construção, Sudmant (2002) aponta este como um dos principais movimentos da economia local gerado pela presença da universidade na Região de Vancouver (Colômbia).

Finalmente, o segundo componente do impacto das universidades está relacionado às conseqüências do ensino e da pesquisa, do nível educacional gerado para a população e dos resultados da pesquisa e desenvolvimento. (SUDMANT, 2002). É o impacto da geração de conhecimento, melhoria da produtividade, transferência de tecnologia e capacitação de pessoal é o mais significativo na economia, mesmo que a longo prazo. (MARTIN; TRUDEAU, 1998).

## **2 Mercado habitacional e economia local**

As localidades são usualmente definidas com relação aos sucessivos investimentos e decisões de produção, os quais configuram o mercado de trabalho local. (MORRIS, 1991).

O comportamento do mercado habitacional é assumido na literatura como reflexo da economia local, num constante processo de ajuste diante das mudanças econômicas. (SKABURSKIS, 1994).

Estas mudanças refletem não apenas o nível de atividades da construção, mas a estrutura da demanda e a capacidade dos locais de ajustarem a oferta.

## **2.1 A estrutura da oferta habitacional**

À medida que a economia local pode ser vista como resultado de serviços e atividades de consumo que envolvem cultura, lazer, educação e outros tipos de comércio, estas interações geram intensa atividade de construção. (BALL, 1996). Por conseguinte, a indústria habitacional de um local ajusta constantemente seu nível de atividades (mesmo que de maneira defasada) com base nas tendências induzidas pelo desenvolvimento econômico local.

Sob o ponto de vista dos investidores e considerando o capital financeiro ou imobiliário como principal agente capaz de alavancar iniciativas, Campos e Somekh (2001) afirmam que os projetos imobiliários tendem a incorporar e reproduzir a lógica econômica dominante.

As atividades econômicas e sociais de uma cidade induzem investimentos no ambiente construído, sejam através de novas construções, manutenção ou reforma do estoque existente.

A estrutura construída da cidade, resultado de investimentos públicos ou privados, envolve não apenas a oferta de habitações residenciais, mas a infraestrutura, prédios culturais, escolas, hospitais entre outros.

Sobre o mercado habitacional dentro de uma cidade ou região pode-se considerar que:

- varia consideravelmente na idade, qualidade, tipo de posse, tamanho e localização;
- devido ao retardo do processo de construção, o estoque habitacional é acrescido lentamente e sua taxa pode diferir de lugar para lugar.
- o estilo e localização de novas ofertas é restringido pelo estoque habitacional existente e pelo uso da terra assim como pelo planejamento e zoneamento urbano.
- a oferta não é apenas inelástica e o produto habitacional não transportável, mas o produto não é comercializado de uma forma única, num mercado bem organizado.

Os estudos mostram em geral que não existe correspondência direta entre a oferta desenvolvida para a habitação e a nova estrutura da demanda. Isso depende de como os agentes locais que intervêm no mercado habitacional percebem as novas demandas geradas pelos trabalhadores e imigrantes.

No entanto, Jones e Maclennan (1991) defendem que os impactos e os modelos de desenvolvimento urbano conseqüentes do desenvolvimento econômico dependerão, além da estrutura de oferta, do modelo de demanda. A explicação é atribuída ao fato de que a expansão de determinado tipo de mercado de trabalho usualmente requer grupos com especialidades específicas, favorecendo algumas ocupações mais rapidamente do que outras, e isto afeta o mercado habitacional, tanto porque a ocupação e a renda são importantes influências na escolha da habitação e no tipo de posse.

## **2.2 A conformação da demanda habitacional**

A demanda habitacional reflete as mudanças na população, assim como a demanda por vários serviços, além de responder pelo número de moradores em determinado local. (BIBBY; SHEPHERD, 1997).

A base econômica dos locais provoca diferenças na estrutura populacional e é a indutora da diferenciação dos submercados habitacionais. (BERGER, 1996; KING; FITZMAURICE, 1990).

A estrutura populacional vai definir uma demanda diversificada, caracterizada pelos nichos de mercado, os quais possuem interesses específicos. A tendência direcionada aos nichos é bastante atual, onde muitos incorporadores adotam a diferenciação de seus produtos através da identificação de subconjuntos de clientes potenciais.

Ao analisarem os impactos do modelo econômico na demanda habitacional, Jones e Maclennan (1991) afirmam que as demandas dependerão da renda dos trabalhadores e do sistema de transporte da cidade, que influencia na escolha da localização. Por exemplo, indústrias usualmente necessitam de trabalhadores com ofícios diferentes. Os trabalhadores altamente especializados normalmente possuem renda alta e demandam habitações de alto custo. Para os trabalhadores de baixa e média renda o impacto no mercado habitacional é diferente.

Então, os impactos locais podem ser substanciais e os bairros afetados podem ser bem definidos e influenciados pela acessibilidade às necessidades dos demandantes.

### **2.3 Mercado habitacional de uma cidade universitária**

É muito significativo o impacto da presença da universidade no mercado habitacional local. A influência se mostra tanto qualitativa quanto quantitativamente neste mercado, a partir da demanda gerada por estudantes, professores e funcionários. (BRANDLI, 2004).

Nesse contexto, a demanda habitacional gerada pelos estudantes é sem dúvida a mais expressiva e importante. Tal constatação é comprovada em várias pesquisas que exploram as especificidades deste nicho de mercado e mostram que os estudantes potencializam o mercado de aluguéis, moram em tipos particulares de habitações, em bairros específicos e em geral sua moradia não é atrativa para outros segmentos. (CHATTERTON, 1999; KENYON, 1997; RUGG; RHODES; JONES, 2000; SMITH, 2002).

Segundo Smith (2002), os estudantes têm preferências e gostos bem definidos por tipos particulares de habitação, localização e valor de aluguel. Um estudo recente realizado por Brandli e Heineck (2003) mostra que os estudantes moram em apartamento, com amigos ou colegas, entre 3 a 4 moradores, localizados no centro ou próximo à universidade e gastam de 100 a 150 reais de aluguel mensal. Suas habitações têm de 4 a 6 cômodos; não possuem vaga de garagem; oferecem privacidade parcial e facilidade de acesso a lojas, supermercados, lazer é também parcial. A independência ao uso da cozinha e banheiro é total. Na maioria dos casos a habitação incorpora itens de conforto e oferece um local satisfatório para estudar.

Essas características específicas induzem a uma adequação dos mercados habitacionais quanto aos investimentos da oferta, que passam a ser dirigidos a este grupo de demanda. Nesse cenário, o estoque habitacional também desempenha importante papel, pois absorve grande parcela desta demanda.

Dessa forma, o desenvolvimento de uma cidade baseado na sua organização como pólo de serviços, notadamente educacionais, exige uma reestruturação de seu ambiente construído. Assim é que são necessárias residências universitárias de pequeno porte, próximas ao campus, estrutura de lazer adequada e criação de instalações para o desenvolvimento de pequenos negócios advindos do estabelecimento dos graduandos na cidade, buscando oferecer serviços.

Tudo isto requer uma adaptação das instalações existentes, muito provavelmente formadas por prédios antigos, afastados dos principais locais de atração, com instalações comprometidas e impedindo a criação de novos negó-

cios, ou a sua existência de maneira precária. Além das instalações elétricas, hidráulicas e de esgoto adequadas surgem outras necessidades de adaptação. É o caso do arejamento, ventilação e iluminação dos compartimentos e o afastamento de ruídos.

Pesquisadores da Universidade de York realizaram um estudo direcionado à oferta, avaliando as maneiras pelas quais os agentes locais têm respondido à demanda de estudantes e seu reflexo noutros segmentos do mercado de aluguéis. Segundo os autores que desenvolveram esse trabalho, o impacto está atrelado à natureza do mercado e ao poder de barganha dos outros segmentos demandantes. (RUGG; RHODES; JONES, 2000).

Entre as principais conclusões, a pesquisa apontou que os estudantes são bons inquilinos, porque o valor do aluguel pode ser maximizado quando a habitação é dividida entre vários estudantes. Quanto à oferta, as condições da habitação variam dependendo da localização. Em áreas de menor demanda, são oferecidos equipamentos para atrair os estudantes (microondas e TV a cabo na habitação, por exemplo). Em áreas de maior demanda, os estudantes pagam por habitações de menor qualidade.

A configuração do espaço urbano também é influenciada pela presença da universidade, tanto no que diz respeito aos vetores de expansão quanto às características dos bairros.

Rugg, Rhodes e Jones (2000) relatam que a concentração de estudantes tende a induzir proprietários a alugarem suas propriedades em determinados bairros, à medida que as características destas áreas vão mudando devido às diferenças no estilo de vida dos estudantes.

Nos mercados dominados por estudantes, como em St. Andrews, por exemplo, outros grupos não têm propriedades em áreas de estudantes. Nos mercados onde a demanda por habitação é elevada, tal como em Islington, estudantes podem impulsionar a posição de outros grupos no mercado, como jovens profissionais solteiros capazes de pagar maiores valores de aluguéis. (RUGG; RHODES; JONES, 2000, p. 16, tradução nossa).

Nessa mesma linha de considerações, Crisáfis (2000), ao ater-se às mudanças ocorridas no bairro Headingle, identificou um expressivo aumento no número de lojas, o êxodo de mais de 8.500 famílias nos últimos três anos, a transformação em habitações de estudantes de mais de 1.600 habitações, o aumento dos preços e o fechamento de escolas pela falta de crianças naquela área.

Além disso, as características físicas das habitações dos estudantes, resultado da falta de cuidado dos estudantes com a propriedade e da carência de

investimentos e manutenção dos proprietários, podem afetar investimentos econômicos no bairro e depreciar o valor das demais propriedades locais. (KENYON, 1997).

A influência das universidades e seus estudantes não se atem apenas na intensificação das atividades imobiliárias e na conformação dos bairros, mas também no direcionamento do crescimento urbano da cidade. Um caso brasileiro é o estudo de Brandli (2004) que comprovou que a universidade instalada em Ijuí exerce papel importante no processo de crescimento e conformação do espaço urbano da cidade, sendo o *campus* universitário um pólo atrativo ao desenvolvimento do mercado habitacional daquela cidade.

### **3 A cidade de Passo Fundo**

Passo Fundo possui uma população de aproximadamente 185.674 habitantes (Fundação de Economia e Estatística, 2006). O município possui uma área aproximada de 780 km<sup>2</sup> situada ao norte do estado do Rio Grande do Sul, região conhecida como “Planalto Médio”. A economia do município é pautada na produção agrícola em grandes, médias e pequenas propriedades que incrementam o setor industrial focado no *agrobusiness*, setor de transportes e pólo de serviços, em especial, educação, saúde e comércio.

Atualmente, Passo Fundo sedia a Universidade de Passo Fundo (UPF), a Faculdades Planalto (FAPLAN), a Faculdade Meridional (IMED), Portal Faculdades e Faculdade de Tecnologia SENAC. Ao concentrar uma variedade de serviços educacionais, a cidade desloca estudantes da região, de cidades próximas, que vêm a Passo Fundo diariamente estudar ou mudam-se para morar durante seus estudos.

Os dados sobre o mercado habitacional de Passo Fundo foram obtidos junto ao banco de dados do Sinduscon-PF e por meio de uma pesquisa de mercado realizada com 260 pessoas durante o Construmóveis 2006.

Quanto à oferta de imóveis, a média de lançamentos de edifícios em Passo Fundo, por trimestre tem sido em torno de 40 unidades (Figura 2). A unidade, nesse caso, considera o prédio todo, independente do número de lojas, conjuntos, salas comerciais e apartamentos.



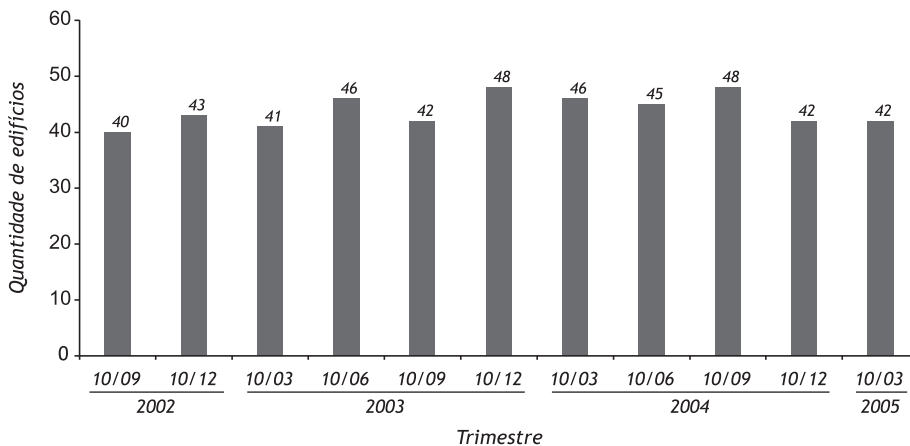


Figura 2 - Quantidade de edifícios lançados.

Fonte: Sinduscon-PF.

Quanto à evolução do estoque por tipo de imóvel e o número de unidades vendidas observa-se que o maior volume de lançamentos tem ocorrido nas edificações de dois dormitórios com 182 unidades autônomas lançadas e 14 vendas, seguidas das de um dormitório com 121 unidades lançadas e 11 vendas e de três dormitórios com 89 unidades lançadas e 31 vendas.

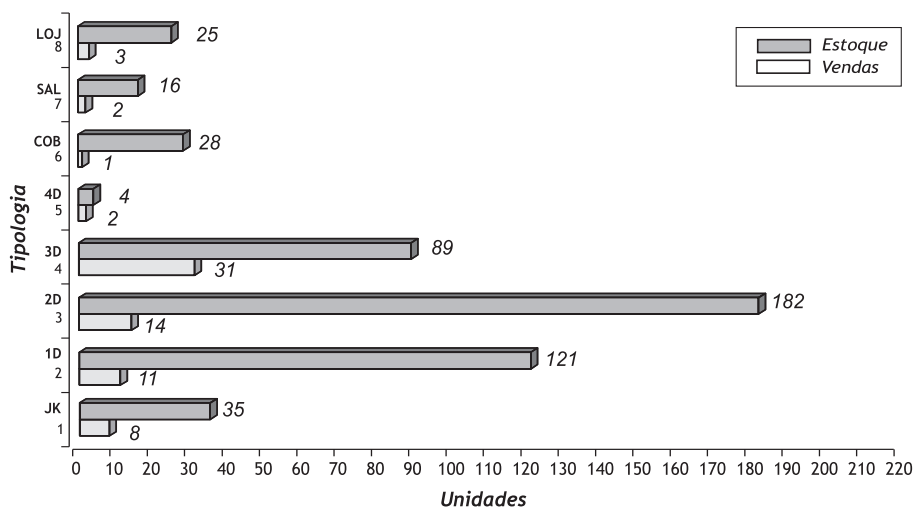


Figura 3 - Evolução do estoque por tipo do imóvel.

Fonte: Sinduscon-PF.

Quanto à demanda habitacional em Passo Fundo, os resultados da pesquisa de mercado mostraram que o tipo de imóvel preferido por 74% dos respondentes é o apartamento e os restantes 26% preferem a casa. Os Quadros 1 e 2 resumem as características preferenciais para cada um dos dois tipos de imóveis.

#### Quadro 1 - Características dos apartamentos.

Tipologia	32% 3 dormitórios + 1 suíte; 32% 2 dormitórios + 1 suíte; 18% 2 dormitórios
Tempo do imóvel	46% indiferente; 44% novo
Faixa de valor	19% de 50.000 a 70.000; 21% de 70.000 a 120.000; 30% de 120.000 a 180.000;
Localização	72% Centro
Recursos para compra	31% Carro; 28% poupança; 21% outro imóvel
Forma de pagamento	58% financiamento com a construtora; 29% financiamento bancário
Vagas de garagem	52% duas vagas; 40% uma vaga
Altura	42% 5º ao 8º andar
Prazo compra/entrega do imóvel	33% pronto para ocupação; 23% fase final de construção; 22% em planta
Tamanho e número de peças	76% peças maiores em menor número
Existência de mobília	80% sem mobília
Localização da mobília	41% cozinha; 32% quarto do casal; 14% sala

#### Quadro 2 - Características das casas.

Tipologia	40% 3 dormitórios + 1 suíte; 18% 2 dormitórios + 1 suíte; 15% mais de 3 dormitórios
Tempo do imóvel	55% indiferente; 41% novo
Faixa de valor	25% de 50.000 a 70.000; 30% de 70.000 a 120.000; 21% de 120.000 a 180.000;

Localização	Centro; Vergueiro; Fátima; Petrópolis
Recursos para compra	25% poupança; 24% outro imóvel; 25% mais de um tipo de recurso
Forma de pagamento	46% financiamento bancário; 30% financiamento com a construtora;
Vagas de garagem	50% duas vagas; 31% uma vaga
Prazo compra/entrega do imóvel	37% pronto para ocupação; 29% em planta; 19% fase final de construção
Tamanho e número de peças	79% peças maiores em menor número
Existência de mobília	92% sem mobília
Localização da mobília:	36% cozinha; 34% quarto do casal




**Apartamentos**

2 ou 3 dormitórios + 1 suíte; novo;  
de 70.000 a 120.000; 120.000 a 180.000;  
centro;  
Financiamento com a construtora.

1 ou 2 vagas de garagem: 5º ao 8º andar.

Pronto para ocupação ou em fase final de construção.  
Peças maiores em menor número sem mobília; Mobília na cozinha; quarto do casal; sala.



**Casas**

2 ou 3 dormitórios + 1 suíte; novo;  
50.000 a 70.000; 70.000 a 120.000;  
120.000 a 180.000  
Centro; Vergueiro; Fátima; Petrópolis.  
Financiamento bancário ou com a construtora.

1 ou 2 vagas de garagem: 5º ao 8º andar.  
Pronto para ocupação; em planta ou em fase final de construção.  
Peças maiores em menor número sem mobília.  
Mobília na cozinha; quarto do casal.

Figura 4 - Resumo dos imóveis preferidos

Esses dados refletem uma idéia da demanda e oferta habitacional em Passo Fundo. A população de estudantes tem um papel importante na conformação do estoque, tanto com relação à demanda por imóveis alugados quanto

na compra destes imóveis, causando um incremento substancial por novos investimentos. Em geral, tanto em termos de lançamentos como em termos da procura por imóveis, são preferenciais os imóveis localizados no Centro, de um, dois e três dormitórios, com suíte e com uma ou duas vagas de garagem. Os valores dos imóveis desejados são coerentes aos preços prestados pelo mercado, mostrando que os entrevistados estão conscientes dos valores dos imóveis desejados. Independente da escolha por casa ou apartamento, a preferência é por peças maiores em menor número e a não existência de mobília.

### **Considerações finais**

Este artigo procurou discutir o papel da universidade no desenvolvimento de uma localidade, tanto em termos econômicos como sociais, e as implicações para o mercado habitacional.

Passo Fundo é um exemplo de cidade onde o setor educacional, traduzido na oferta de várias faculdades e uma universidade, traz várias conseqüências ao desenvolvimento local. Além de atrair população, especialmente no tange aos estudantes advindos de cidades vizinhas, dinamiza a economia por meio gastos diretos e indiretos, dos empregos gerados e da disseminação de educação, capacitação de pessoal e pesquisa e extensão.

O mercado habitacional de Passo Fundo sobre influencia no que tange ao seu nível de atividades, às características da oferta, a definição dos vetores geográficos de expansão a áreas próximas ao *campus*. Salienta-se o papel dos estudantes nesse mercado, que demandam habitações específicas inerentes às necessidades deste nicho e impulsionam novos investimentos.

### **REFERÊNCIAS**

- BALL. London and property markets: a long-term view. **Urban Studies**, v. 33, n. 6, p. 859-877, 1996.
- BERGER, M. Trajectories in living space, employment and housing stock: the example of Parisian metropolis in the 1980s and 1990s. **Journal of Architectural and Planning Research**, v. 20, n. 2, p. 240-254, jun. 1996.
- BIBBY, P.; SHEPHERD, J. Projecting rates of urbanization in England, 1991-2016. **TPR**, v. 68, n. 1, p. 93-124, 1997.

BRANDLI, L. L. **Modelo de demanda habitacional de estudantes numa perspectiva de desenvolvimento local**. 2004. 308 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

BRANDLI, L. L.; HEINECK, L. F. M. A iniciação no mercado habitacional de estudantes universitários e a escolha da habitação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23, 2003, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. 1 CD-ROM.

CAMPOS, C.; SOMEKH, N. Desenvolvimento local e projetos urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 173-184.

CHATTERTON, P. University students and city centers: the formation of exclusive geographies: the case of Bristol, UK. *Geoforum*, v. 30, n. 2, p. 117-133, may 1999.

CHRISAFIS, A. **Two square miles of housing hell**. 2000. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/archive/article/html>>. Acesso em: 6 nov. 2002.

COMPANS, R. O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 91-114, maio 1999.

DAVIS, T. **California's future: it starts here: UC's contributions to economic growth, health and culture**. California, 2003. Disponível em: <<http://www.universityofcalifornia.edu/istartshere/report>>. Acesso em: 21 jul. 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_populacao.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php)>. Acesso em: 09 jul. 2007

FRANCO, A. desenvolvimento local integrado e sustentável. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 78, p. 6-19, set./nov. 1998.

JONES, C.; MACLENNAN, D. Urban growth and housing-market change: Aberdeen 1968 to 1978. **Environment and Planning A**, v. 23, p. 571-590, 1991.

JORDAN, A.; ZAPATA, T. Metodologia de capacitação em apoio ao desenvolvimento econômico local. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 75, p. 74-90, dez./fev. 1997.

KENYON, E. Seasonal sub-communities: the impact of student households on residential communities. **The British Journal of Sociology**, v. 48, n. 2, p. 286-301, 1997.

KENT, H. **The economic impact of Arizona State University**. Center for Business Research, College of Business, p. 4, dec. 1999. Disponível em: <<http://www.wpcarey.asu.edu/seid/cbr/impact>>. Acesso em: 27 jul. 2003.

KING, R. J.; FITZMAURICE, J.A. Housing sub market differentiation under conditions of capital decentralization: Albury-Wodonga, Australia. **Environment and Planning A**, v. 22, p. 1517-1544, 1990.

KOSEMPEL, S. **The economic impact of the University of Victoria**. Victoria: University of Victoria, 1995. Disponível em: <<http://www.inst.uvic.ca/other/impact13.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2003.

LANTZ, V.; BRANDER, J.; YIGEZU, Y. **The economic impact of the University of New Brunswick: estimations and comparisons with other Canadian Universities**. A report submitted to the office of the Vice president (Academic), Canada, Sept. 2002. Disponível em: <<http://v505jotqkgfu3br91t7w5fhzedjaoaz8igl.unbf.ca.>>. Acesso em: 09 jul. 2003.

MARTIN, F.; TRUDEAU, M. The economic impact of university research. **Research File**, v. 2, n. 3, p. 1-8, 1998.

RUGG, J.; RHODES, D.; JONES, A. **Students and the private rented market**. 2000. Disponível em: <<http://www.jrf.org.uk/knowledge/findings/housing/d60.asp>>. Acesso em: 11 out. 2002.

SKABURSKIS, A. Determinants of canadian headship rates. **Urban Studies**, v. 31, n. 8, p. 1377-1389, 1994.

SMITH, D. **Patterns and processes of studentification in leeds**. Disponível em: <[www.yhua.ac.uk/review/pdf%20files/volume12/12-15mith.pdf](http://www.yhua.ac.uk/review/pdf%20files/volume12/12-15mith.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2002.

SUDMANT, W. The economic impact of the university of British Columbia on the Greater Vancouver Regional District. **Planning and Institutional Research**, University of British Columbia, Nov. 2002. p. 3. Disponível em: <[http://www.pair.ubc.ca/studies/ei\\_nov2002.htm](http://www.pair.ubc.ca/studies/ei_nov2002.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2003.

VAINER, C. Entrevista: desenvolvimento local integrado e sustentável. **Proposta**, Rio de Janeiro, Fase, n. 78, set./nov. 1998. p. 40-47.

## Seção II

# Direito

**Comunidades tradicionais vivências e conquistas para a preservação da diversidade biológica e cultural**

*Carolina Giordani Kretzmann,  
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger*

**Justiça internacional: considerações a partir do pensamento de John Rawls e Amartya Sen**

*Neuro José Zambam*

**A atividade jurisdicional e o processo hermenêutico para concretização do direito por meio da proporcionalidade**

*Fernanda Demarchi Matielo*





# **Comunidades tradicionais**

## vivências e conquistas para a preservação da diversidade biológica e cultural

*Carolina Giordani Kretzmann\**,  
*Raquel Fabiana Lopes Sparemberger\*\**

As nações indígenas do Xingu, junto com parentes de muitas regiões do Brasil e do mundo, afirmam que é preciso respeitar a nossa mãe natureza. Aconselhamos a não destruírem as florestas, os rios, que são nossos irmãos. Decidimos que não queremos a construção de barragens no rio Xingu e em outros rios da Amazônia, pois ameaçam as nações indígenas e os ribeirinhos. Durante muito tempo o homem branco agrediu nosso pensamento e o espírito dos nossos antigos. Agora deve parar. Nossos territórios são os sítios sagrados do nosso povo, morada do nosso Criador, que não podem ser violados.<sup>1</sup>

\* Mestre em Direito Ambiental e Relações do Trabalho pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); pesquisadora do Grupo de Pesquisa no CNPq – Direito, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

\*\* Doutora em Direito, professora dos cursos de Mestrado em Desenvolvimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ) e do Mestrado em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); professora pesquisadora do CNPq e da FAPERGS. Grupo de Pesquisa no CNPq – Direito, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

<sup>1</sup> O trecho é parte da Declaração Indígena de Altamira, resultante do Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em 24 de fevereiro de 1989, em Altamira, Pará, com o objetivo de discutir os impactos que a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu causariam ao meio ambiente e aos povos indígenas da região.

**Resumo:** O texto trata do conceito, características e vivências das comunidades tradicionais e da importância das mesmas à preservação da biodiversidade. Analisa a inter-relação entre a biodiversidade e a preservação da cultura dessas comunidades, que mantêm atividades de baixo impacto ambiental, de respeito aos recursos naturais e com vistas à sustentabilidade ambiental. Relaciona alguns grupos sociais que integram as comunidades tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores, suas características, localização e modos de vida.

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais. Biodiversidade. Preservação.

**Abstract:** This text deals with the concept, characteristics and existence of the traditional communities and the importance to the biodiversity preservation. Analyses the interrelation between the biodiversity and the preservation of these communities, which keep activities of low environmental impact, with respect of the natural resources and with view of environmental support. It relates some social groups, which take part in traditional communities like the indians, *quilombolas*, *ribeirinhos*, *caiçaras*, fishermen, its characteristics, location and way of life.

**Keywords:** Traditional communities. Biodiversity. Preservation.

## **INTRODUÇÃO**

As comunidades tradicionais, expressas em vários grupos sociais e culturais no Brasil, entre os quais indígenas, quilombolas, seringueiros, pescadores artesanais, babaçueiros, ribeirinhos, caiçaras, caipiras, sertanejos, surgem na esfera pública e social como partes legitimamente interessadas e dependentes da preservação da biodiversidade. O ambiente em que vivem e os recursos naturais neste existentes são fundamentais à sobrevivência e manutenção da identidade e cultura desses grupos.

Um dos principais objetivos do trabalho é avaliar o papel da sociodiversidade e da biodiversidade para a preservação ambiental, avaliando a inter-relação entre ambas e a importância na configuração de uma relação homem/natureza com bases sustentáveis, respeito aos recursos naturais, aos direitos de cidadania das populações tradicionais, como forma de garantir uma sobrevivência digna e em harmonia com a natureza.

Inicialmente, o texto trata do conceito e das características das comunidades tradicionais, reconhecidas como grupos humanos com uma cultura diferenciada da cultura ocidental moderna, que desenvolve uma economia de subsistência na maioria dos casos, que aplica técnicas de utilização dos recursos

naturais aprendidas com os antepassados, consideradas de baixo impacto ambiental e com respeito aos ciclos de renovação dos ecossistemas.

A seguir, são relacionados os principais exemplos de comunidades tradicionais existentes no Brasil, suas características, modos de vida e expressões culturais. Para esses grupos, a riqueza da biodiversidade é que possibilita a manutenção de sua organização social e econômica, desenvolvendo formas sustentáveis de se relacionarem com a natureza e preservando sua identidade.

Após, faz-se uma análise do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentado através da lei 9.985/2002, que institui os modelos de unidades de conservação adotados no Brasil e a relação destes com a sobrevivência e sustentabilidade das comunidades tradicionais.

E por fim, aborda a questão da biodiversidade, sua relação e importância à preservação do *mundo natural* e sobrevivência das comunidades tradicionais. Trata a respeito da convenção de diversidade biológica (CDB), seus objetivos e qual a real situação da luta pela conservação da diversidade biológica e cultural.

## **1 Comunidades tradicionais: conceito e características**

Os grupos sociais conhecidos como “comunidades tradicionais” possuem grande conhecimento do mundo natural, vivem em harmonia com a natureza e possuem práticas e saberes próprios em relação à biodiversidade, desenvolvendo formas especiais de manejo. Em sua maioria, vivem numa economia de subsistência, onde o uso sustentável dos recursos é uma questão de autopreservação. Grande parte desses grupos está concentrado nos trópicos, onde a riqueza da diversidade biológica possibilita maiores condições de sobrevivência. (HELENE; BICUDO, 1994).

Diegues e Arruda (2001b, p. 27) definem populações tradicionais como:

Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

A medida provisória 2.186-16/2001, em seu artigo 7º, inciso III, define comunidade tradicional ou local como: “grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, distintos por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas de costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas.”

O princípio 22 da Declaração do Rio de Janeiro, de 1992, declara que:

As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável.

Percebe-se, a partir desse princípio, o reconhecimento e a importância das comunidades tradicionais e de seus conhecimentos para o meio ambiente. No entanto, em virtude dos interesses econômicos, dos desrespeitos à identidade e cultura desses povos e da falta de proteção legal aos seus conhecimentos e territórios, a sobrevivência e os propósitos de conservação ficam subjugados à exploração de multinacionais, interessadas na riqueza da biodiversidade nacional e dos conhecimentos que essas comunidades possuem, obtidos através de sua vivência e interação com os ecossistemas.

O que tem chamado especial atenção para as comunidades tradicionais nos últimos anos é sua estreita ligação com a preservação da diversidade biológica, uma vez que a perda da diversidade ameaça também a sobrevivência cultural desses grupos, sendo possível afirmar que a destruição de ecossistemas e a perda global da diversidade biológica podem conduzir a uma perda maciça de diversidade cultural. (HELENE; BICUDO, 1994). “As diversidades biológica e cultural estão intimamente relacionadas entre si, ao mesmo tempo em que ambas são condições essenciais para uma maior sustentabilidade global”. (HELENE; BICUDO, 1994, p. 31).

Conforme Diegues (2001a), o reconhecimento da importância das populações tradicionais para a conservação e manutenção da diversidade biológica é um fenômeno recente, causado pelo surgimento de um ecologismo no Terceiro Mundo, que difere dos países industrializados. E nesse ecologismo do Terceiro Mundo, surgem movimentos sociais que lutam pelo respeito à diversidade cultural como base à preservação da diversidade biológica.

Como essas comunidades dependem unicamente do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis em seus territórios, exercem um controle sobre o meio de forma que a utilização dos recursos não leve à degradação ambiental. Assim,

As relações das comunidades tradicionais com o meio ambiente são de sustentabilidade: elas conseguem identificar o necessário limite de extração das riquezas naturais, de utilização do solo e das águas e de lançamento de dejetos. Tais comunidades quando não estão em contato com a civilização moderna, jamais superam a capacidade de suporte dos ecossistemas aos quais pertencem. (HELENE; BICUDO, 1994, p. 34).

As comunidades tradicionais caracterizam-se pela dependência aos recursos naturais com os quais constroem seu modo de vida; pelo conhecimento aprofundado que possuem da natureza, que é transmitido de geração a geração oralmente; pela noção de território e espaço onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência, mesmo que em algumas comunidades a produção de mercadorias esteja mais ou menos desenvolvida; pela importância dos símbolos, mitos e rituais associados as suas atividades; pela utilização de tecnologias simples, com impacto limitado sobre o meio; pela auto-identificação ou pela identificação por outros de pertencer a uma cultura diferenciada, entre outras. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b, p. 26).

Como importante elemento na relação entre as populações tradicionais e a natureza está a noção de território a essas populações. O território é que fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção, os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais. (DIEGUES, 2001a). “Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais”. (DIEGUES, 2001a, p. 85).

Embora a proteção legal às comunidades tradicionais ainda seja deficiente, muitos movimentos socioambientais surgiram no Brasil desde a década de 80, colaborando para que a questão da preservação ambiental aliada ao respeito pelas comunidades e conhecimentos tradicionais e a luta por justiça social fossem inseridas em vários níveis e instituições, inclusive com a consagração de direitos socioambientais na Constituição Federal de 1988.

Conforme Santilli (2005, p. 35),

O socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais.

Para Santilli (2005), é possível perceber na Constituição Federal de 1988 uma orientação claramente multicultural e pluriétnica, uma vez que reconhece direitos coletivos a povos indígenas e quilombolas. Dessa forma, além da proteção ao meio ambiente prevista no artigo 225, a Constituição protege também a sociodiversidade. Além disso, os artigos 215 e 216 da Carta Maior, são dedicados à proteção da cultura, sendo que o § 1º do artigo 215 determina a proteção pelo Estado, das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como aos demais grupos participantes do processo civilizatório nacional.

A autora vê nessa orientação multicultural da Constituição Federal um benefício à coletividade:

Os dispositivos constitucionais que asseguram os direitos dos povos indígenas e quilombolas e a proteção à cultura consagram duas faces dos direitos coletivos. Asseguram direitos coletivos às minorias étnica e culturalmente diferenciadas e garantem a todos – ou seja, a toda a coletividade – o direito à diversidade cultural. Por um lado, os povos indígenas e quilombolas têm o direito a continuar existindo enquanto tais, e a garantia de seus territórios, recursos naturais e conhecimentos, e, por outro, toda a sociedade brasileira tem o direito à diversidade cultural e à preservação das manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos e sociais que a integram. (SANTILLI, 2005, p. 81).

Embora existam entendimentos no sentido de considerar que as comunidades tradicionais não contribuem à conservação da biodiversidade, é importante reconhecer que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir positivamente para a preservação ambiental. Essas comunidades exercem, em sua maioria, atividades de baixo impacto ambiental, aliadas ao uso de técnicas pouco agressivas aos recursos naturais, geralmente artesanais.

Além disso, as maiores destruições e degradações do ambiente natural podem ser atribuídas a grandes grupos econômicos e a grandes fazendeiros, que exercem atividades de alto impacto ambiental, refletindo modelos de de-

envolvimento inadequados e com alto custo aos países de baixa renda, ricos em biodiversidade, mas muito explorados graças à pobreza e à ineficiência da política dominante.

A capacidade que as comunidades tradicionais possuem de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo, as diferenciações na fauna e na flora, as diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções, pode ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas. (DIEGUES, 2000).

Para Castro, os saberes tradicionais manifestam-se por ações práticas, provêm de um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimentos através de gerações. E, em relação ao trabalho realizado pelas comunidades tradicionais, acrescenta que

suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo. (CASTRO apud DIEGUES, 2000, p. 169).

Ao mesmo tempo em que retiram da natureza os recursos necessários a sua sustentabilidade, esses grupos tradicionais preservam os ecossistemas, respeitando seus ritmos de renovação e equilíbrio. Conforme Castro, “nas sociedades ditas ‘tradicionais’ e no seio de certos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, enfim, o simbólico”. (CASTRO apud DIEGUES, 2000, p. 167).

É com base no sistema de representações, símbolos e mitos que as populações tradicionais constroem suas ações sobre o meio em vivem. Alguns povos acreditam, por exemplo, que existem entes mágicos que castigam os que destroem as florestas, maltratam os animais ou pescam mais do que o necessário. (DIEGUES, 2001a). Dessa forma, associando mitos, símbolos e até mesmo explicações religiosas, as populações tradicionais criam uma relação de respeito aos ciclos naturais, garantindo também sua sustentabilidade e mantendo viva a sua cultura.

## **2 Modos de vida tradicionais: uma luta pela sobrevivência material e cultural**

Os povos desenvolveram uma série de maneiras de conviver com os ambientes frágeis. Nós conhecemos muito pouco sobre como esses sistemas se desenvolveram, como eles funcionam e como podem ser adaptados para fazê-los mais produtivos e ecologicamente saudáveis. Sabemos, no entanto, que a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações locais. Seu conhecimento é valioso para o futuro do ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conheceremos esses ambientes se os povos que os desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos de continuar seu modo de vida tradicional. (CLAY, 1985 apud DIEGUES, 2001a).

Diegues e Arruda (2001b) diferenciam as populações tradicionais indígenas das populações tradicionais não-indígenas. Para eles, a identidade dos povos indígenas é definida de forma mais clara que a identidade da população não-indígena, pois aqueles têm reconhecido o direito histórico a seus territórios quando do estabelecimento de áreas indígenas no Brasil. No entanto, apesar dessa diferenciação, o conceito que reconhece as populações tradicionais como grupos humanos que possuem cultura diferenciada, com relações baseadas na cooperação social e em formas próprias de tratar a natureza, é apropriado para caracterizar ambos grupos de populações tradicionais: os indígenas e os não-indígenas.

As populações tradicionais não-indígenas descritas por Diegues e Arruda são as seguintes: açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros, varjeiros.

Essas populações desenvolvem uma especial forma de se relacionarem com a biodiversidade. Para Diegues e Arruda (2001b, p. 33),

As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma particularidade, no entanto, é que essa natureza diversa não é vista pelas comunidades tradicionais como selvagem em sua totalidade; foi e é domesticada, manipulada. [...] Pode-se falar numa etnobiodiversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual também participa o homem, nomeando-a, classificando-a e domesticando-a. Conclui-se, então, que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural



como do cultural, mas é a cultura, como conhecimento, que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar suas espécies e colocar outras, enriquecendo-as, com frequência.

Um exemplo de comunidade tradicional que luta para manter viva sua cultura e ter reconhecida a propriedade das terras que ocupam há séculos, é o das comunidades de quilombolas. Conforme o decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, os remanescentes de comunidades de quilombos podem ser definidos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Os atuais quilombos têm sua origem em fazendas falidas, em doações de terras feitas aos escravos, nas compras de terras pelos escravos alforriados, das terras das ordens religiosas do século XIII, na prestação de serviços de escravos em guerras. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2006). Em sua maioria, os quilombolas vivem da pequena agricultura, do artesanato, da pesca e do extrativismo.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, assegura direitos especiais aos quilombolas: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

No Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, há cerca de 50 comunidades de quilombolas, onde cada família possui uma área demarcada e em cada sítio familiar há áreas de terras de uso, áreas que são mantidas como capuavas (que possibilitam o descanso da terra de lavoura) e áreas onde a vegetação se mantém. (SOS MATA ATLÂNTICA, 2006). Dessa forma, essas comunidades conseguem aliar medidas sustentáveis de sobrevivência com o respeito ao meio ambiente.

As comunidades de ribeirinhos também se caracterizam por exercerem atividades extrativistas, fazendo da pesca sua principal fonte de renda. Vivem, em sua maioria, à beira de lagos, várzeas e igarapés. Quando as chuvas inundam os rios impossibilitando a pesca e o feitiço da roça, dedicam-se ao extrativismo e à agricultura, produzindo em regime familiar e vendendo o excedente. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b).

Conforme Diegues e Arruda (2001b, p. 41),

Como os sítios ocupam beiras dos rios, os ribeirinhos podem tirar proveito das várzeas, colhendo produtos alimentícios, em particular a mandioca, mas também frutas e ervas medicinais. Nas florestas extraem o látex para a venda e também a castanha-do-pará, além de criarem pequenos animais domésticos e possuírem algumas cabeças de gado. Moram em casas de madeira construídas em palafitas, mais adequadas ao sistema de cheias.

Os babaqueiros são populações extrativistas que vivem principalmente da coleta do babaçu, mas praticam também a pequena agricultura. Estão localizados principalmente no Meio-Norte, abrangendo o Maranhão, o Piauí e algumas áreas de Goiás. “O babaqueiro não utiliza apenas o coco, vendido para a produção de óleo, mas também as folhas para a construção de casas e a casca como combustível doméstico e matéria-prima para artesanato caseiro”. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b, p. 40). As mulheres e as crianças são fundamentais no desenvolvimento das atividades das populações babaqueiras, recolhendo e quebrando o coco que será vendido posteriormente e que se transformará numa das principais fontes de renda da família.

As comunidades caiçaras são formadas pela mescla étnico-cultural de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, escravos africanos. Suas atividades são basicamente a agricultura itinerante, a pequena pesca, o extrativismo vegetal e o artesanato. Localizam-se principalmente nas áreas costeiras do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná e norte de Santa Catarina. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b).

Os caiçaras sofrem muitas ameaças a sua sobrevivência material e cultural, especialmente em razão do avanço da especulação imobiliária a partir das décadas de 50 e 60, que privou grande parte dessas populações de suas poses nas praias, obrigando-os a exercer atividades de caseiros e pedreiros e a morar longe de seu local de trabalho, dificultando a atividade pesqueira. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b).

Além disso, grande parte dos territórios ocupados por caiçaras foi transformado em áreas protegidas, limitando as atividades tradicionalmente desenvolvidas por essas comunidades. “Emergiram assim, os conflitos com os administradores das unidades de conservação, além de uma migração ainda maior para as áreas urbanas, onde os caiçaras, expulsos de seus territórios, passaram a viver em verdadeiras favelas, fadados ao desemprego e ao subemprego”. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b, p. 43).

As populações açorianas se estabeleceram no litoral catarinense e rio-grandense a partir do século XVIII, passando a combinar as atividades agrícolas com a pesqueira. A partir do século XX, em função da expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocorreu uma especialização nas atividades pesqueiras e a agricultura passou a ser exercida principalmente pelas mulheres. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b).

Assim como ocorreu com os caiçaras, os açorianos passaram a sentir as conseqüências, a partir das décadas de 70 e 80, da expansão urbana e do turismo em seus territórios, fazendo com que essas populações se transferissem aos setor de serviços para atenderem ao número crescente de turistas na região.

Os praieiros estão localizados na faixa litorânea da região amazônica, compreendida entre o Piauí e o Amapá. A principal atividade exercida por estas populações é a pesca, complementada pelo extrativismo e pelo turismo. Como ocupam grandes extensões de manguezal, é daí que retiram os principais produtos que utilizam para viver, como o pescado, os crustáceos, os moluscos, a madeira para construção de suas casas. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b).

Os pescadores artesanais estão espalhados pelo Litoral, fazendo da pesca sua principal atividade, mas exercendo também a pequena agricultura, o extrativismo e o artesanato. A produção pesqueira é em parte consumida pela família e em parte comercializada e a unidade de produção é geralmente familiar, incluindo na tripulação os conhecidos e os parentes longínquos. (DIEGUES; ARRUDA, 2001b).

As comunidades de jangadeiros são formadas por pescadores marítimos, que habitam a faixa costeira entre o Ceará e o Sul da Bahia. Utilizam as “jangadas de alto” para a pesca em alto-mar e os paquetes e botes (pequenas jangadas) para a pesca costeira e estuarina. Os jangadeiros sofrem com a concorrência dos pescadores de botes motorizados, além dos impactos causados pelo turismo e pela perda da posse nas praias para a construção de residências secundárias dos veranistas. Diegues e Arruda (2001b, p. 47) destacam que:

Esses pescadores detêm grande conhecimento da arte da navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação, por meio do qual linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos localizados no continente. [...] Os jangadeiros demonstram possuir grande conhecimento da diversidade das espécies de pescado que capturam, sabendo a sazo-

nalidade e os hábitos migratórios e alimentares de número razoável de peixes, sobretudo os de fundo.

As populações indígenas são o exemplo mais expressivo de comunidades tradicionais existentes no Brasil. São mais de duzentas sociedades indígenas culturalmente diferenciadas, que desenvolveram formas de adaptação aos ecossistemas presentes no território nacional. Conforme Diegues e Arruda (2001b, p. 29):

Ainda hoje, a qualidade de ocupação indígena deve ser enfatizada. Suas áreas, em geral, são as de cobertura florestal mais preservada, mesmo nos casos em que a devastação ambiental tenha se expandido ao seu redor. Isso explica também as situações de envolvimento de povos indígenas em processos de extração ambientalmente predatórios (madeira, minérios). Baseados em formas socioculturais que restringem a ampliação desmesurada do uso dos recursos naturais assim como a acumulação privada, esses povos desenvolveram profundo e extenso conhecimento das características ambientais e possibilidades de manejo dos recursos naturais nos territórios que ocupam.

Apesar de os povos indígenas terem reconhecidos constitucionalmente o direito à identidade cultural e os direitos originários às terras que ocupam, Diegues e Arruda (2001b, p. 53) acrescentam que

o Estado não tem cumprido esse papel legal de proteção às áreas indígenas; mesmo as totalmente regularizadas, na sua maior parte, sofrem invasões de garimpeiros, mineradoras, madeireiras e posseiros; são cortadas por estradas, ferrovias, linhas de transmissão, inundadas por usinas hidrelétricas e outros impactos decorrentes de projetos econômicos da iniciativa privada e projetos desenvolvimentistas governamentais.

A valorização e o respeito de indígenas, quilombolas, caiçaras, babaçueiros e demais povos detentores de saberes tradicionais e que dependem diretamente da natureza para viver, deve partir do reconhecimento às formas de manejo que desenvolvem. Essas formas respeitam o ritmo da natureza, como por exemplo, o fato de exercerem a pesca na época adequada e, quando há cheias ou piracema, buscarem outra maneira de subsistência, como a pequena agricultura e o extrativismo vegetal.

Como todas populações tradicionais dependem dos recursos naturais para a sobrevivência familiar, medidas ecológico-sustentáveis são fundamentais no

desenvolvimento das atividades dessas populações. Diante da necessidade de preservação ambiental e da intensa degradação a que o mundo assiste, políticas públicas em prol das populações tradicionais devem ser priorizadas.

Expulsar as populações de seus locais de origem (como ocorre nos modelos de unidades de conservação integral, por exemplo), onde vêm desenvolvendo sua cultura e lutando pela sua sobrevivência há gerações, recolocando-os em áreas que não oferecem condições de manutenção e que não permitem a continuidade de seu modo de vida tradicional, apenas colabora para a marginalização e para o empobrecimento dessas populações.

### **3 Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a sustentabilidade das comunidades tradicionais**

A lei 9.985, de 18 de julho de 2002, institui no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tem por fim ordenar as áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal. Conforme o texto legal, o SNUC possui os seguintes objetivos:

Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características da natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Duas categorias de unidades de conservação são estabelecidas pelo SNUC: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. As de pro-

teção integral têm o objetivo básico de preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, com algumas exceções, e são compostas por:

- I) Estação ecológica: objetiva além da preservação da natureza também a pesquisa científica, sendo proibida entrada de visitantes, exceto os que possuem objetivos educacionais ou científicos;
- II) Reserva biológica: objetiva a preservação da biota, sem interferência humana, exceto nas medidas de recuperação dos ecossistemas, do equilíbrio natural, da diversidade biológica e dos processos ecológicos;
- III) Parque nacional: objetiva a preservação dos ecossistemas com a possibilidade de atividades de recreação, turismo ecológico, além de atividades de educação ambiental e pesquisa científica;
- IV) Monumento natural: objetiva preservar sítios naturais raros;
- V) Refúgio de vida silvestre: objetiva a proteção de ambientes naturais que garantam a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna.

As unidades de uso sustentáveis têm como objetivo básico a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais e são compostas por:

- I) Área de proteção ambiental (APA): área com certo grau de ocupação humana e tem como objetivo a proteção da diversidade biológica disciplinando o processo de ocupação de forma a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;
- II) Área de relevante interesse ecológico (ARIE): área de pequena extensão em geral, com pouca ou nenhuma ocupação humana e tem como objetivos manter os ecossistemas naturais e regular o uso compatível com os objetivos de conservação da natureza;
- III) Floresta nacional: tem como objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica com ênfase em métodos para a exploração sustentável;
- IV) Reserva extrativista: área utilizada por populações extrativistas tradicionais e tem como principal objetivo a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações;
- V) Reserva de fauna: áreas com animais nativos, residentes ou migratórios, adequados para estudos técnico-científicos sobre recursos faunísticos;

- VI) Reserva de desenvolvimento sustentável: área que abriga populações tradicionais que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e manutenção da diversidade biológica;
- VII) Reserva particular do patrimônio natural: área gravada com perpetuidade, que objetiva a conservação da diversidade biológica.

Diegues (2000) chama a atenção para a ineficiência dos modelos de conservação do mundo natural adotados pelas instituições governamentais. Para ele, há indícios de que esses modelos foram adotados com base em exemplos de países com realidades ecológica e sociocultural distinta da brasileira, resultando ineficientes à conservação ambiental. São modelos que em sua maioria pregam pelo afastamento das comunidades tradicionais dos seus locais de origem, em nome da conservação do *mundo selvagem*, com base na concepção de que natureza e sociedade devem manter-se afastadas para que a natureza seja salva.

Discorrendo a respeito do modelo de unidades de conservação adotado no Brasil e nos países de Terceiro Mundo em geral, Arruda (apud DIEGUES, 2000, p. 279-280) dispõe que,

esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza; supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos); e, finalmente, que estas áreas podem ser perpetuadas num estado natural de equilíbrio.

Como conseqüências da adoção do modelo de unidades de conservação pode-se citar o agravamento das condições de vida das populações tradicionais; o fato de que essas populações acabam sendo expulsas para a periferia das cidades; o aumento da degradação ambiental, uma vez que as populações expulsas de seus locais de origem passam a ocupar novas áreas para moradia; o crescimento do conflito rural entre outras.

E quando essas populações resistem e acabam permanecendo nos locais de origem, passam a ser criminalizadas pelo uso dos recursos naturais.

A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinha ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou etc., tudo isso é, de uma penada jurídica,

transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. (ARRUDA apud DIEGUES, 2000, p. 280).

Conforme um exemplo apresentado pela pesquisadora Márcia Nunes, do Núcleo de Pesquisa de Populações Humanas da USP, referente à criação da Estação Ecológica da Juréia (SP), em 1987, na qual foi proibida a entrada de qualquer cidadão, exceto pesquisadores ou cientistas, tem-se que o resultado obtido foi um alto índice de preservação da Mata Atlântica, porém, o índice de desenvolvimento humano (IDH) foi um dos mais baixos no estado de São Paulo. (GLASS, 2006).

A conferência da UICN intitulada “Conservação e desenvolvimento: pon-do em prática a estratégia mundial para a conservação”, realizada em 1986 em Ottawa, no Canadá, tratou da questão das populações tradicionais e uni-dades de conservação e recomendou às ONGs, governos e instituições:

- a) reconhecer a relação particular que esses povos mantêm com a natureza;
- b) assegurar aos povos tradicionais (indígenas, tribais e tradicionais) a participa-ção no controle de uso dos recursos compartilhados;
- c) assegurar que os governos nacionais dediquem atenção necessária às neces-sidades e aspirações dos povos tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação de parques nacionais e reservas;
- d) assegurar consulta e acordo desses povos no estabelecimento e manutenção de parques. (DIEGUES, 2001a, p. 103).

Diegues (2000) reconhece nas práticas de manejo das populações tradi-cionais uma significativa contribuição à manutenção da diversidade biológica. Segundo ele, vários estudos afirmam que a manutenção e até mesmo o au-mento da diversidade biológica nas florestas tropicais, está relacionada com as práticas tradicionais da cultura itinerante dos povos primitivos.

Os modelos de conservação que pretendem afastar as comunidades tradi-cionais de seus locais de origem realmente são merecedores de críticas, uma vez que não consideram que a relação de equilíbrio e interação dessas comuni-dades com seu meio se diferencia da relação que as economias modernas possuem com os recursos naturais.



Porém, é preciso considerar que algumas comunidades são coniventes com a exploração ilegal da biodiversidade em troca de recursos financeiros, o que é alvo de críticas por muitos ambientalistas. No entanto, deve-se considerar o fato de que se essas comunidades dependem financeiramente da exploração e venda ilegal dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência, é porque não recebem incentivos para que sua sustentabilidade econômica seja preservada (ou recuperada) e porque os modelos de conservação instituídos restam ineficientes para tanto.

#### **4 Comunidades tradicionais e biodiversidade**

O único processo contínuo na década de 90, que levará milhões de anos para ser corrigido, é a deterioração da diversidade genética e das espécies, através da destruição de *habitats* naturais. Esta, é a loucura pela qual não seremos perdoados por nossos descendentes (E. O. Wilson).

A Convenção de Diversidade Biológica, que estabelece normas e princípios ao uso de proteção da diversidade biológica, assinada pelo Brasil e demais países signatários em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelece como objetivos a conservação da diversidade biológica, utilização sustentável e repartição justa e equitativa dos recursos genéticos (artigo 1º).

A definição do termo *diversidade biológica* ou *biodiversidade* pode ser extraída do artigo 2º da Convenção de Diversidade Biológica:

Diversidade biológica significa as variabilidades de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Do artigo 8º (j) da convenção, é possível verificar o compromisso que os países signatários deverão assumir em relação às populações indígenas e às comunidades tradicionais:

Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indíge-

nas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

No entanto, Santilli (2005) alerta que as iniciativas para compatibilizar os princípios da Convenção de Diversidade Biológica com as disposições do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS)<sup>2</sup>, ainda são tímidas. Para ela,

O certo é que enquanto for legalmente possível que uma empresa europeia, dos Estados Unidos ou do Japão (países onde estão concentradas as multinacionais da área de biotecnológica) colete material biológico em um país do sul, leve-o para o exterior, identifique um princípio ativo, sintetize-o e obtenha uma patente sobre um produto ou processo resultante, sem a imposição de qualquer sanção ou penalidade pelo sistema internacional, muito pouca eficácia prática terá a CDB.

Conforme o Instituto Socioambiental (ISA), a diversidade biológica talvez seja a única esfera que coloca o Brasil como o país mais rico do planeta. A Amazônia representa a maior área contínua de floresta tropical do mundo, entre 10% a 20% das 1,5 milhão de espécies catalogadas de seres vivos. Além disso, o Brasil é extremamente rico no quesito diversidade de populações tradicionais, possui cerca de 220 povos indígenas, além dos povos não-indígenas.

Assim, a necessidade atual da adoção de um conceito mais abrangente de biodiversidade justifica-se pela riqueza de diversidade cultural presente nos locais onde a biodiversidade é mais concentrada (Amazônia, Mata Atlântica, no caso do Brasil). Nesse sentido, pode-se afirmar que:

A diversidade cultural humana também pode ser considerada parte da biodiversidade. Tal como a diversidade genética ou de espécies, alguns atributos das culturas humanas (como o nomadismo ou rotação de culturas) representam *soluções* aos problemas de sobrevivência em determinados ambientes. E, como outros

---

<sup>2</sup> O TRIPS é um dos pilares do regime do comércio global, que define padrões de proteção aos direitos de propriedade intelectual para os países membros da OMC. O artigo do TRIPS que mais tem suscitado controvérsias em relação aos princípios da CDB é o 27.3 (b), que permite que os países membros excluam do patenteamento plantas e animais, mas determina que eles estabeleçam proteção patentária para microorganismos e procedimentos não-biológicos ou microbiológicos. (SANTILLI, 2005, p. 206-207).

aspectos da biodiversidade, a diversidade cultural ajuda as pessoas a se adaptarem a novas condições. A diversidade cultural manifesta-se pela diversidade de linguagem de crenças religiosas, de práticas de manejo da terra na arte, na música, na estrutura social, na seleção de cultivos agrícolas, na dieta e em todos os outros atributos da sociedade humana. (WRI; UICN; PNUMA, 1992, p. 3).

Apesar da biodiversidade ser considerada o ouro e o petróleo verdes das indústrias farmacêuticas e de biotecnologias, é, na verdade, mantida e protegida pelas comunidades tradicionais. (SHIVA, 2001). Dessa forma, “quando se pede às comunidades nativas que vendam seu conhecimentos às corporações, está se pedindo que vendam seu direito inato de continuar a praticar suas tradições no futuro e suprir suas necessidades com conhecimentos e recursos próprios”. (SHIVA, 2001, p. 100-101).

Shiva (2001) afirma que a conservação da biodiversidade depende do respeito aos direitos das comunidades locais. A alienação desses direitos é o caminho à deterioração da biodiversidade, ameaçando a sobrevivência ecológica e o bem-estar econômico. Para ela, “a diversidade é a chave da sustentabilidade. É a base do mutualismo e da reciprocidade – a *lei do retorno* que tem como princípio o reconhecimento do direito de todas as espécies à felicidade e ao não-sofrimento”. (SHIVA, 2000, p. 91).

Para a autora, as duas causas principais da deterioração da biodiversidade são a destruição dos habitats devido à construção de barragens, rodovias, minas e aquículturas e a pressão tecnológica e econômica para substituir diversidade por homogeneidade na silvicultura, agricultura, piscicultura e criação de animais. E a crise causada por essa deterioração não ameaça apenas o desaparecimento das espécies, mas também a vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas no Terceiro Mundo. (SHIVA, 2001). “A emergência das novas biotecnologias mudou o sentido e valor da biodiversidade. Ela foi convertida de base de sustentação da vida para as comunidades pobres, em base de matéria-prima para empresas poderosas”. (SHIVA, 2001, p. 92).

A conservação da biodiversidade difere da conservação tradicional da natureza e requer uma mudança de enfoque defensivo para um enfoque mais ativo, que vise satisfazer a demanda humana por recursos biológicos, garantindo ao mesmo tempo a sustentabilidade da riqueza biótica da Terra. Essa meta de conservação da biodiversidade procura manter o sistema de apoio à vida humana que é dado pela natureza e os recursos vivos essenciais ao desenvolvimento. (WRI; UICN; PNUMA, 1992).

Shiva (2001) aponta para a necessidade de superação do sistema econômico dominante, que sempre ignorou o valor ecológico dos recursos naturais, e para

a busca de um novo paradigma econômico alternativo, que não reduza todos os valores a preço de mercado e todas as atividades humanas em comércio. Para ela, a biodiversidade deve ser reconhecida como detentora de um valor em si e os valores da biodiversidade em diferentes contextos sociais precisam ser reconhecidos.

Conforme o relatório *Estratégia global da biodiversidade* (WRI; UICN; PNUMA, 1992, p. 12-18), seis causas fundamentais de perda da biodiversidade podem ser arroladas:

- 1) a alta taxa de crescimento demográfico e do consumo de recursos naturais;
- 2) a redução progressiva na comercialização de produtos agrícolas, florestais e pesqueiros;
- 3) sistemas econômicos e políticas que não atribuem o devido valor ao ambiente e seus recursos;
- 4) desigualdade na distribuição de propriedade, na gestão e no fluxo de benefícios advindos do uso e da conservação de recursos biológicos;
- 5) deficiência de conhecimento sobre os ecossistemas naturais e falhas na sua aplicação;
- 6) sistemas jurídicos e institucionais que promovem a exploração insustentável.

O relatório estabelece também princípios para a conservação da biodiversidade, dentre os quais:

- 1) o reconhecimento de que cada manifestação de vida é única e exige o respeito da humanidade, a necessidade de mudanças nos padrões e práticas de desenvolvimento econômico em todo mundo;
- 2) a repartição dos custos e benefícios da conservação da biodiversidade entre as nações e seus habitantes;
- 3) o reconhecimento de que a conservação da biodiversidade pode fortalecer os valores culturais e sua integridade;
- 4) o aumento da participação popular, o respeito pelos direitos humanos básicos e uma maior responsabilidade institucional à conservação da biodiversidade. (WRI; UICN; PNUMA, 1992, p. 23).

## **Considerações finais**

O respeito à cultura, ao território e à identidade das populações tradicionais é primordial para um país que vê sua biodiversidade ser *objeto de desejo* de países desenvolvidos que vêem os países pobres como fornecedores de *matéria-prima* para seus experimentos e suas indústrias.

A adoção dos modelos de conservação como forma de preservação ambiental, que por um lado parece ser imprescindível diante da perda crescente da biodiversidade, por outro se choca com a garantia dos direitos fundamentais das comunidades tradicionais. Apesar de ser considerado uma das melhores estratégias de proteção ao patrimônio natural pelos órgãos federais, há muita divergência quanto aos verdadeiros resultados obtidos na aplicação das unidades de conservação.

Os conflitos e as conseqüências negativas geradas pela aplicação de alguns modelos de conservação reforçam a necessidade da adoção de novos rumos para a preservação, aliando a proteção da biodiversidade à valorização e reconhecimento das comunidades tradicionais e sua interação diferenciada com a natureza.

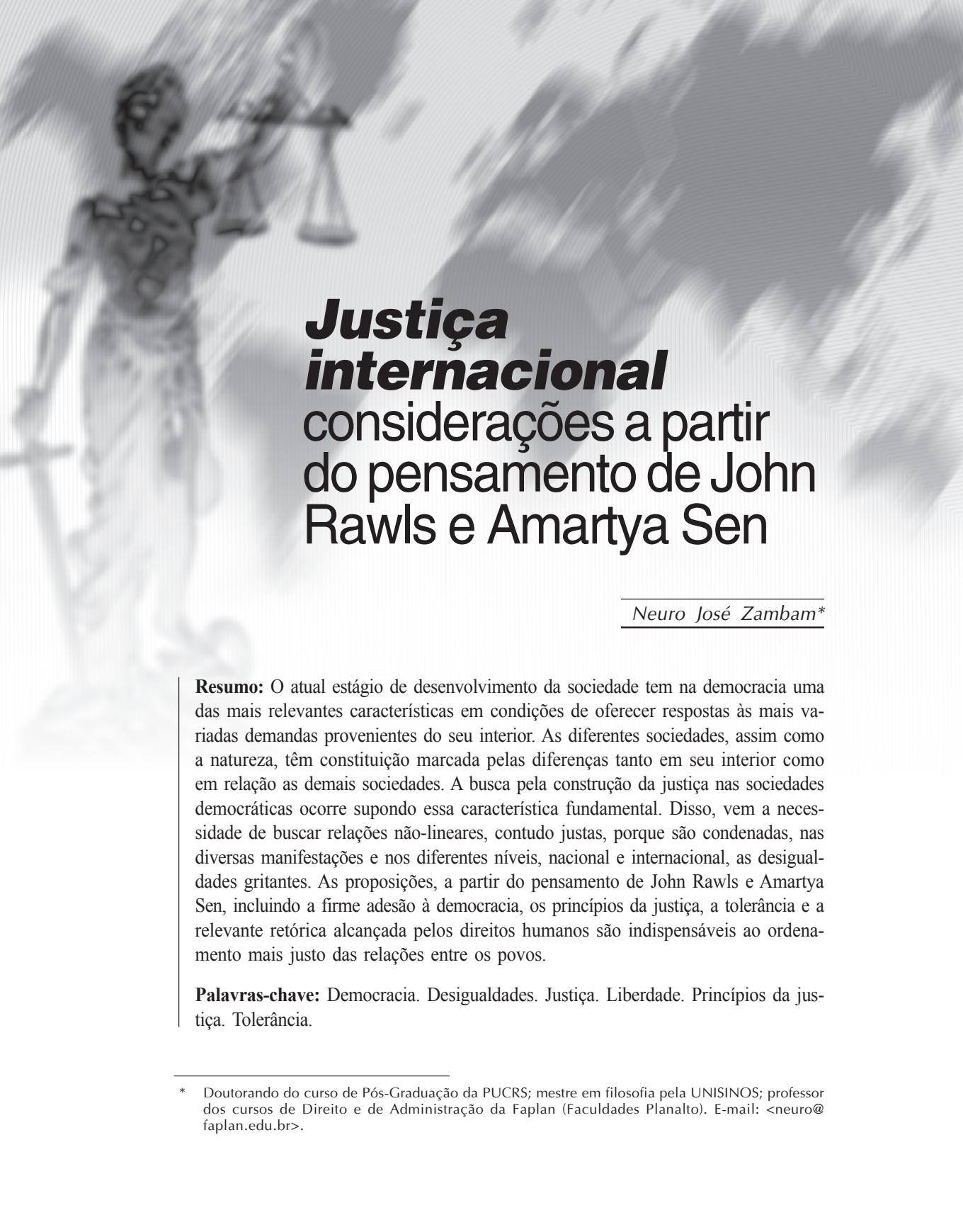
Na emergência da necessidade de proteção à diversidade biológica diante de dados assustadores dos níveis de extinção e degradação das espécies, modelos de unidades de conservação que não excluem as populações tradicionais de seus projetos podem se transformar em espaços de valorização e até mesmo de reafirmação social e cultural dessas populações.

Outro fator de extrema importância é a conscientização e o reconhecimento por parte da sociedade, do Estado e demais instituições de que a preservação da diversidade cultural significa também a preservação da diversidade biológica. Olhar para as populações tradicionais e reconhecê-las como potenciais defensoras da diversidade biológica é um caminho para que novas políticas sejam implementadas na busca de garantir um futuro de bases sustentáveis a toda humanidade.

Para uma relação positiva entre as comunidades tradicionais e o meio ambiente, o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável surge como uma saída para que a miséria material que afeta muitas dessas comunidades seja combatida. Esses projetos de desenvolvimento sustentável devem objetivar uma utilização dos recursos de forma equilibrada, com toda comunidade engajada, que possibilite a organização social com a divisão de tarefas e benefícios a todos os membros, incentivando o desenvolvimento de novas atividades motivadoras da auto-estima social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001a.
- DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001b.
- DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Anablume, 2000.
- GLASS, Vera. **O que fazer quando a preservação prejudica comunidades locais?** Disponível em: <<http://www.ipaz.org.br>>. Acesso em: 23 jan. 2006.ee
- HELENE, Maria Elisa Marcondes; BICUDO, Marcelo Briza. **Sociedades sustentáveis**. São Paulo: Scipione, 1994.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Fortalecimento da rede das comunidades quilombolas**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Petrópolis, 2005.
- SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SOS MATA ATLÂNTICA. **As comunidades tradicionais da Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.sosmatatlantica.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.
- WRI; UICN; PNUMA. **A estratégia global da biodiversidade: diretrizes de ação para estudar, salvar e usar de maneira sustentável e justa a riqueza biótica da Terra**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1992.



# ***Justiça internacional*** considerações a partir do pensamento de John Rawls e Amartya Sen

---

*Neuro José Zambam\**

---

**Resumo:** O atual estágio de desenvolvimento da sociedade tem na democracia uma das mais relevantes características em condições de oferecer respostas às mais variadas demandas provenientes do seu interior. As diferentes sociedades, assim como a natureza, têm constituição marcada pelas diferenças tanto em seu interior como em relação as demais sociedades. A busca pela construção da justiça nas sociedades democráticas ocorre supondo essa característica fundamental. Disso, vem a necessidade de buscar relações não-lineares, contudo justas, porque são condenadas, nas diversas manifestações e nos diferentes níveis, nacional e internacional, as desigualdades gritantes. As proposições, a partir do pensamento de John Rawls e Amartya Sen, incluindo a firme adesão à democracia, os princípios da justiça, a tolerância e a relevante retórica alcançada pelos direitos humanos são indispensáveis ao ordenamento mais justo das relações entre os povos.

**Palavras-chave:** Democracia. Desigualdades. Justiça. Liberdade. Princípios da justiça. Tolerância.

---

\* Doutorando do curso de Pós-Graduação da PUCRS; mestre em filosofia pela UNISINOS; professor dos cursos de Direito e de Administração da Faplan (Faculdades Planalto). E-mail: <neuro@faplan.edu.br>.

**Abstract:** The current development stage of society has, in the democracy, one of the most relevant characteristics in condition to offer answers to the most varied demands stemming from its inner parts. Different societies, as well as nature, have its condition characterized by differences, internally as well as in relation to other societies. The search to reach justice in the democratic societies occurs by supposing this is a fundamental characteristic. From that comes the need to search not linear relations, however fair, as they are condemned, in different manifestations, and in different levels, nationally and internationally, to the appalling inequalities. The propositions according to John Rawls's and Amartya Sen's thought, including the strong adherence to democracy, the principles of justice, the tolerance and rhetoric relevance reached by the human rights, are essential for a fairer regulation of the relationship among peoples.

**Keywords:** Democracy. Inequality. Justice. Liberty. Principle of justice. Tolerance.

## **INTRODUÇÃO**

A preocupação com uma estruturação justa das relações sociais caracteriza a existência da humanidade. As diferentes sociedades respondem a esse ponto pela sua organização interna e suas relações externas, de tal maneira que as diferentes concepções políticas e as suas respectivas instituições representam a resposta aos dilemas que envolvem essa temática. Entre os variados espaços que demandam estruturas mais justas, encontra-se o ordenamento internacional que, assim como o interior das sociedades, é caracterizado por uma constituição diversificada. Na estruturação interna de cada país, encontramos particularidades que o caracterizam, enriquecendo sua cultura e estabelecendo parâmetros para determinar o relacionamento com os demais, bem como apresentando limites para que os outros com ele se relacionem. Essa característica está na origem das relações entre os povos, identificando os limites, as condições, e as possibilidades de concretização das diferentes proposições provenientes dos mais variados interesses encontrados em seu interior.

Nesse sentido, a diversidade na estruturação das sociedades e suas relações precisam ser consideradas essenciais quando da proposição de um ordenamento justo entre os povos. Ordenar as sociedades de forma mais justa é essencial para que a vida dos cidadãos seja possível no espaço da sua existência e possibilite as necessárias condições às futuras gerações. Nessa relação de co-responsabilidade está a resposta à pergunta: Por que as relações devem ser mais justas?



Na elaboração da tradição filosófica, encontram-se referências que solidificam e oferecem a necessária fundamentação às proposições demandadas pelo atual estágio de desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, destaca-se a contribuição amplamente reconhecida de Platão e de Aristóteles.

O final do século passado foi marcado pelo surgimento da Teoria da Justiça de John Rawls, a ponto de torná-la referência indispensável sobre temas que tenham como preocupação a justiça. Também o pensamento de Amartya Sen oferece uma abordagem que precisa ser considerada pela sua relevância e contribuição, a partir das ciências econômicas e da diversidade cultural.

Para abordar parte dessa temática, o texto a seguir, a partir da caracterização das diferenças como constituintes das sociedades, destaca alguns aspectos do pensamento de John Rawls e Amartya Sen, em condições de orientar uma estruturação de relações mais justas entre os povos, marcadas atualmente pelos avanços ocorridos no processo de globalização. As condições oferecidas pelo ordenamento das sociedades democráticas e suas instituições sociais, assim como os princípios da justiça, os direitos humanos e a necessidade de tolerância entre diferentes, são parte integrante da retórica dos vínculos entre povos distintos. A pluralidade arquitetada a estética do ordenamento social; de outra parte, as gritantes desigualdades encontradas no interior das relações sociais, políticas, econômicas e culturais comprometem a harmonia das diferenças.

## **1 O contexto das desigualdades**

O processo de estruturação das sociedades dá-se de forma marcadamente tensa, porque, em seu interior, estão indivíduos motivados por interesses e concepções de mundo diferentes. A partir disso, constituem-se diferenciadas formas de organização entre as pessoas e delas, com a natureza, as instituições e os demais atores sociais. É por isso que se pode afirmar que a estruturação de uma sociedade justa, na sua origem, defronta-se com as desigualdades.

A justiça, embora pareça paradoxal, busca suplantar as desigualdades. Surgem daí as diferentes questões em torno da utopia de uma sociedade justa. Tais questões estão sintetizadas na preocupação que John Rawls formulou na introdução do livro *O liberalismo político*, que representa o contexto e as grandes preocupações da sociedade contemporânea: “[...] como é possível existir, ao longo do tempo, uma sociedade estável e justa de cidadãos livres e iguais pro-

fundamente divididos por doutrinas religiosas filosóficas e morais razoáveis, embora incompatíveis”. (RAWLS, 2000b, p. 25).

As diferenças encontradas no interior das sociedades encontram-se também nas diversificadas concepções de justiça, em torno do que não existe unanimidade. Pode-se perguntar então: Por que se preocupar com o tema da igualdade, se, em sua origem, a sociedade é desigual?

A abordagem desse tema se justifica pela ocorrência, em espaços cruciais das relações humanas, de desigualdades que chamamos de “gritantes”. Esse adjetivo caracteriza essas desigualdades como injustificadas e prejudiciais à organização de uma sociedade justa. A perspectiva filosófica possibilita uma investigação crítica que objetiva questionar e desvendar as causas e as consequências de uma realidade marcadamente injusta. Assim como a escravidão ou o tráfico de órgãos humanos (entre outros exemplos) não encontram legitimidade moral, assim também as gritantes desigualdades verificadas entre os membros de uma sociedade, dessas entre si e com a natureza, são moralmente injustas.

A probabilidade de uma igualdade linear, isto é, o tratamento dos membros da sociedade igualmente em todos os aspectos da organização social, especialmente em relação ao acesso aos bens, encontra os principais limites, a partir de dois panoramas: primeiro, considerando as fracassadas experiências levadas a efeito pelas estruturas do assim chamado “socialismo real”. Segundo, porque as diferenças estão na origem da natureza e da estruturação das sociedades e, por isso, características indispensáveis da sua organização. Pode-se, dessa forma, compreender como as desigualdades são integrantes da estruturação da sociedade, assim como da natureza e da individualidade biológica de cada ser vivo.

O necessário distanciamento da perspectiva igualitarista é indispensável. Nesse sentido, as diferenças são admitidas e caracterizadas como parte integrante da identidade humana, social e da natureza. Justas são as desigualdades que permitem um ordenamento equilibrado e integrado; selecionando, integrando e fortalecendo as diferenças, e injustas são as relações que conduzem ao desequilíbrio.<sup>1</sup> Como exemplo de relações e de sociedades desequilibradas e injustas – por isso, sem justificativa de qualquer natureza moral –, podem-se citar a persistência de analfabetismo endêmico em muitos países subdesenvolvidos da África Subsaariana, as condições políticas recentemente divulgadas no Haiti e a diferença na distribuição de renda no Brasil. Da mesma

<sup>1</sup> Fritjof Capra (1996, p. 27) elucida essa perspectiva com a seguinte afirmação: “O que é bom, ou saudável, é o equilíbrio dinâmico; o que é mau, ou insalubre, é o desequilíbrio – a ênfase excessiva em uma das tendências em detrimento da outra”.

forma, há gritantes desigualdades na relação entre nações e no interior de nações ricas, onde pessoas vivem em condições subumanas, ao lado de padrões de vida marcados pela opulência.

Podem-se caracterizar também, as acentuadas diferenças nas formas de discriminação de culturas, raças e opções de vida ou modelos de comportamento oriundos de herança cultural. Da mesma forma, não se pode desconsiderar a ainda grave discriminação da mulher, presente no interior de muitas sociedades, especificamente, no acesso à plena participação política – direito de votar e ser votada –, que representa um marco fundamental da emancipação e do exercício da cidadania.

A abordagem das desigualdades precisa considerar a variada teia de relações que caracteriza e dinamiza a sociedade, evitando-se assim constantes reducionismos e conclusões sem a devida fundamentação. Essa perspectiva aponta, imediatamente, à convicção de que um tema com tais dimensões não pode ter sua abordagem restrita ao acesso aos bens e à renda.<sup>2</sup> Da mesma forma que os bens econômicos não devem ser relegados a um plano inferior. Quando essa temática é tratada, as desigualdades adquirem um lugar especial determinante para a consideração dos temas da justiça, na tentativa de buscar respostas às diferentes questões, provenientes dos relacionamentos que se estabelecem no interior das sociedades. Sendo a justiça social um dos principais focos da abordagem das diferentes teorias da justiça, na qual se percebe tendência marcadamente igualitária, a diversidade, que constitui o tecido das relações sociais, torna-se uma das dimensões indispensáveis à reflexão que caracteriza os temas da justiça.

No primeiro livro da *República* de Platão, apresenta-se a tentativa de equalizar o acesso aos bens: “que é justo restituir a cada um o que se lhe deve. Parece-me que diz bem, ao fazer essa afirmação”. (PLATÃO, 2003, p. 16). A reflexão ética tem sua constituição nas tensões advindas do debate que ocorre entre as diversas relações que as pessoas estabelecem. Do que se pode concluir que as diferenças (ou as desigualdades) não podem ser desconsideradas quando são tratados temas que envolvem a justiça. Platão concebe a justiça

---

<sup>2</sup> Na introdução do livro *The quality of life*, Nussbaum e Sen comentam a necessidade de ampliar o espaço de avaliação dos problemas que envolvem a vida das pessoas: “O problema, atualmente, é ainda mais complexo. Pois, se nós, realmente queremos saber mais sobre o crescimento de Sissy Jupe e seus compatriotas, precisamos saber não apenas sobre o dinheiro que eles têm ou não têm, mas as variadas relações que eles são capazes de estabelecer em suas vidas. [...] Enfim, para pensar melhor sobre o problema de Sissy, julgamos precisar de um tipo de descrição hábil e complexa do que as pessoas são capazes de fazer e ser”. (SEN; NUSSBAUM, 1993, p. 1).

como a virtude suprema que ilumina o agir do cidadão para se moldar, assim como os dirigentes e as instituições, ao ideal de justiça.

A justiça é a alma da *polis* e governa a vida humana em todas as suas dimensões. A sociedade será mais justa, quanto mais os cidadãos se adaptarem ao ideal de justiça. A arquitetura universal eleva o real, e nessa tensão entre o ideal e o real, processam-se a identidade do indivíduo e a norma de ação para a sociedade. O indivíduo é elevado à existência universal, que é incorporada à práxis concreta da vida humana e social. A organização política da *polis* merece ser considerada justa quando as diferentes funções são ordenadas de forma harmoniosa.<sup>3</sup>

Da tradição antiga, o tema da justiça herdou da concepção de Aristóteles a relação entre justiça e felicidade. A felicidade é o objetivo das ações do ser humano, atingida quando é completada a interação entre o pensar e a realidade, isto é, quando o real está conforme a virtude maior. A justiça é a virtude por excelência. Nessa, estão presentes as demais virtudes e, na totalidade das virtudes, a justiça está também presente.<sup>4</sup> A justiça é perpassada pelo critério da mediania (a dificuldade está em saber entre quais extremos uma ação justa é mediana). Sua obtenção se dá pela educação ética, pelo hábito do comportamento ético, pela construção da conduta prática, a partir da aplicação do juízo da reta razão à esfera das ações humanas. A perfeição de caráter é adquirida com a reiterada prática virtuosa. A busca da virtude deve ser um ideal permanente na vida do ser humano, e como tal, nunca é definitiva, tampouco, herdada da natureza, mas, sim, processo permanente.

O ser humano é apenas dotado de potencialidades e de capacidades para aprender. É preciso, portanto, desenvolver o hábito do agir bem. A pessoa deve formar-se através de hábitos bons, tornando-se assim um ser de caráter, de bons hábitos e, por isso, virtuoso.

A *polis* é o lugar onde são vividas as virtudes, lugar onde se deve agir bem, com prudência, com o objetivo de alcançar o mais alto bem de seus cidadãos. É

3 Oliveira (2004) apresenta essa estrutura que possibilita pensar uma sociedade justa a partir de uma concepção ideal de justiça. “Desse modo, as concepções platônicas do bem, da justiça, das idéias etc., fazem parte de um todo orgânico, uma epistemologia ao mesmo tempo metafísica e moral, onde a alma humana figura como ponto de encontro do macrocosmos e do microcosmos, do sensível e do inteligível, das aparências e da realidade, do não ideal e do ideal. [...] A polis ilustra e molda o ser humano, assim como a alma governa e informa o indivíduo viabilizando a própria vida humana.”

4 “Essa forma de justiça é, portanto, uma virtude completa, porém não em absoluto e sim em relação ao nosso próximo. Por isso, a justiça, é muitas vezes, considerada a maior das virtudes, e nem ‘Vésper, nem a estrela-d’alva’ são tão admiráveis; e proverbialmente, na justiça estão compreendidas todas as virtudes. E ela é a virtude completa no pleno sentido do termo, por ser o exercício atual da virtude completa”. (ARISTÓTELES, 2002, p. 122).

no ordenamento (organização) da *polis*, que o cidadão exercita as virtudes. É a organização da *polis* que deve ensinar a aprender as virtudes. A virtude não revela apenas um traço natural do caráter, mas insere-se no hábito, sendo assim, constitui parte integrante do comportamento e das ações do membro da sociedade.

A *polis* é o lugar onde o cidadão vive. Os indivíduos, por sua vez, são membros plenos da cidade, exercitam-se politicamente e obtêm o bem, isto é, realizam ações virtuosas e justas. A estruturação da vida da *polis* é manifestação do quanto as virtudes se tornaram parte integrante da vida dos cidadãos. A ação de cada cidadão deve ter como objetivo arquitetar a justiça na *polis*, contudo, não restrito ao indivíduo que habita um território determinado, porque a plena realização do bem deve atingir a nação ou o Estado.

## **2 A justiça como eqüidade - parâmetro à igualdade**

Uma das mais influentes teorias da justiça do final do século passado foi a apresentada por John Rawls. Dirigida num primeiro momento às sociedades ocidentais que aceitam a democracia como a melhor forma de organização da estrutura social, encontra nos escritos da maturidade do autor, a extensão para uma ordem internacional justa, chamada “uma utopia realista”. A preocupação anteriormente citada em relação à possibilidade de construção da justiça, numa sociedade internamente dividida, contempla o ordenamento interno de uma sociedade até alcançar a organização dos povos.

A constituição pluralista de uma sociedade e, por conseqüência, de todas as sociedades, não constitui um grave problema no entendimento de Rawls. Pelo contrário, está entre suas características marcantes. Sem a admissão dessa característica, nenhum cidadão ou líder poderá pensar num ordenamento justo e estável. A reflexão em torno da possibilidade de uma sociedade justa e estável compreende a aceitação de um direito dos povos endossado por todos, e por isso, capaz de dar conta das diferenças localizadas no interior de cada nação. Essa perspectiva de aceitação em nenhum momento poderá ser compreendida como uma imposição de qualquer ordem: militar, econômica, política, cultural ou religiosa, porque o fato do pluralismo atravessa as sociedades e faz parte da existência da organização política.

A fim de proporcionar condições de relacionamento entre as diversificadas formas de estruturação das sociedades, a humanidade estabeleceu acordos (ou contratos), fomentou iniciativas de entre-ajuda, organizou uma estrutura diplomática entre outras iniciativas, justamente porque as diferenças exis-

tentes no seu interior não podem ser negadas e, sequer, eliminadas. As diferentes sociedades precisam acostumar-se com o que se chama o “fato do pluralismo”.<sup>5</sup>

O pluralismo não é apenas um evento isolado ou uma circunstância que pode ser tratada de maneira genérica, mas, sim, como característica fundamental do relacionamento entre as diferentes sociedades. As convicções fazem parte do que se pode chamar de “cultura de fundo da sociedade”. O conjunto de convicções políticas, religiosas e filosóficas que formam o fundamento, a partir do qual se estrutura a cultura pública e seu conteúdo – idéias e princípios básicos – são reconhecidos e formam a identidade própria de uma sociedade.

A cultura política de uma sociedade necessita encontrar uma base comum de aceitação, na qual seja possível a convivência, não apesar das diferenças, mas sabendo que as diferenças são constituintes de sua existência. As variadas concepções não podem sobrepor-se umas as outras, ou mesmo, eliminar aquelas com menor capacidade de articulação ou projeção.

A proposição de Rawls supõe um sistema de cooperação entre todos, capaz de constituir uma sociedade equitativa. Essa proposição concebe cada membro da sociedade como sujeito e dotado de capacidade de agir nas diferentes instâncias da estrutura social. A caracterização equidade aprimora o conceito de justiça, não no sentido de simplesmente legitimar ou acomodar as diferentes práticas (não raramente contraditórias) existentes no tecido social, mas no intuito de dotar de qualidade o ordenamento político-social. Na mesma perspectiva de qualificação, possibilita aos membros da sociedade condições para endossar essa concepção de justiça. A aceitação dessa concepção não ofusca ou nega as diferenças, porém os cidadãos assumem como sua a mesma concepção que se torna abrangente, respeitando e ordenando os conflitos presentes no interior da sociedade.

Para que isso seja possível, uma concepção de justiça deve penetrar na cultura política de uma sociedade, estabelecendo aí sua força de aglutinação e em condições de estabelecer a base a uma convivência pacífica, conforme Rawls destaca no liberalismo político.

---

<sup>5</sup> O fato do pluralismo normalmente percebido de maneira mais explícita entre nações com características bastante divergentes, também supõe variações internas nas próprias compreensões políticas e ideológicas, com as quais os membros de uma sociedade precisam aprender a conviver e aceitar como normais, como atesta Rawls (2001, p. 15): “Essas condições históricas incluem, em uma sociedade interna, razoavelmente justa, o fato do pluralismo razoável. Na sociedade dos povos, o paralelo do pluralismo razoável é a diversidade entre povos razoáveis, com suas diferentes culturas e tradições de pensamento, tanto religiosas como não religiosas. Mesmo quando dois ou mais povos têm regimes constitucionais liberais, as suas concepções de constitucionalismo podem divergir e expressar diferentes variações de liberalismo.”

Isso é um sinal de que, se quisermos encontrar uma base de concordância pública, devemos buscar uma maneira de organizar idéias e princípios conhecidos numa concepção de justiça política que expresse essas idéias e princípios de um modo diferente do anterior. A justiça como eqüidade procura realizar esse intento valendo-se de uma idéia organizadora fundamental no interior da qual todas as idéias e princípios possam ser sistematicamente conectados e relacionados. Essa idéia organizadora é a sociedade concebida como um sistema eqüitativo de cooperação social entre pessoas livres e iguais vistas como membros plenamente cooperativos da sociedade ao longo de toda a vida. (RAWLS, 2000b, p. 51).

Dada a impossibilidade de se estabelecer um parâmetro comum ao ordenamento das instituições<sup>6</sup> e diante da necessidade da organização eqüitativa da sociedade num sistema de cooperação entre os cidadãos, o *equilíbrio reflexivo* oferece as condições necessárias para articular uma concepção política de justiça. Essa forma de ver a justiça deverá gerar, no interior da sociedade, uma concordância em torno das bases fundamentais, de tal modo inter-relacionada que tenha condições de legitimar e de dar sustentabilidade a uma sociedade desigual. O equilíbrio reflexivo tem condições de gerar acordos refletidos e organizados que passam a ser válidos a todos, porque são livremente firmados entre os interessados e capazes de garantir uma estabilidade duradoura. Os membros de uma sociedade não têm motivos suficientes, exceto em casos de mudanças significativas no interior da sociedade, para alterar os acordos firmados, já que os cidadãos agem para preservar aquilo que foi acordado.

A arquitetura de uma sociedade – incluindo suas motivações, concepções, ordenamento, instituições, enfim, a forma como uma sociedade fundamenta e articula os seus planos –, forma a *razão pública*, que é uma característica dos povos democráticos e contém os elementos essenciais para que os cidadãos compartilhem uma concepção de cidadania igual. A *razão pública* tem em vista o bem público, isto é, aquilo que fundamenta a concepção de justiça para a estruturação de uma sociedade e os objetivos que devem ser alcançados; é a condição para que os cidadãos, na sua condição de livres e iguais, e contando com o fato do pluralismo, possam viver em sociedades democráticas. As doutrinas professadas pelos membros de uma sociedade são abrangentes e sustentadas pela razão pública e são possíveis, porque é estabelecido um equilí-

---

6 Rawls define as instituições da seguinte maneira: “Por instituição entendo um sistema público de regras que define cargos e posições com seus direitos e deveres, poderes e imunidades etc. Essas regras especificam certas formas de ação como permissíveis, outras como proibidas; criam também certas penalidades e defesas, e assim por diante, quando ocorrem violações”. (RAWLS, 2000a, p. 58).

brio razoável entre os cidadãos. As tensões daí advindas encontram legitimidade e correção no conteúdo da razão pública, e as doutrinas que se mostram incapazes de sustentar um equilíbrio razoável de valores situam-se à distância da razão pública.

Os princípios da justiça<sup>7</sup>, que contêm uma concepção de justiça como equidade ideal à estruturação de uma sociedade justa, são possíveis porque têm sua origem na posição original.<sup>8</sup> Nessa os cidadãos, que representam as partes constituintes da sociedade, são dispostos numa posição de igualdade e protegidos por um véu de ignorância. Os acordos estabelecidos são justos, porque as partes estão livres de contingências arbitrárias e, estando em condições de igualdade, representam o equilíbrio de todas as forças sociais. Os princípios da justiça são a melhor resposta frente à realidade verificada no interior da sociedade. Quando válidos a todos, esses princípios determinam a base para a estruturação de uma sociedade cooperativa entre pessoas livres e iguais. Numa sociedade bem ordenada, os princípios de justiça fornecem o conteúdo à estruturação do ordenamento social. Nessa perspectiva, uma sociedade justa não está vinculada apenas ao planejamento eficiente para atingir determinados objetivos previamente acordados, entretanto, o conteúdo dos princípios constitui o fundamento de uma sociedade bem ordenada.

### **3 Parâmetros para uma justiça internacional**

As divisões que ocorrem no interior de uma sociedade, anteriormente referidas como constituintes, podem ser verificadas também nas relações entre os povos, muitas das quais precisam ser entendidas como integrantes da identidade dos povos. Nessa perspectiva, coloca-se a problemática em torno das condições de possibilidade para que as relações entre os povos sejam justas.

---

<sup>7</sup> Os princípios da justiça propostos por John Rawls à organização das sociedades de forma justa e equitativa entre cidadãos livres e iguais são perpassados pela exigência da igualdade e da liberdade, seu conteúdo determina o ordenamento das instituições de maneira a serem protagonistas de uma organização justa. Os princípios são: "a) Todas as pessoas têm igual direito a um projeto inteiramente satisfatório de direitos e liberdades básicas iguais para todos, projeto esse compatível com todos os demais; e, nesse projeto, as liberdades políticas, e somente estas, deverão ter seu valor equitativo garantido; b) A desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer dois requisitos: primeiro, devem estar vinculadas a posições e cargos abertos a todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades, e, segundo, devem representar o maior benefício para os membros menos privilegiados da sociedade". (RAWLS, 2000b, p. 47).

<sup>8</sup> Rawls, ao afirmar que os princípios escolhidos devem ser aceitos por todos do ponto de vista moral, define a posição original: "A posição original é definida de modo a ser um *status quo* no qual qualquer consenso atingido é justo". (RAWLS, 2000a, p. 129).



As sociedades globalizadas, característica que determina as relações entre os povos, atualmente, exigem: de um lado, entendimento desse processo como integrante da evolução das relações políticas e culturais e, por outro, capacidade de perceber a urgente necessidade de estruturação dessas relações, de tal forma que uma convivência razoavelmente justa seja possível.

Coloca-se novamente a pergunta: Como a sociedade profundamente dividida pode ser justa? Agora, a extensão da pergunta não se restringe ao âmbito nacional, mas ao nível das relações internacionais. Uma sociedade baseada no *direito dos povos* constitui uma utopia realista e necessária, diante das diferentes problemáticas que assolam as relações internas das diferentes sociedades e, por conseqüência, estabelecem a agenda de preocupação das relações internacionais. Dentre os fatores que, atualmente, preocupam as relações internacionais, pode-se destacar a ameaça das diferentes formas de terrorismo e “a guerra injusta e a opressão, a perseguição religiosa e a negação da liberdade de consciência, a fome e a pobreza (...), o genocídio e o assassinato em massa”. (RAWLS, 2001, p. 7).

A justiça internacional deve responder a essas situações decorrentes do ordenamento que os próprios membros (especialmente seus dirigentes) das sociedades estabeleceram ou originaram. Revela os interesses que estruturam e sedimentam as relações entre os povos, assim como as dificuldades que os membros das diferentes sociedades têm para um ordenamento razoável das relações entre si.

O *direito dos povos* representa uma tentativa de estabelecer as condições mínimas a um ordenamento justo das relações entre os povos. Isso não significa estabelecer o domínio de uma sociedade (ou grupo de) supostamente mais desenvolvida ou mais bem estruturada sobre as outras, mas sim alcançar as mínimas condições que caracterizem um ordenamento quanto mais justo possível.

Na opinião de Rawls, é essencial construir-se uma utopia realista, embora as condições, de fato, existentes demonstrem a sua quase improbabilidade. Essa utopia realista seria materializada quando os povos tivessem conseguido estabelecer um regime liberal ou decente.

A adoção comum de determinados princípios com conteúdo suficiente para ordenar as relações entre as sociedades e dirimir os principais conflitos que venham a ocorrer, representa as condições mínimas para que as sociedades se organizem de forma justa. Os princípios não têm valor absoluto, entretanto representam as condições ao ordenamento justo das sociedades em forma de cooperação. Os povos mantêm o direito à independência e de autodeterminação, ao mesmo tempo em que nenhuma sociedade subjeta a outra. Os prin-

cípios básicos, dessa forma, são reconhecidos pelos diferentes povos e governam sua conduta interna e a relação entre todos os povos. Rawls destaca os princípios tradicionais de justiça que regulam as relações entre os povos livres e democráticos, servindo de base e orientação à estruturação do direito dos povos, embora precisem ser atualizados para responder às exigências próprias do contexto em que, atualmente, encontra-se o desenvolvimento das sociedades.

- 1) Os povos são livres e independentes, e a sua liberdade e independência devem ser respeitadas por outros povos.
- 2) Os povos devem respeitar os tratados e compromissos.
- 3) Os povos são iguais e são partes em acordos que os obrigam.
- 4) Os povos sujeitam-se ao dever de não intervenção.
- 5) Os povos têm o direito de autodefesa, mas nenhum direito de instigar a guerra por outras razões que não a autodefesa.
- 6) Os povos devem honrar os direitos humanos.
- 7) Os povos devem observar certas restrições específicas na conduta da guerra.
- 8) Os povos têm o dever de assistir a outros povos vivendo sob condições desfavoráveis que os impeçam de ter um regime político e social justo ou decente. (RAWLS, 2001, p. 47).

A concepção em torno de uma ordem internacional justa supõe que todos aceitem uma concepção de justiça e sigam o ordenamento proposto. Contudo, essa normatização precisa permear a convivência entre os cidadãos de tal modo que todos possam se conformar àquilo que é acordado. Nesse sentido, Rawls entende que as instituições desempenham papel indispensável em favor da estruturação e da garantia das condições para a efetivação da justiça. Uma legislação dos povos não pode ser etnocêntrica ou representar a supremacia de sociedades mais fortes sobre outras de menor expressão, e isso não apenas pela diversidade constitutiva e característica dos povos, mas, também, e, especialmente, porque os membros da sociedade têm o direito de construir suas convicções específicas.

Nesse sentido, o critério de validação moral de uma concepção de justiça está na capacidade de integrar a razão pública da sociedade dos povos liberais e decentes que aceitam o *direito dos povos*. As sociedades assim estruturadas estão em condições de satisfazer o critério da reciprocidade, a qual qua-

lifica todas as sociedades na condição de sujeitos. Os povos não precisam abandonar suas convicções específicas, nem mesmo renunciar as suas instituições. O critério da reciprocidade, numa estruturação das sociedades marcadas pelo pluralismo, inaugura uma relação de igualdade, em que os povos aceitam essa relação de igualdade na diversidade, endossando uma concepção de justiça válida a todos, que pouco a pouco vai formatando a estrutura sociopolítica.

### **3.1 O princípio da tolerância**

As diferenças que constituem as diversas sociedades (democráticas ou não), assim como nas relações de natureza política e econômica<sup>9</sup> estão na origem da justificativa do princípio da tolerância. As sociedades chamadas “liberais” que aceitam o *direito dos povos* têm o dever de aceitar outras maneiras de ordenamento social razoável, incluindo a necessidade de cooperar e dar assistência quando necessário<sup>10</sup>. Os povos que aceitam esse direito como norma de conduta, sabem que, noutras sociedades, também estão presentes valores que não podem ser caracterizados como ameaça à sociedade liberal.

A tolerância se inscreve nesse contexto de diversidade sociopolítica, o que possibilita vislumbrar que determinadas sociedades, embora não-liberais, têm uma constituição justa e, por isso, podem ser toleradas, oportunizando o estabelecimento das mais diversas relações. A essas sociedades Rawls chama de “decentes”. O princípio da tolerância previne contra sanções políticas e intervenção sumária ou julgamentos pré-concebidos – oriundos do preconceito, da falta de apuração isenta e mesmo de um precário conhecimento empírico. Contudo, a relação, especialmente a política externa, das

---

<sup>9</sup> John Rawls procura descrever os conflitos sem que transpareça qualquer impossibilidade de solução dos conflitos daí decorrentes: “A possibilidade da paz democrática não é incompatível com as democracias *atuais*, marcadas por considerável injustiça, tendências oligárquicas e interesses monopolistas, intervindo, muitas vezes abertamente, em países menores ou mais fracos e mesmo em democracias menos bem sucedidas e seguras”. (RAWLS, 2001, p. 62).

<sup>10</sup> As sociedades liberais não estão isentas de possíveis desvios, conforme Rawls esclarece: “Certamente o mundo social dos povos liberais e decentes não é um mundo que, pelos princípios liberais, seja plenamente justo”. (RAWLS, 2001, p. 81). Do que podemos afirmar, a necessidade de sustentar a necessidade do respeito mútuo entre os povos como parte integrante da estrutura básica e essencial ao clima político necessário ao ordenamento das relações entre as diferentes sociedades. Nessa relação todos têm a ganhar.

sociedades liberais com as não-liberais será no sentido de direcionar a sua estruturação, objetivando que todas as sociedades sejam liberais.<sup>11</sup>

A relação de tolerância é parte integrante da razão pública do *direito dos povos*, inscrita na concepção liberal de ordenamento das sociedades. Decorre daí uma relação de *mão dupla*: de um lado, a certeza de que é impossível todas as sociedades estabelecerem o mesmo tipo de concepção na sua estruturação – nesse caso, a concepção liberal; de outro, a importância de se estabelecer o respeito mútuo entre os povos e cada um manter sua condição de sujeito reconhecendo no outro a mesma condição. A tensão, de maior ou menor propensão, que ocorre na relação entre os povos, é parte integrante da constituição pluralista das sociedades. Nesse particular, o pluralismo faz parte da própria unidade social da sociedade.

O pluralismo, que exige de uma sociedade a construção da unidade, tendo a diversidade como constituinte, possibilita que, em seu interior, estejam presentes doutrinas diferentes e, não raras vezes, irreconciliáveis. É imperativo que essas mesmas doutrinas, em dado momento, se unam em favor da liberdade de expressão, de organização e de manifestação. Como exemplo podem-se citar as diferentes organizações religiosas que convivem normalmente numa sociedade democrático-liberal. A unidade social, nessa mesma sociedade, dá-se a partir da admissão da pluralidade como constituinte e na aceitação da democracia constitucional como fator de unidade política. Rawls esclarece essa relação: “Este é o fato de que, em uma sociedade democrática constitucional, a unidade política e social não exige que os cidadãos sejam unidos por uma doutrina abrangente, religiosa ou não religiosa.” (RAWLS, 2001, p. 163). O estofamento da unidade é a concepção política, que está acima das concepções individuais, sendo aceita por todos e sustentada pela razão pública. A razão pública oferece os fundamentos necessários e suficientes no qual a ação política se apóia.

Uma sociedade pluralista e bem ordenada supõe a existência do vigor democrático-constitucional como condição para o exercício livre e igual das liberdades. A tolerância e o exercício livre das liberdades, aceitas por todos os membros de uma sociedade, estabelecem as bases de ordenamento da rivalidade entre as diferentes doutrinas.

---

<sup>11</sup> John Rawls reconhece que existem cinco tipos de sociedades nacionais: os povos liberais, os povos decentes, os Estados fora da lei, as sociedades oneradas por condições desfavoráveis e os absolutismos benevolentes.

### **3.2 Os direitos humanos**

As sociedades de matriz democrático-liberal têm como característica básica um sistema de cooperação entre todos os seus membros, assim como entre os diferentes Estados. Essa identidade associativa identifica os cidadãos-membros de grupos diferentes integrados num sistema social sem renunciarem às características que os identificam. A sociedade dos povos razoavelmente justa, por isso decente, segue determinados critérios, que a qualificam como membro efetivo da sociedade dos povos. Os direitos humanos inscrevem-se nessa gama de conquistas das sociedades democrático-liberais sem os quais não se pode caracterizar um Estado como decente e integrado a um amplo sistema de cooperação. O reconhecimento de que os direitos humanos são condição a uma estruturação justa de uma sociedade supõe compreender a pessoa humana no seu *status* de sujeito de direitos. Dessa forma, é suplantada qualquer concepção de pessoa humana que a considere simples meio para determinados fins.

Os direitos humanos estabelecem as bases para um contrato social em condições de responder às exigências implícitas nas sociedades contemporâneas com suas diversificadas formas de organização. O termo “sujeito de direitos”, o qual identifica os membros das sociedades que procuram respeitar e reconhecer os direitos humanos, na base de sua organização, ao mesmo tempo em que dota os cidadãos das condições necessárias à participação efetiva na estrutura da sociedade, em decorrência dessa relação de interdependência, supõe que cada cidadão corresponda, reconhecendo os demais como merecedores dos mesmos direitos e cumpra com as obrigações inerentes à garantia dessas mesmas condições. Os direitos humanos são uma conquista de toda a humanidade, por isso devem ser entendidos como parte da evolução das relações humanas e sociais, assim como da capacidade dos cidadãos de estabelecer parâmetros de ordenamento pessoal e social, que permita convivência justa entre membros diferentes.

Rawls (2001, p. 85) destaca os principais direitos que precisam ser garantidos e usufruídos como condição à existência de uma sociedade cooperativa.

Entre os direitos humanos estão o direito à vida (aos meios de subsistência e segurança); à liberdade (à libertação de escravidão, servidão e ocupação forçada, e a uma medida de liberdade de consciência suficiente para assegurar a liberdade de religião e pensamento); à propriedade (propriedade pessoal) e à igualdade

formal como expressa pelas regras de justiça natural (isto é, que casos similares sejam tratados de forma similar).

O desrespeito aos direitos humanos, no atual estágio de desenvolvimento da sociedade, não encontra qualquer justificativa moral. Assim, o sistema de direitos caracteriza um sistema de cooperação sociopolítica decente porque as pessoas estão unidas por um sistema de deveres e obrigações morais como parte integrante da concepção de justiça. Nessa mesma perspectiva, os direitos humanos desempenham papel regulador e limitador no exercício da autonomia de um regime. Um Estado encontra, no respeito à pessoa humana, o limite de sua atuação, ao mesmo tempo em que a intervenção interna noutro país se justifica para a proteção dos direitos humanos. Assim entendido, a guerra como integrante da política de Estado ou de governo, carece de legitimidade moral. O limite da autonomia do Estado é determinado pela esfera moral. Com isso, é estabelecida a decência das instituições em conformidade com a esfera jurídico-institucional; previnem-se intervenções que possam submeter povos à força militar e garante-se o ordenamento político sem suplantar o pluralismo característico das relações entre os povos.

Afirma-se, dessa forma, uma relação de interdependência entre os direitos humanos, a justiça, a ordem democrática e a construção da paz. Onde não se estabelece a primazia dos direitos humanos, a democracia é inconsistente, as instituições carecem de legitimidade ou são manipuladas por interesses alheios ao conjunto dos interesses dos membros da sociedade e, conseqüentemente, a paz torna-se impossível. A assimilação dos direitos humanos é condição indispensável à estruturação da ordem social justa, assim como fator determinante às políticas de desenvolvimento econômico e social.

Os valores que sedimentam uma sociedade democrática são fator determinante para a estabilidade. Os membros da sociedade assimilam os valores de uma sociedade bem ordenada; desenvolvem um senso de justiça na medida em que, efetivamente, participam do mundo social assim ordenado. Quando, no interior das sociedades, os cidadãos se habitam ao senso de justiça, sua conduta adequa-se às orientações daí advindas, conquistando confiança e credibilidade interna e nas relações internacionais. Uma sociedade caracterizada por ordenamento justo, respeitando os demais povos, conquista igualdade justa. As sociedades democráticas são capazes de construir o que Rawls chamou de “paz democrática”, conseqüência do respeito entre os seus membros e com os demais povos. Os interesses razoáveis tornam possível a paz democrática.

## **4 Globalização e tolerância**

Além do pensamento de John Rawls, cuja Teoria da Justiça tem caracterizado as diferentes reflexões em torno dos temas da justiça e das relações internacionais, os demais campos de interesse a esta correlatos, têm, em Amartya Sen, um referencial indispensável, especificamente no fecundo diálogo entre economia e filosofia. O interesse, neste momento, considerando dois textos de Sen, é vislumbrar a necessidade de uma reflexão cada vez mais aprofundada sobre os aspectos apontados pelo atual estágio em que se encontra o processo de globalização. As diversificadas organizações sócio-político-culturais e religiosas caracterizadas por Rawls, presentes no interior das sociedades e nas relações internacionais, situam-se num patamar diferenciado e mais exigente conforme evolui o processo de globalização. A humanidade vê-se diante de situações, por um lado, ameaçadoras e, por outro, com possibilidades reais de superação das graves deficiências.

A necessidade de uma análise, a partir de uma perspectiva integradora, distante de concepções pré-concebidas e que privilegiam apenas um viés da problemática considerada, permite a percepção e a valorização das conquistas daí advindas, ao mesmo tempo em que aponta as graves deficiências ameaçadoras da relação entre Estados, povos e organizações da sociedade. As diversidades, nos mais diferentes aspectos humanos, sociais e culturais, são inegáveis – assim como caracterizam a estética do ordenamento das relações humanas, também destacam a necessidade das condições para a convivência justa entre os diferentes atores. O mundo em processo de globalização, cada vez mais acelerado, é interdependente, diverso e tolerante.

### **4.1 Globalização e interdependência**

O processo de integração dos povos ocorre através dos mais diferentes mecanismos e consiste num processo progressivo, cujas origens remontam à própria existência da humanidade. Os homens não sobrevivem sem estabelecer relações em todos os níveis. Nessa perspectiva, desde logo, é necessário, não apenas se distanciar da concepção que considera a globalização como uma invenção ocidental, uma imposição dessa mesma cultura, mas também, da tentação de caracterizar as demais sociedades e suas especificidades como inferiores<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Amartya Sen percebe essa limitada concepção ao afirmar: “Da globalização se afirma constantemente que se trata de um processo de ocidentalização do mundo. A esse respeito parece haver um acordo tácito entre seus defensores e seus detratores.” Para depois perguntar: “É a globalização realmente uma maldição ocidental?”. (SEN, 2001).

Compreender a globalização como fenômeno originado exclusivamente no mundo ocidental, especificamente na Europa, denota visão pré-conceituosa e a falta de percepção de outros movimentos histórico-culturais que, ao longo da história, contribuíram ao estabelecimento de relações integradoras e para à superação de entraves existentes nas diferentes formas de organização dos povos. Uma perspectiva integradora dá condições de entender as descobertas da humanidade como provenientes da contribuição dos mais diversos atores sociais, não permitindo a apropriação individual das conquistas que a todos beneficiam. As grandes conquistas da humanidade não podem ser patenteadas. Um exemplo que denota a importância dessa compreensão é o uso do *seno* pela trigonometria moderna, cuja origem remonta ao grande matemático indiano Aryabhata, que recebeu, posteriormente, influência da cultura árabe e latina para, atualmente, ser de domínio universal<sup>13</sup>.

Da mesma forma, relevantes contribuições próprias de um determinado período ou de determinada cultura devem ser reconhecidas e catalogadas primeiro, como feitos determinantes à evolução de um período específico de uma sociedade e, posteriormente, a toda a humanidade.

O Renascimento e a Revolução Industrial, de origem essencialmente europeia, constituem exemplos dignos de reconhecimento. Nessa perspectiva pode-se afirmar que a globalização não é uma descoberta marcadamente ocidental, nem mesmo um processo de involução da organização das sociedades, senão consequência de uma variedade de particularidades ocorridas ao longo da história universal e cuja origem não pode ser especificamente detectada. Veja-se a descrição do autor aqui citado.

De resto não é nem nova nem necessariamente ocidental; tampouco é uma maldição. Durante milhares de anos, a globalização contribuiu para o progresso do mundo através das viagens, do comércio, da migração, das muitas influências culturais e da disseminação do conhecimento e do saber (incluindo a ciência e a

---

<sup>13</sup> A história da evolução da palavra *seno* é descrita por Howard Eves apud Sen (2000, p. 279) "Aryabhata denominou-o *ardha-jya* ('meia orla') e *jya-ardha* (corda pela metade), depois abreviou o termo empregando simplesmente *jya* ('corda'). De *jya* os árabes foneticamente derivaram *jiba*, que, seguindo a prática árabe de omitir vogais, foi escrito como *jb*. Acontece que *jyba*, exceto por seu significado técnico, é uma palavra sem significado em árabe. Escritores posteriores que depararam com *jb* como abreviatura da palavra *jyba*, sem significado, substituíram-na por *jaib*, que contém as mesmas letras e é uma boa palavra árabe que significa 'enseda' ou 'baía'. Mais tarde ainda, Gerardo de Cremona (circa 1150), ao fazer suas traduções do árabe, substituiu *jaib* por seu equivalente em latim, *sinus* (significando 'enseda' ou 'baía'), daí derivando nossa atual palavra *seno*."



tecnologia) Há casos em que as inter-relações globais têm sido essenciais para o desenvolvimento de países inteiros. (SEN, 2001).

Constitui grave erro considerar a globalização como consequência de uma cultura ou de uma concepção particular. Da mesma forma que entendê-la como processo de ocidentalização do mundo. A dimensão alcançada pelo processo de globalização exige seu reconhecimento como consequência da interconexão dos mais variados fatores, inclusive, os não-restritos à ciência e à tecnologia. A globalização é, dessa forma, patrimônio de toda a humanidade, à qual cabe a responsabilidade pela formação de globalização, ao mesmo tempo em que as mazelas verificadas no seu interior, em especial as gritantes desigualdades econômicas e políticas, necessitam de um balizamento ético, com vista a uma convivência equilibrada entre os diversos atores com características e formação marcadamente diferenciadas.

Além disso, os temas que envolvem o universo da globalização necessitam de consideração isenta de qualquer concepção reducionista. Num primeiro momento, trata-se de não estabelecer a compreensão de que a globalização é um fato que precisa ser combatido ou destruído. Essa concepção tem caracterizado determinados protestos e proposições pela insegurança dos seus propositores, não raras vezes caracterizados pela ingenuidade e falta de clareza conceitual, assim como das relações que se estabelecem a partir de um fenômeno de tal complexidade e alcance que tem transformado as relações entre as pessoas, principalmente, entre as nações. A aceitação sem a crítica necessária e a percepção dos interesses envolvidos, especialmente nas relações comerciais e econômicas, conduz às mesmas atitudes acima referidas. Noutra perspectiva, a globalização necessita de uma percepção crítico-realista que considere as reais perspectivas apresentadas e as condições à melhoria, seja das condições de vida dos membros da sociedade global, seja da a qualificação das relações daí advindas, agora sim com a rigorosa crítica sempre necessária diante das diferentes proposições com as quais nos defrontamos constantemente. As conclusões de Amartya Sen (2001) ilustram a necessidade de uma postura crítica e equilibrada diante da complexidade do tema.

O problema central não é a globalização em si, nem a utilização do mercado enquanto instituição econômica, se não a desigualdade que priva dos arranjos globais institucionais – o qual produz, por sua vez, uma distribuição desigual dos dividendos da mesma globalização. A pergunta, portanto, não reside [em] se os pobres do mundo podem ou não obter algo do processo de globalização, mas sob que condições podem obter uma parte realmente justa. Urge reformas os acordos

institucionais – em adição aos nacionais – para erradicar os erros que resultam tanto das omissões como das proposições, que tendem a reduzir drasticamente as oportunidades dos pobres em todo o mundo. A globalização merece uma defesa arrazoada, da mesma forma que requer uma reforma razoável. (SEN, 2001).

O mundo contemporâneo marcado pelas relações interdependentes sabe que não cabe o monopólio, seja da geração dos problemas que o afetam, seja da proposição de alternativas, a líderes, instituições, Estados ou a outros. É muito importante reconhecer e reconhecer-se membro da diversidade constitutiva do mundo contemporâneo. Nesse contexto de diversidade, cabe ressaltar duas conquistas de toda a humanidade, que têm alcançado um patamar determinante nas preocupações e na retórica do debate político-institucional como referenciais indispensáveis: a democracia e os direitos humanos. Tal consideração se deve no momento em que são tratados temas que envolvem as diversificadas e dependentes relações políticas, sociais, econômicas e religiosas contemporâneas. Tanto a democracia quanto os direitos humanos podem ser catalogados como condição à convivência em sociedades diversificadas e interdependentes, assim como indispensáveis nos debates em torno do desenvolvimento.

## **4.2 Diversidade e tolerância**

Dentre as grandes conquistas do processo de globalização, está a maior e melhor comunicação entre todos os povos, embora devam ser consideradas as persistentes desigualdades já mencionadas. Na mesma proporção, são reveladas as peculiaridades que estruturam e caracterizam os membros das sociedades e suas diversificadas maneiras de se relacionar.

John Rawls sintetizou sua preocupação em relação às desigualdades caracterizando as diferenças como filosóficas, religiosas e morais; o processo de globalização não pode desconsiderá-las nem tampouco suplantá-las de forma aritmética. Amartya Sen, convencido dessa diversidade humana generalizada, destacou a necessidade de considerar as desigualdades como um fator determinante aos problemas de ordenamento das sociedades e da convivência entre as pessoas: “A diversidade humana não é nenhuma dificuldade secundária (a ser ignorada, ou a ser introduzida *mais tarde*); ela é um aspecto fundamental de nosso interesse pela igualdade”. (SEN, 2001, p, 24). A pergunta que pode sintetizar a problemática em questão pode ser assim formulada: Como, em face

da diversidade que constitui as sociedades, é possível estabelecer relações equilibradas e justas num universo globalizado?

Como existem diferenças na estruturação das relações entre países e no interior desses, também é indispensável reconhecer as especificidades que ocorrem no interior de cada cultura, porque tais culturas contêm elementos que afloram tensões e dificuldades de organização e também enunciam formas de opressão e intolerância, as quais precisam ser reconhecidas para uma estruturação justa da convivência nas sociedades. O princípio da tolerância inscreve-se nesse contexto, onde é impossível estabelecer uma igualdade aritmética, e medidas de opressão não encontram justificativa moral nem viabilidade política. O problema central de globalização não se encontra restrito apenas à distribuição dos benefícios, contudo esse não é um motivo para que sejam desconsiderados.<sup>14</sup>

Considerando-se a necessidade de reconhecimento da diversidade humana, a tolerância impõe-se como imperativo de amplo alcance e repercussão. Em muitas situações, a argumentação a favor da tolerância, restringiu-se ao âmbito da diplomacia governamental que tem proporcionado significativos avanços nas relações entre os Estados. Da mesma forma, as relações entre as religiões percorreram o mesmo caminho do qual frutificaram importantes acordos e relações de tolerância com repercussão e significado reconhecidos. Nesse aspecto, cabe ressaltar que os representantes das diferentes partes estão restritos a personalidades da diplomacia dos Estados, altos funcionários e líderes religiosos com delegação e função instituída. O princípio da tolerância, atualmente, não pode ser limitado à esfera da representação institucional. Amartya Sen afirma a importância da pluralidade de interlocutores na construção das relações entre os diferentes membros da sociedade: “É importante ouvir as vozes dissidentes em cada sociedade.” (SEN, 2000, p, 282). A introdução de outros interlocutores (outras vozes) não tira a legitimidade de acordos oficiais, mas introduz diversas formas de interlocução viabilizando acordos com a participação de novos membros na condição de sujeitos.

<sup>14</sup> Em relação a isso, Sen focaliza os campos que precisam ser contemplados quando uma questão dessa natureza é tratada e se quer discutir a possibilidade de relações mais justas: “O fato principal se relaciona com a desigualdade – tanto internacional como intranacional. As desigualdades são múltiplas: disparidades no bem-estar, severas assimetrias nos equilíbrios de poder e oportunidades políticas, sociais e econômicas decrescentes. Outra pergunta refere-se à distribuição das garantias potenciais da globalização – tanto entre países ricos e pobres, como entre os diferentes grupos sociais de um mesmo país. Não basta entender o que os pobres de todo o mundo requerem da globalização, tanto quanto os ricos, também é necessário assegurar que obtenham o que necessitam. Para advogar em favor da globalização são necessárias reformas institucionais massivas, assim como mais clareza na formulação das perguntas sobre os temas relacionados à distribuição”. (SEN, 2001).

A diversidade presente nas culturas, atualmente, clama por um relacionamento que ultrapasse os limites estabelecidos pelos poderes instituídos politicamente. As negociações ampliam-se além do monopólio dos líderes religiosos e políticos, estabelecendo outros critérios e patamares de relacionamento, mais amplos e menos segmentados. Especificamente, nesta época de globalização, as relações entre as partes, particularmente, as de âmbito internacional, precisam superar relações marcadas pelo pré-conceito ou pelas generalizações que situam regiões geográficas ou culturas, nas quais aparecem, em primeiro plano, as diferenças não raramente marcadas por interesses de grupos dominantes, em detrimento das claras possibilidades de relacionamentos caracterizados pela cooperação.

A conclusão de Sen elucidada como se pode estabelecer relação de tolerância e cooperação, a partir de sistemática que situe os membros da sociedade como de sujeitos:

Uma abordagem adequada do desenvolvimento não pode realmente concentrar-se tanto apenas nos detentores do poder. É preciso mais abrangência, e a necessidade da participação popular não é uma bobagem farisaica. A idéia de desenvolvimento não pode, com efeito, ser dissociada dessa participação. (SEN, 2000, p. 283).

## **Considerações finais**

As sociedades, em sua caracterização diversificada, e quanto mais essas diferenças se manifestam e são reconhecidas, demandam dos seus membros, especialmente daqueles que têm qualquer responsabilidade de dirigir os diferentes campos da organização social, a necessária e rigorosa reflexão para assim encontrar os melhores balizamentos éticos, com objetivo de responder às variadas situações que se apresentam. Nesse sentido, é indispensável afirmação e reconhecimento de que as sociedades tanto no seu interior como nas mais diversas relações que entre si estabelecem, são caracterizadas como diferentes. Disso, decorre a certeza de que a construção da justiça não tem qualquer possibilidade de ocorrer de forma aritmética ou igualitária. A partir disso, é sempre mais atual a pergunta provocativa de John Rawls: Como é possível uma sociedade marcada por profundas diferenças ser justa? A justiça, portanto, tanto nacional como internacional, supõe a existência das diferenças como fator constituinte. A tentativa de destruição ou desconsideração das diferenças,

empiricamente já demonstradas, condena, em sua origem, qualquer tentativa de estabelecer parâmetros de justiça.

Reafirma-se, assim, que o maior problema das sociedades, atualmente, está relacionado às gritantes diferenças verificadas no interior de suas relações, como anteriormente mencionadas. Sen (2000, p. 236) verificada o paradoxo presente na atual estruturação das sociedades, em que persistem quadros de fome abominável, ao mesmo tempo em que se verifica um crescimento da produção sem precedentes. Contudo, destaca o mesmo pensador, o mundo moderno aceita conviver com essa situação como parte integrante de sua constituição, como se isso fosse inevitável. Eis o dilema com o qual se defronta a ética política atualmente.

A humanidade necessita de parâmetros para que as suas relações sejam construídas de forma cada vez mais justa. Nesse sentido, a ética, que não tem como objetivo oferecer fórmulas à solução de problemas específicos, reveste-se da responsabilidade de responder ao clamor presente nos vórtices da organização das sociedades e apresentar princípios que perpassem as relações entre os povos e o interior das sociedades servindo de fundamento aos necessários julgamentos e proposições demandadas pelos diferentes atores sociais, estejam eles explicitados ou não. É indispensável reafirmar as conquistas que a humanidade alcançou no decorrer de sua existência, especificamente: a democracia, as liberdades, os princípios da justiça e o princípio da tolerância como referenciais seguros ao aprimoramento do existir humano e social.

## **REFERÊNCIAS**

- ARITÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru: EDIPRO, 2002.
- CAPRA, Fridjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. Teoria ideal e teoria não-ideal em Platão, Kant e Rawls. **Veritas**, Porto Alegre, v. 49, n. 4, p. 709-725, dez. 2004.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.
- RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000b.
- RAWLS, John. **O direito dos povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SEN, Amartya; NUSSBAUM, Martha. **The quality of life**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

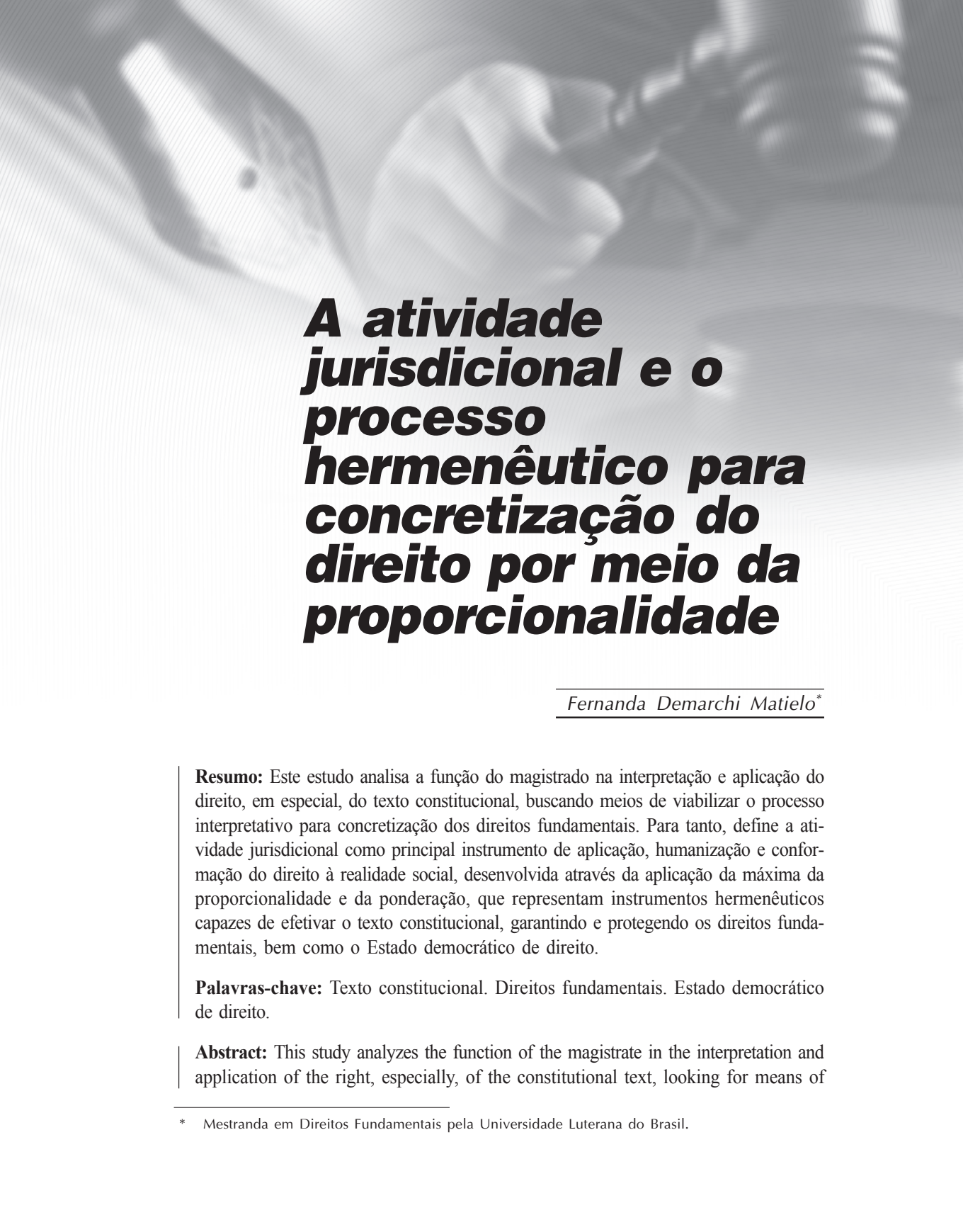
SEN, Amartya; EMMERIJ, Louis. **Employment, technology and development**. Oxford: Oxford University, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **The argumentative indian**. New York: Ist American, 2005.

SEN, Amartya. Juicios sobre la globalización. **Fractal**, v. 6, n. 22, p. 37-50, jul./set., 2001. Disponível em: <<http://www.fractal.com.mx>>. Acesso em: jun. 2006.



# **A atividade jurisdicional e o processo hermenêutico para concretização do direito por meio da proporcionalidade**

---

*Fernanda Demarchi Matielo\**

---

**Resumo:** Este estudo analisa a função do magistrado na interpretação e aplicação do direito, em especial, do texto constitucional, buscando meios de viabilizar o processo interpretativo para concretização dos direitos fundamentais. Para tanto, define a atividade jurisdicional como principal instrumento de aplicação, humanização e conformação do direito à realidade social, desenvolvida através da aplicação da máxima da proporcionalidade e da ponderação, que representam instrumentos hermenêuticos capazes de efetivar o texto constitucional, garantindo e protegendo os direitos fundamentais, bem como o Estado democrático de direito.

**Palavras-chave:** Texto constitucional. Direitos fundamentais. Estado democrático de direito.

**Abstract:** This study analyzes the function of the magistrate in the interpretation and application of the right, especially, of the constitutional text, looking for means of

---

\* Mestranda em Direitos Fundamentais pela Universidade Luterana do Brasil.

making possible the interpretative process for materialization of the fundamental rights. For that, it defines the activity jurisdictional as principal application instrument, humanization and conformation of the right to the social reality, developed through the application of the maxim of the proportionality and of the consideration, that represent hermeneutics instruments capable to execute the constitutional text, guaranteeing and protecting the fundamental rights, as well as the democratic State of right.

**Keywords:** Constitutional text. Fundamental rights. Democratic State of right.

## INTRODUÇÃO

A vida em sociedade exige a criação de uma ordem para manutenção do convívio digno entre seus integrantes. O direito surge como um complexo de normas capazes de regular a conduta dos indivíduos e fornecer-lhes o mínimo de justiça, através de um sistema chamado de “ordenamento jurídico”.<sup>1</sup> Seguindo o brocardo “*ubi societas, ibi jus*”, Reale (2004, p. 2) afirma que o direito é um “fenômeno social; não existe senão na sociedade e não pode ser concebido fora dela”. Assim, o ordenamento jurídico não aparece simplesmente como conjunto de normas que prescrevem o *dever ser*, satisfazendo os interesses de cada indivíduo, mas busca estabelecer através de uma convivência ordenada o *bem comum*, ou seja, “uma composição harmônica do bem de cada um com o bem de todos”. (REALE, 2004).

Nesse contexto, o ordenamento jurídico regula as condutas humanas e assegura a vida em sociedade por meio de normas, classificadas como regras e princípios, com as quais se aplica o direito na sua justa medida. Assim, o operador jurídico trabalha com as normas não como fenômeno isolado, mas como parte de um todo, aplicando regras ou princípios conforme cada situação fática.

Contudo, a despeito da busca de alternativas e soluções a todas as necessidades do homem, o ordenamento jurídico não representa um sistema perfeito haja vista falhas existentes, tais como antinomias e lacunas decorrentes da celeridade com que se dão os acontecimentos sociais, impossibilitando regular todas as condutas e situações decorrentes das transformações sociais.

<sup>1</sup> Para Norberto Bobbio, “o ordenamento jurídico (como todo sistema normativo) é um conjunto de normas”.



A pluralidade de normas, destinadas a prescrever e regular certos comportamentos, é fruto da diversidade da conduta humana e representa uma necessidade para que o ordenamento jurídico acompanhe os efeitos do tempo no direito. Entretanto, o processo de atualização do direito no tempo não se dá unicamente por meio do Poder Legislativo, com a criação de enunciados jurídicos (normas), mas principalmente através do discurso judicial, ou seja, por meio da atuação do Poder Judiciário que exerce a função de interpretar e aplicar o direito conforme a realidade social.<sup>2</sup>

Nesse sentido, o juiz precisa interpretar e aplicar o direito infraconstitucional à luz da Constituição, fortalecendo o sistema constitucional e o Estado democrático de direito. Para tanto, necessita de meios, ou seja, de instrumentos hermenêuticos que possibilitem a atividade jurisdicional extensiva ou restritiva, para conformar o direito à realidade social, bem como para efetivar o disposto no texto constitucional.

Tais meios podem ser representados pela hermenêutica tradicional, quando se interpreta e aplica o texto infraconstitucional, através das técnicas clássicas de interpretação descritas por Savigny, como por exemplo, a literal, sistemática, lógica, histórica e teleológica; ou, ainda, podem ser representados por meio da hermenêutica constitucional e dos princípios descritos por Hesse para interpretar a Magna Carta, consistentes no princípio da unidade da constituição, da concordância prática, da eficácia integradora e da força normativa da Constituição. Atualmente, Barroso aponta a existência de nova interpretação constitucional onde se fala na normatividade dos princípios, na ponderação de valores, na teoria da argumentação, dentre outros, como técnicas decorrentes das modernas demandas para interpretação à aplicação do texto constitucional.

Assim, dos meios interpretativos constitucionais destaca-se a proporcionalidade, através da qual exige do magistrado nova visão e aplicação do texto legal através da ponderação dos direitos em conflito, bem como a justificação e argumentação racional de sua decisão.

---

<sup>2</sup> Segundo François Ost, o tempo é uma instituição social, onde de uma forma ou de outra as pessoas são reguladas pelo tempo do direito, sendo que o direito é um revelador do tempo. Nesse sentido, as decisões judiciais é que devem servir para atualizar o tempo das leis e não essas o contrário. (OST, François. *O tempo do direito*. Lisboa: Piaget, 1999.)

## **1 A função do juiz na interpretação e aplicação do direito e do texto constitucional**

A Constituição é a base do sistema jurídico, uma vez que além de estabelecer a estrutura e o funcionamento dos Poderes, alberga as normas fundamentais do homem, bem como os princípios com os quais restam positivados os valores fundamentais da sociedade, motivo pelo qual está colocada na posição de maior hierarquia do sistema de normas que compõe o direito positivo, haja vista que é através desta que todas as demais normas têm o seu fundamento de validade. (MACHADO, 2002, p. 15-16).

Entretanto, mesmo com um sistema jurídico e uma carta constitucional repleta de normas para manutenção da ordem e do bem comum, as dificuldades de obter adequadamente o conteúdo das normas jurídicas permeiam toda a prática do direito, haja vista a alta carga de imprecisão gramatical e lingüística dos enunciados jurídicos, exigindo do juiz a escolha referente à norma a ser adotada para o caso concreto, bem como a fixação do sentido do enunciado normativo escolhido através do processo interpretativo.

Assim, para a aplicação do texto constitucional e manutenção da ordem e do bem comum é fundamental o papel dos juízes, haja vista que através da interpretação das normas e fundamentação de suas decisões desvendam o conteúdo e alcance de determinado texto jurídico e criam o direito que regula a sociedade.

Para Dworkin (1999), o juiz exerce função muito mais importante que o próprio legislador. A importância do juiz na criação do direito vem representada pela atuação na decisão do processo judicial, onde deverá decidir não apenas com a aplicação do texto legal, mas analisando também na dimensão moral quem cumpriu com suas responsabilidades, evitando assim que a decisão confirme uma injustiça. Nesse sentido, é através da interpretação produtiva na solução dos processos judiciais que o juiz cria o direito.

Segundo o jurista, o mais “importante é o modo como os juízes decidem os casos” (DWORKIN, 1999, p. 5), bem como a análise e forma como aplicam os enunciados normativos, haja vista que

[...] a diferença entre dignidade e ruína pode depender de um simples argumento que talvez não fosse tão poderoso aos olhos de outro juiz, ou mesmo o mesmo juiz no dia seguinte. As pessoas freqüentemente se vêem na iminência de ganhar ou perder muito mais em decorrência de um aceno de cabeça do juiz do que de qualquer norma geral que provenha do legislativo. (DWORKIN, 1999, p. 5).

Nesse contexto, cabe ao magistrado a função de intérprete judicial, aquele que desvenda e define o conteúdo e alcance das normas dispostas pelo legislativo no ordenamento jurídico para solução de casos concretos. Assim, através do processo interpretativo o juiz dinamiza, humaniza e atualiza o Direito diante das necessidades e transformações sociais, possibilitando um alcance mais amplo ou mais restrito de um preceito normativo, conforme os valores jurídico-sociais existentes.

Com efeito, ressalta-se que o processo interpretativo não é exclusivo do judiciário, uma vez que cabe a todos os operadores do Direito o papel de intérprete do texto legal, haja vista que os juristas podem apontar novas posições e teses no processo exigindo do magistrado uma nova visão sobre determinado sentido da norma, definindo a sua aplicação. Contudo, é pela atuação do juiz, através da interpretação e dos seus juízos valorativos, que se cria e dinamiza o Direito, uma vez que é ele quem interpreta e aplica ou deixa de aplicar a norma, fundamentando a sua decisão, isto é, o magistrado é quem decide sobre qual das partes recairá a espada da Justiça.

Nesse sentido, Ost (1993) vislumbrando a importância e função do juiz no ordenamento jurídico, bem como reconhecendo a crise na operacionalização do Direito decorrente do excesso burocrático e da existência de vários modelos de juízes, analisou e classificou os magistrados de acordo com suas posições e atuações no ordenamento jurídico conforme as figuras da mitologia grega de Júpiter, Hércules e Hermes.

Para Ost (1993), Júpiter representa o juiz legalista, positivista, ou seja, aquele que aplica os enunciados jurídicos sobre todas as coisas sem se preocupar efetivamente com a realidade social ou a obtenção da Justiça; Hércules, por sua vez, representa o “arquiteto supremo da construção do direito”, aquele que cria o Direito e decide levando em consideração a jurisprudência, o caso concreto e não só o texto legal e Hermes representa o novo modelo de juiz, o grande comunicador, aquele que atua num campo jurídico com infinitas informações, sem se apegar a códigos ou processos, levando em consideração simplesmente os valores sociais.

Monteiro (2004, p. 114-116), aponta um novo paradigma da decisão judicial, um quarto modelo de juiz: Proteus, que representa o modelo adequado ao ambiente virtual, ou seja, aquele que atinge toda dimensão do possível, alguém que vai além da visão de Hermes, o juiz hermeneuta. Proteus representa a figura do juiz atualizado ao seu tempo e apto as conflitos mais modernos pois tudo sabe a tudo vê.

A visão de cada uma dessas figuras mitológicas, que representam os intérpretes e aplicadores do Direito, expressa a preocupação que se tem com a função que os juízes exercem dentro do ordenamento jurídico: a de concretização, atualização e humanização do Direito, principalmente através da efetivação do texto constitucional e dos direitos fundamentais do homem, haja vista que “o Poder Legislativo cria enunciados jurídicos cuja função é imediatamente estática, os quais, a partir do caso concreto, saem do estado de inércia, ganham o aspecto dinâmico e são interpretados e aplicados pelo Poder Judiciário.” (GOES, 2004, p. 1).

Segundo Nader (2005, p. 262) “a efetividade do Direito depende, de um lado, do técnico que formula as leis, decretos e códigos e, de outro lado, da qualidade da interpretação realizada pelo aplicador das normas”. Nesse contexto, tendo em vista a importância da atividade jurisdicional na aplicação do Direito, uma vez que através de seu discurso se produzem interpretações dando sentido e alcance aos enunciados normativos, cabe referir que a liberdade do intérprete, ou seja, o poder criativo do juiz, é pressuposto básico para a produção do discurso judicial e aplicação do Direito à luz da Constituição, bem como para a hermenêutica jurídica.

Nesses termos, verifica-se que o processo hermenêutico, efetivado por meio da interpretação e da criatividade do juiz, representa uma afronta à neutralidade proposta pelo Positivismo Jurídico, representado pelo juiz Júpiter, uma vez que esse representa a autoridade máxima do Direito Positivo, aparecendo no topo de uma pirâmide de onde aplica as leis e os códigos ignorando o contexto social no qual as normas estão inseridas, de tal sorte que a única decisão a ser tomada se refere à interpretação literal e aplicação fria da lei, mesmo que isso não represente a decisão mais justa<sup>3</sup>, pois nessa visão “o discurso judicial se restringe a sedimentar o direito declarado pelo Poder Legislativo.” (GÓES, 2004, p. 6).

Com efeito, o rito metodológico positivista afasta a interpretação criativa do Direito, haja vista a estruturação tecnicista, fundada na simples e restrita aplicação do texto legal sem considerar a realidade social e a realização da justiça. Segundo Azevedo (1989) “o positivismo cumpre a função ideológica de congelar e petrificar as instituições e os conceitos jurídicos, consagrando à

---

<sup>3</sup> Nesse sentido deve-se levar em consideração o conceito de Justiça para os positivistas, no que me parece que os mesmos seguem o conceito adotado por Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômano*, onde afirma que “é evidente que justo será aquele que se conforma com as Leis e que observa a igualdade”, ou seja, o conceito de justiça reside no exato cumprimento do que preve a lei. Assim, o juiz jupiteriano também se preocupa com a justiça, mas com a justiça positivista, ou seja, obtida através do estrito cumprimento da lei e dos códigos.

sombra da indiferença ética, a desconformidade entre o direito e à realidade histórica”.

Assim, muito embora o estado positivista não aceite a liberdade do intérprete judicial, haja vista que para sua satisfação basta a interpretação literal e a aplicação do sentido único da norma (caráter denotativo) por meio de juízes mecânicos que representam meros aplicadores da lei; é através do processo hermenêutico, ou seja, da interpretação e do discurso judicial, emitido por juizes conscientes de seu papel na cultura sociopolítica do Estados em que estão inseridos, que se obtém o Direito conformado à realidade social, bem como se efetiva o texto constitucional, consagrador dos direitos fundamentais e se realiza a justiça.

Desta forma, é no império dos juízes Hércules e Hermes que se dá à evolução do processo interpretativo e dinâmico do Direito, haja vista que a interpretação representa o trabalho de compreensão do juiz quanto a determinado enunciado normativo e sua possível aplicação ao caso concreto como forma de justiça na solução de um conflito. Contudo, no império Herculano o intérprete aparece em situação de menor importância dentro do sistema jurídico, haja vista exercer a função de mero reproduzidor do sentido atribuído à norma pelo legislador, conforme a concepção hermenêutica tradicional, defendida por Emílio Betti e que enfatiza a segurança jurídica como valor predominante do Direito. (ZEIFERT, 2003, p. 188).

Interpretar representa o ato de explicar, buscar o verdadeiro sentido de alguma coisa, para tanto o intérprete utiliza diversos recursos, analisa elementos, utiliza-se de conhecimentos da lógica, psicologia e, muitas vezes, de conceitos técnicos, a fim de penetrar no âmago das coisas e identificar a mensagem contida. (NADER, 2005, p. 263).

Desta forma, interpretar o Direito significa conhece-lo, compreende-lo para só depois interpretá-lo, pois como afirma Streck (2004, p. 269) “não compreendemos porque interpretamos, na verdade interpretamos porque compreendemos”. Assim, “interpretar o Direito representa revelar o sentido e alcance de suas expressões” (NADER, 2005, p. 263), efetivando a norma à realidade social.

Nesse contexto, ao intérprete não basta simplesmente revelar algo que já exista de forma clara na norma, fazendo simples constatações, também não basta simplesmente à capacidade de articulação do raciocínio para uma mera reprodução do que já existe, perpetuando o “sentido comum teórico dos juristas”, segundo ensina Warat. A interpretação do Direito exige “criatividade para adaptar as velhas fórmulas aos tempos modernos”, onde o intérprete necessita do conhecimento da vida e da realidade, haja vista que interpretar o Direito é

um “ato de inteligência e de cultura” do intérprete (NADER, 2005, p. 263-265), através do qual se busca a Justiça e o bem comum.

Nesse sentido, a interpretação jurídica envolve a análise e compreensão do enunciado normativo e do conflito a ser solucionado pelo intérprete (juiz), que imbuído de elementos subjetivos, como formação cultural e política, determinam o sentido e conteúdo da norma, bem como a solução do caso concreto.

Como já referido, o ato de interpretar o Direito não está restrito à atividade jurisdicional, entretanto a interpretação constitutiva do Direito é limitada aos magistrados, chamados por Eros Roberto Grau como “intérpretes autênticos”, uma vez que esses completam o trabalho do legislador e as teses apontadas pelos juristas. Nesse sentido,

[...] operadores do direito e juristas - não são dotados do poder de praticar o ato decisional, momento final da atividade de interpretação do direito. O único intérprete autorizado pelo próprio direito a definir, em cada caso, a norma de decisão é o juiz. Logo, poderemos, para apartá-las, afirmar que a atividade (=conjunto de atos) de interpretação empreendida pelos demais operadores do direito e pelos juristas cessa no momento anterior ao da definição da norma de decisão, ato privativo do intérprete autêntico. (GRAU, 2003, p. 62-63).

Outrossim, a interpretação e aplicação do direito não se realizam autonomamente, representam um processo unitário, haja vista que o intérprete discerne o sentido do texto em virtude de um determinado caso concreto, uma vez que a interpretação do direito consiste em concretar a norma em cada caso, ou seja, na sua aplicação. (GADAMER apud GRAU, 2003, p. 84).

Vale ressaltar que a atividade interpretativa vai além do mero pressuposto de aplicação de uma norma jurídica, uma vez que assume a importante função de atualização e renovação da ordem jurídica, haja vista que “através da interpretação torna-se possível a adaptação das normas jurídicas às mudanças ocorridas no seio da sociedade, à sua natural evolução, ou até mesmo o surgimento de novos valores e ideologias.” (BASTOS, 2005, p. 157).

Assim, o processo hermenêutico deve apresentar interpretações criativas, rompendo com o processo interpretativo trazido pela hermenêutica tradicional, cuja base concentra-se na simples repetição de decisões e sentidos no qual o intérprete está inserido no *habitus dogmaticus* que banaliza suas decisões, assegurando a manutenção dos pré-juízos e da ordem jurídica dominante, ou seja, o sentido comum teórico que limita o sentido do processo interpretativo. (ZEIFERT, 2003).

Desta forma, ao juiz cabe interpretar o Direito a aplicá-lo ao caso concreto de acordo com as transformações sociais.<sup>4</sup> Para tanto o intérprete deverá fazer a conexão entre o fenômeno jurídico e os demais fenômenos sociais, ajustar os valores da lei aos valores do povo para alcançar o Direito justo (HERKENHOF, 2002), levando em consideração as várias ciências que influenciam no convívio social, bem como as concepções políticas e ideológicas da comunidade em que está inserido.

Nesse contexto, a compreensão do conteúdo da norma e sua possibilidade de ajustá-lo ao caso concreto, ou seja, o processo interpretativo de conformação do direito à realidade social, pressupõe uma postura crítica do juiz (do intérprete autêntico), postura de alguém conhecedor do contexto sociopolítico em que o texto legal foi criado e da época em que será aplicado, ou seja, da realidade em que está inserido. (DUARTE, 2004, p. 123). Entretanto, o poder criativo do juiz e a sua possibilidade de criar o Direito através do discurso judicial não são ilimitados, haja vista que a interpretação judicial deve ser feita à luz do texto constitucional, ou seja, a criatividade interpretativa está restrita ao disposto na Constituição Federal, que representa a base do ordenamento jurídico.

A atividade jurisdicional interpretativa, através da qual se extrai o significado das normas e se aplica o Direito, é uma atividade essencialmente prática, haja vista que se dá na esfera da resolução de casos concretos, onde o juiz, através de sua criatividade, fatores ideológicos, crenças e engajamento à realidade social e política, define o sentido e a norma a ser aplicada a determinado conflito, o que pode ocorrer através da subsunção ou da utilização de outros meios hermenêuticos para solução de conflitos jurídicos, como a ponderação, com a qual o juiz ao decidir determinado conflito faz uso de sua ideologia, formação e inserção social e política para ponderar e determinar qual dos direitos será levando a efeito.

A crítica que se faz ao novo processo hermenêutico e ao poder criativo do juiz, se assenta na questão de que a decisão tomada pelos fatores ideológicos e a realidade social e política legitimaria o agir judicial segundo convicções próprias de cada julgador, que aproveitando a sua função interpretativa poderia atuar na esfera da arbitrariedade, atribuindo uma nova roupagem à aplicação dos textos jurídicos sob o fundamento da concretização do Estado Democrático de Direito, afetando a segurança jurídica. Entretanto, tal afirmação não

<sup>4</sup> Gisele Santos Fernandes Góes coloca que o juiz exerce na função de intérprete e aplicador do direito um papel político, uma vez que “o juiz é o catalizador de contradições, espelha a relação dialética que há entre o enunciado jurídico, o intérprete e o contexto social.” (2004, p. 9)

se revela consistente frente a uma análise da nova hermenêutica e do processo interpretativo produtivo, haja vista que o referido processo tem como objetivo a concretização do Direito através de meios racionais e coerentes, onde “o que se busca a partir da construção de métodos interpretativos é reduzir a esfera de discricionariedade judicial.” (VIEIRA, 2005, p. 216).

Para Hesse (apud VIEIRA, 2005, p. 215-216), a aplicação do processo interpretativo, através da atividade jurisdicional, serve para alcançar um resultado mais “correto, através de um procedimento racional e controlável, e fundamentar este resultado de forma igualmente racional e controlável, criando deste modo certeza e previsibilidade jurídicas, e não acaso o da simples decisão pela decisão.”

Assim, a interpretação do juiz e o seu poder criativo para aplicar o Direito, na busca incessante de soluções e de Justiça, não lhe permite agir de forma arbitrária, haja vista que a sua limitação reside na obrigatoriedade da utilização da argumentação racional para justificar e fundamentar a decisão tomada, conforme previsto no princípio da motivação das decisões judiciais disposto no artigo 93, inciso IX do texto constitucional.

Nesse contexto, o juiz na função de intérprete e aplicador da lei, frente ao caso concreto, está legitimado a desempenhar seu papel criador desde que fundamentado racionalmente através de argumentos adequados ao texto constitucional e à ordem jurídica. Desta forma, a argumentação jurídica aparece como fator de justificação da decisão judicial, conferindo-lhe legitimidade e validade no ordenamento jurídico.

Importante ressaltar que o processo interpretativo do juiz não se dá de forma aleatória, possui métodos aplicáveis tanto na interpretação de enunciados constitucionais como infraconstitucionais. Assim, a interpretação do texto infraconstitucional ocorre através da aplicação dos métodos clássicos, ou seja, por meio da hermenêutica tradicional cujos elementos interpretativos consistem no método gramatical, histórico, teleológico e sistemático, onde o poder criativo do juiz encontra-se limitado principalmente pelo próprio texto da norma, que deverá ser interpretada à luz da Constituição e fundamentado através da argumentação racional.

Entretanto, no plano constitucional, cujos enunciados caracterizam-se pelo conteúdo aberto e variável, onde as definições podem variar conforme o tempo, espaço e circunstâncias do caso concreto, bem como pelo caráter principiológico e extremamente subjacente das normas constitucionais (BARROSO, 2005, p. 275), principalmente por representarem normas definidoras e garantidoras de direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito, os meios



interpretativos tradicionais não são suficientes para alcançar o verdadeiro sentido da norma e a efetividade do texto constitucional, razão pela qual é necessária a utilização de novos métodos para obtenção da solução do caso concreto, ou seja, de um processo interpretativo constitucional, chamado de “hermenêutica constitucional”.

Para Guerra Filho (2002, p. 402) a necessidade de desenvolver uma hermenêutica constitucional no âmbito jurisdicional, diferenciada da hermenêutica tradicional, decorre da natureza diferenciada de princípios e regras. Especialmente pelo fato dos princípios apresentarem um alto grau de abstração e generalidade, que faz com que se encontrem em latente estado de colisão uns com os outros, necessitando do processo interpretativo do magistrado para resolver o conflito, haja vista a inexistência de ordem hierárquica entre eles.

Nesse contexto, o magistrado é o maior operador do processo interpretativo, seja ele de normas constitucionais ou não, haja vista o grande número de situações em que se exige a aplicação de enunciados normativos na solução de casos concretos, bem como as inúmeras situações em que não há no ordenamento jurídico a previsão de solução para o conflito.

Assim, a interpretação constitucional assume grande importância no Direito em razão das normas constitucionais representarem um sistema aberto de regras e princípios<sup>5</sup>, em que a Constituição deve ser compreendida como um sistema normativo amplo, dinâmico e intimamente ligado à realidade social, cujos enunciados são dotados de conteúdos gerais, abstratos e genéricos que permitem a existência de vários conflitos dentro do próprio texto, exigindo o processo interpretativo como forma de solucionar tais conflitos e concretizar o texto constitucional, bem como para atualizar e dinamizar o referido texto às transformações sociais.

O processo interpretativo faz parte da aplicação do Direito e principalmente da concretização e efetivação do texto constitucional, uma vez que “sem interpretação o texto é uma mera expressão gráfica posta no mundo, uma justaposição de significantes e enunciados lingüísticos sem importância para a vida social” (STEINMETZ, 2001, p. 77), sendo que a atividade interpretativa representa uma forma de interação entre o texto constitucional e a realidade social, onde a “interpretação e aplicação é que dão sopro vital à Constituição.” (STEINMETZ, 2001, p. 77).

---

<sup>5</sup> Segundo Celso Ribeiro Bastos, fala-se em sistema aberto porque este sofre as interferências de elementos externos, tais como os elementos culturais, sociais e econômicos, onde o sistema normativo encontra-se em constante comunicação com o sistema fático, ou seja, com a realidade social. (2005, 150)

Nesse sentido, Hesse (1998, p. 62) afirma que “não existe interpretação constitucional independentemente de problemas concretos”, observa ainda que a “concretização” e a “compreensão” só são possíveis diante de um problema prático real, pois

[...] a vinculação da interpretação à norma a ser concretizada, à (pré)-compreensão do intérprete e ao problema concreto a ser resolvido, cada vez, significa, negativamente, que não pode haver método de interpretação autônomo, separado desses fatores, positivamente, que o procedimento de concretização deve ser determinado pelo objeto da interpretação, pela Constituição e pelo problema respectivo. (HESSE, 1998, p. 63).

Para tanto, Hesse (1998) aponta alguns princípios ou cânones sem os quais não se legitima o processo interpretativo constitucional, consistentes no (1) princípio da unidade da constituição, que determina um sistema integrado e interdependente das normas constitucionais, ou seja, o intérprete deve considerar as normas constitucionais não como dispersas e isoladas mas sim como preceitos integrados evitando contradições; (2) princípio da concordância prática ou harmonização, segundo a qual se deve confrontar os valores em conflito estabelecendo qual prevalecerá no caso concreto, otimizando e preservando a presença dos demais no texto constitucional, esta estreitamente ligada a idéia de proporcionalidade; (3) princípio da conformidade funcional, que estabelece a estrita obediência do intérprete constitucional à repartição de funções constitucionalmente estabelecidas; (4) princípio do efeito integrador, estabelece que na solução de problemas jurídico-constitucionais se dê preferência à interpretação que mantenha a unidade político-constitucional e a integração social; e (4) princípio da força normativa da Constituição ou também da efetividade.

Para Barroso (2005, p. 275), a normatividade dos princípios, a ponderação de valores e a teoria da argumentação são novos cânones interpretativos que aliados aos meios existentes servem para solucionar as situações jurídico-constitucionais conflitantes.

Desta forma, a interpretação constitucional é aplicada diante de um caso concreto, representado principalmente pelo conflito entre princípios constitucionais, onde é necessário buscar o sentido do texto e a solução mais adequada à situação fática existente, bem como serve para tornar operativo o direito constitucional, haja vista que através do processo interpretativo as normas constitucionais podem ter seu conteúdo alargado em virtude de transformações ocorridas na sociedade. (BASTOS, 2005, p. 158).

Contudo, a interpretação constitucional não é ilimitada. Conforme Hesse (1998, p. 69) ela “está vinculada a algo estabelecido”, ou seja, o intérprete está vinculado ao disposto no próprio texto da Constituição e não tem o poder de modificá-lo ou rompê-lo, ele poderá interpretá-la ampliando e atualizando seus preceitos, mas nunca passando por cima do disposto no seu texto.

## **2 A máxima da proporcionalidade como instrumento interpretativo constitucional**

A colisão de direitos fundamentais é uma experiência freqüente quando se tem um texto constitucional democrático, consagrador de um extenso catálogo de direitos fundamentais, ou seja, de um ordenamento jurídico voltado para a proteção dos direitos do homem, onde os princípios basilares são a dignidade da pessoa humana, a supremacia da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito, submetendo todos os indivíduos ao respeito incondicional do disposto no texto constitucional.

Neste contexto, a interpretação constitucional pressupõe uma “teoria dos direitos fundamentais” (GUERRA FILHO, 2002), haja vista que nem sempre se verifica uma realização plena, harmoniosa e simultânea de tais direitos, uma vez que o exercício de um direito fundamental pode excluir o exercício do mesmo ou de outro direito da mesma espécie de outro titular. Desta forma, do conteúdo aberto e variável dos direitos fundamentais, características que se revelam apenas frente a um caso concreto, resulta o choque entre esses direitos e desses com outros valores constitucionalmente protegidos e a necessidade da descoberta de meios capazes de amenizar tais conflitos, tendo em vista tratar-se de um conflito entre princípios, dada a importância dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico.

Assim, a inexistência de formas dentro do próprio ordenamento jurídico, capazes de solucionar os conflitos de direitos fundamentais, exige do magistrado o processo interpretativo constitucional, impondo a utilização de métodos eficientes para buscar a harmonia entre as normas constitucionais conflitantes, através de critérios que protejam o bem jurídico de maior relevância, em razão do princípio da unidade e concordância prática da Constituição.

Assim, é no âmbito jurisdicional que se repercute significativamente a hermenêutica constitucional, onde se investigam os meios interpretativos capazes de solucionar os conflitos principiológicos de forma coerente, bem como

de concretizar o texto da Magna Carta, principalmente no que se refere à efetivação dos direitos fundamentais.

Nesse contexto, uma das formas encontradas pelos intérpretes constitucionais, que vem sendo ampliada aos conflitos infraconstitucionais pela chamada técnica da ponderação, para solução de conflitos cujas regras da sub-sunção não alcançam uma resposta adequada é a aplicação da máxima da proporcionalidade<sup>6</sup>. Assim, conforme Guerra Filho (2002, p. 405):

[...] para resolver o grande dilema da interpretação constitucional, representado pelo conflito entre princípios constitucionais, aos quais se deve igual obediência, por ser a mesma a posição que ocupam na hierarquia normativa, se preconiza o recurso a um “princípio dos princípios”, o princípio da proporcionalidade, que determina a busca de uma “solução de compromisso” [...]

Com efeito, a proporcionalidade aparece como um instrumento hermenêutico através do qual o magistrado faz a ponderação dos direitos em conflito, excluindo um deles na resolução do caso concreto. Contudo, tal escolha deve ser rigorosamente fundamentada, haja vista que tal processo permite ao intérprete uma valoração subjetiva do caso concreto e a utilização, quase freqüente do seu fator ideológico para solução do conflito, do que se verifica que em existindo matrizes ideológicas antagônicas aos intérpretes, haverá no ordenamento jurídico soluções opostas ao mesmo caso concreto.

Assim, a máxima da proporcionalidade exige do julgador a compreensão e interpretação da norma e da realidade social, no intuito de, através da menor intervenção possível na esfera de atuação dos direitos fundamentais, protegendo o seu núcleo essencial, afastar um dos direitos colidentes na resolução do caso concreto. Para tanto, a máxima da proporcionalidade é formada por três parciais (que também podem ser chamados de subprincípios, postulados ou critérios), representados pela adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, ou ponderação propriamente dita. (ALEXY, 1997, p. 111-112). Tais parciais representam o parâmetro para regular a conduta do magistrado quando se estejam em pauta conflitos e limitações de direitos fundamentais, dando legitimidade ao ato judicial.

<sup>6</sup> Para os juristas brasileiros a expressão mais utilizada é “princípio da proporcionalidade”. Alexy utilizou a expressão “máxima da proporcionalidade” em razão do conceito de princípio. Para Ávila a expressão mais adequada é “postulado”. Barroso entende como princípio instrumental constitucional. Contudo, a imprecisão terminológica da expressão não afeta a sua aplicação pela doutrina e jurisprudência brasileira. Muito embora os Tribunais adotem a expressão “princípio da proporcionalidade”, no presente trabalho, utilizar-se-á a expressão máxima da proporcionalidade tendo em vista a matriz teórica adotada.

Nesse sentido, a *adequação* representa a compatibilidade entre o meio e fim pretendido; a *necessidade* ou *exigibilidade* representa que não existe outra forma mais eficaz e menos gravosa de restrição dos direitos fundamentais colidentes. Já o critério da “proporcionalidade em sentido estrito”, ou seja, da ponderação<sup>7</sup> propriamente dita, diz respeito a um sistema de valoração dos conteúdos dos direitos em conflito, onde se verifica a relevância e peso dos bens envolvidos, criando uma ilusão de precedência de um direito sobre outro para solução do caso concreto.

Para Barroso, a proporcionalidade representa um princípio instrumental de interpretação constitucional, uma vez que constitui uma premissa conceitual, metodológica ou finalística, não expressa no texto constitucional, mas que antecede, no processo intelectual do intérprete, a solução concreta do problema em exame, motivo pelo qual é reconhecido pela doutrina e jurisprudência (BARROSO, 2005, p. 299), ou seja, serve como um instrumento hermenêutico para a ponderação de bens em conflito. Neste sentido, a proporcionalidade é considerada

[...] um valioso instrumento de proteção dos direitos fundamentais e do interesse público, por permitir o controle da discricionariedade dos atos do Poder Público e por funcionar como a medida com que uma norma deve ser interpretada no caso concreto, para a melhor realização do fim constitucional nela embutido ou decorrente do sistema [...]. O princípio pode operar, também, no sentido de permitir que o juiz gradue o peso da norma, em determinada incidência, de modo a não permitir que ela produza um resultado indesejado pelo sistema, assim fazendo a justiça no caso concreto. (BARROSO, 2005, p. 303).

Quando se fala em proporcionalidade e ponderação é importante ressaltar que até pouco tempo o conceito de ponderação restringia-se a teoria dos princípios, representando o método de solução de conflitos entre dois ou mais princípios de mesma hierarquia para o qual o processo substantivo não apresentava instrumentos capazes de resolvê-lo. Entretanto, em razão da necessidade de sua aplicação diante das situações fáticas existentes no ordenamento jurídico pátrio, a ponderação vem sendo aplicada como uma técnica de decisão jurídica própria para solução de casos difíceis existentes em vários setores que não unicamente o conflito de princípios. (BARCELLOS, 2005, p. 55).

<sup>7</sup> Ávila entende que o postulado da ponderação não se confunde com a proporcionalidade, uma vez que aquele “exige a atribuição de uma dimensão de importância a valores que se imbricam, sem que contenha qualquer determinação quanto ao modo como deve ser feita essa ponderação, ao passo que o postulado da proporcionalidade contém exigências precisas em relação à estrutura de raciocínio a ser empregada no ato de aplicação.” (2005, p. 116).

Segundo Barroso (2005, p. 287-289), a ponderação consiste em uma técnica de decisão jurídica aplicável aos casos onde há a possibilidade de aplicação de normas de mesma hierarquia que indicam soluções diferenciadas, onde é necessária a atuação subjetiva do intérprete na realização da escolha de qual norma será aplicada, sendo que o processo intelectual e seletivo dos princípios tem como fio condutor o princípio instrumental da proporcionalidade.

Para Ávila (2005, p. 44-50) a ponderação não é método privativo de aplicação dos princípios, na medida em que representa a atividade de interpretação que serve para aplicação de princípios e regras. Representa qualidade geral de qualquer aplicação de normas, haja vista que essas possuem um caráter provisório que pode ser ultrapassado por razões havidas como mais relevantes pelo aplicador na análise do caso concreto.

Nesse sentido, ressalta-se que a ponderação não se confunde com as fórmulas hermenêuticas tradicionais para solução de conflitos e tampouco pode ser aplicada indistintamente no ordenamento jurídico, uma vez que se afasta do raciocínio subsuntivo, principal forma de aplicação dos enunciados normativos, onde se todos os elementos interpretativos tradicionais.

Assim, a ponderação não pode ser aplicada de forma irrestrita pelo intérprete na aplicação de enunciados normativos, haja vista a possibilidade de abrir um amplo campo de discricionariedade judicial, bem como em razão de representar um meio alternativo de solução de conflitos reservado aos casos onde a subsunção não apresenta elementos suficientes para alcançar o resultado adequado ao caso concreto, ou seja, representa uma “técnica de decisão autônoma” que não se vincula a princípios de maneira exclusiva. (SANTIAGO apud BARCELLOS, 2005, p. 36).

Desta forma, a proporcionalidade, acompanhada da técnica ponderativa, representa um instrumento hermenêutico de efetivação do Direito, uma vez que através da atividade jurisdicional concretiza os direitos fundamentais e da eficácia ao texto constitucional, corroborando a idéia de Estado Democrático de Direito. Contudo não se confundem com os cânones tradicionais da interpretação, haja vista esses operarem no âmbito subsuntivo enquanto a ponderação representa uma alternativa a essa técnica<sup>8</sup>, haja vista que as decisões jurídicas não são tomadas com base no processo subsuntivo, mas sim em critérios que possam alcançar as soluções do caso concreto através da análise valorativa do julgador (intérprete).

<sup>8</sup> Nesse sentido, Carlos Bernal Pulido, em *El principio de proporcionalidad u los derechos fundamentales*. Centro de Estudos Políticos e Constitucionais: Madri, 2005, p. 538-564.

Assim, para evitar a arbitrariedade e o abuso na solução do caso concreto, a aplicação da técnica ponderativa é limitada pela argumentação racional, razão pela qual deverá estar devidamente justificada na decisão judicial, uma vez que

[...] a existência da ponderação não é um convite para o exercício indiscriminado de ativismo judicial. O controle de legitimidade das decisões obtidas mediante ponderação tem sido feito através do exame da *argumentação* desenvolvida. Seu objetivo, bastante simples, é verificar a correção dos argumentos apresentados em suporte de uma determinada conclusão ou ao menos a racionalidade do raciocínio desenvolvido em cada caso.” (BARROSO, 2005, p. 291).

Nesse sentido, a legitimidade da decisão judicial que aplica a técnica ponderativa como forma de efetivar o texto constitucional e conformar o Direito à realidade social, depende da justificação para evitar a discricionariedade judicial, razão pela qual a ponderação deve ser racional, ou seja, carregar elementos de argumentação capazes de fundamentar sua aplicação. Ressalta-se que a racionalidade e a justificação representam a capacidade de demonstrar a conexão da decisão judicial com o sistema jurídico e os valores sociais e políticos, bem como a coerência referente às razões pelas quais a decisão foi tomada, ou seja, a motivação consistente, racional e jurídica do discurso judicial, evitando juízos parciais e desvinculados a realização da justiça. (BARCELLOS, 2005, p. 41-45).

Desta forma, a argumentação e justificação da decisão judicial referente à ponderação de bens em conflito representam os limites ao poder criativo do juiz, ou seja, ao processo interpretativo criativo/produtivo pelo qual se faz o balanceamento de valores diante do caso concreto. Nesse sentido, a teoria da argumentação jurídica aparece como um método de controle racional à aplicação da proporcionalidade e em especial da ponderação em sentido amplo, na medida que limita a discricionariedade judicial exigindo a fundamentação da decisão através da apresentação de argumentos capazes de justificar determinada escolha relacionada à interpretação do Direito (ATIENZA, 2000, p. 17-18), ou seja, capaz de tornar a atividade jurisdicional aceitável mediante um processo de convencimento, razão pela qual “a demonstração lógica adequada do raciocínio desenvolvido é vital para a legitimidade da decisão proferida.” (BARROSO, 2005, p. 356).

Assim, a teoria da argumentação jurídica aparece como um método de controle do poder criativo do intérprete judicial, limitando sua discricionariedade.

dade, tanto na interpretação dos enunciados infraconstitucionais, como do texto constitucional, para aferição da relação custo-benefício da decisão judicial e análise da adequação entre o seu conteúdo e a finalidade por ela perseguida.

## **Considerações finais**

Diante da concepção de que o Direito é fenômeno da cultura dos povos e que o ordenamento jurídico serve para organizar a vida em sociedade, cujo fundamento é a busca do bem comum, o acompanhamento das transformações sociais constitui o principal desafio do Direito, haja vista a celeridade com que os mesmos acontecem e o tempo que o Direito leva para regulá-los. Desta forma, o processo hermenêutico baseado na interpretação criativa do texto legal representa o principal instrumento de atualização e concretização do Direito na sociedade e encontra no Judiciário o elemento facilitador para tal efetivação: o juiz e sua interpretação na solução dos casos concretos.

Entretanto, para que o processo interpretativo criativo possa ocorrer é indispensável a superação do positivismo jurídico e de sua visão jupiteriana, onde a aplicação da lei sobre todas as coisas representa o ideal do Direito e o processo subsuntivo é a única forma de alcançar a justiça. Assim, à visão jupiteriana e positivista do Direito não permite a atualização do ordenamento jurídico às transformações sociais, pois a única interpretação admitida é a literal que não possibilita a conformação do tempo das leis com o tempo dos acontecimentos sociais que são diversos.

Dessa forma, é no império Herculano que se encontram os primeiros passos para a efetivação de um processo hermenêutico, fundamentado na interpretação das normas, onde o juiz busca a vontade do legislador e o alcance da norma para sua aplicação, haja vista que juiz Hércules representa o arquiteto supremo da construção do Direito, decidindo conforme as circunstâncias do caso concreto e a jurisprudência, não só com o disposto na lei.

Entretanto, no império Herculano o processo hermenêutico que se dá é o processo tradicional, ou seja, fundado em interpretações repetitivas e mecânicas, perpetuando o *habitus dogmaticus*, onde o intérprete simplesmente reproduz o sentido atribuído pelo legislador e utiliza os métodos interpretativos como justificativas para tornar determinada decisão juridicamente aceitável. Nesse período, a atividade jurisdicional apresenta-se com maior relevância que a atividade do juiz jupiteriano, entretanto sem aprofundar o processo de criação, dinamização e humanização do Direito.



É através da nova hermenêutica e do processo interpretativo criativo do juiz que se dá à conformação do Direito à realidade social. Esse período é conhecido como Império Hermeneuta, cujo juiz é representado pela figura mitológica de *Hermes*, o mensageiro dos Deuses, aquele que tem a função de traduzir as mensagens divinas para os seres humanos. Nesse período, a interpretação não trabalha meramente com a reprodução da idéia do legislador, mas transforma o juiz em intérprete autêntico na medida que lhe permite complementar a vontade do legislador, humanizar a lei e criar o Direito levando em consideração as circunstâncias do caso concreto, ajustando os valores do sistema jurídico aos valores político-sociais.

Ao juiz hermeneuta não cabe um poder infinito, de tal forma que se desvincule do disposto no ordenamento jurídico. A ele cabe interpretar os enunciados normativos e solucionar conflitos cujo resultado não se encontra previsto expressamente no ordenamento jurídico, reorganizando e concretizando o Direito de acordo com a realidade social, aproximando o sistema jurídico do sistema econômico e político através da decisão judicial, que para ser legitimada na solução do caso concreto deverá fornecer uma motivação consistente, fundada numa argumentação racional e coerente, capaz de torná-la aceitável jurídica e socialmente.

O processo interpretativo encontra grande expansão nos ordenamentos jurídicos contemporâneos em razão da vasta utilização de enunciados abertos, com conteúdos principiológicos, gerais e indeterminados, que transferem ao Judiciário a função de definir, aplicar e conformar o Direito à realidade social. Assim, aos juízes, intérpretes hermeneutas, cabe o papel de fundamental importância na concretização do Direito, em virtude da sua capacidade de produzi-lo, assegurando o Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, é no processo interpretativo constitucional que o juiz exerce com maior ênfase o papel de concretizador do Direito, haja vista que sua atividade não se restringe ao alcance do sentido da norma, mas sim de aplicação da mesma através da proporcionalidade e da técnica da ponderação, onde o intérprete dá nova roupagem aos enunciados normativos, de conteúdo aberto e indeterminado, aplicando e efetivando o texto constitucional, em especial os direitos fundamentais.

Assim, o magistrado exerce papel essencial para conformação do sistema jurídico às transformações sociais, através do processo interpretativo e da atividade jurisdicional racionalmente fundamentada, em especial por meio da aplicação da máxima da proporcionalidade e da técnica da ponderação que representam instrumentos hermenêuticos para efetivação do texto constitucio-

nal, assegurando a concretização dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a ponderação aplicada como técnica interpretativa em sentido amplo, assume relevante função na solução de conflitos normativos em geral, não só na colisão de direitos fundamentais ou como método de aplicação dos princípios, mas também assegurando a conformação do Direito à realidade social através de decisões judiciais racionalmente justificadas por meio da argumentação jurídica.

Por fim, com relação à importância do juiz na interpretação criativa e concretização do Direito, válidas são as palavras de Herkenhoff (2002, p. 135) ao afirmar que:

O sistema legal vigente pode ser menos desumano, menos distante do povo, através da arte e da consciência do juiz [...] ou se terá um Direito mais justo pela atuação do juiz, ou não se terá nada. Em outras palavras: se o juiz falhar na sua missão de humanizar a lei, de descê-la ao homem julgado, de fazer a leitura da lei a partir dos autênticos valores da cultura popular, de explorar as contradições do sistema legal em favor das maiorias deserdadas pela lei, nada restará de útil, socialmente útil, na lei.

Assim, aos operadores jurídicos cabe repensar o Direito de tal forma que se obtenha o total abandono do *habitus dogmaticus*, do Império de Júpiter e Hércules, exigindo dos intérpretes autônomos (juizes) um papel produtivo, de concretização do texto constitucional, de garantia e efetivação dos direitos fundamentais e, principalmente, de obtenção da Justiça e do bem comum.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Madri: Centro de Estudos Constitucionais, 1997.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito: teorias da argumentação jurídica**. São Paulo: Landy, 2000.

AZEVEDO, Plauto Faraco. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1989.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BARROSO, Luis Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da História: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: SILVA, Virgílio Afonso da. **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BASTOS, Celso Ribeiro; MEYER-PFLUG, Samantha. A interpretação como fator de desenvolvimento e atualização das normas constitucionais. In: SILVA, Virgílio Afonso da. **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Brasília: Editora UNB, 1999.

DUARTE, Liza Bastos. **Hermenêutica jurídica: uma análise de temas emergentes**. Canoas: Ed. da ULBRA, 2004.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GÓES, Gisele Santos Fernandes. **Princípio da proporcionalidade no processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação do direito**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Hermenêutica constitucional, direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade. In: BOUCAULT, Carlos E. de Abreu.; RODRIGUEZ, José Rodrigo (Org.). **Hermenêutica plural**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HERKENHOFF, João Baptista. **Como aplicar o direito**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

HESSE, Konrad. **Elementos de direito constitucional da república federal da Alemanha**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1998.

MACHADO, Hugo de Brito. **Uma introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Dialética, 2002.

MONTEIRO, Claudia Servilha. **Temas de filosofia do direito: decisão, argumentação e ensino**. Florianópolis: Boiteux, 2004.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

OST, François. **O tempo do direito**. Lisboa: Piaget, 1999.

OST, François. Júpiter, Hércules, Hermes: tres modelos de juez. **Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, Alicante, Espanha, n. 14, p. 169-194, 1993.

PULIDO, Carlos Bernal. **El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales**. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

STEINMETZ, Wilson Antônio. **Colisão de direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica (jurídica): compreendemos porque interpretamos ou interpretamos porque compreendemos? Uma resposta a partir da ontological turn. **Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito/Unisinos**, p. 223-271, 2004.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A moralidade da constituição e os limites da empreitada interpretativa, ou, entre Beethoven e Bernstein. In: SILVA, Virgílio Afonso da. **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti. Da hermenêutica à nova hermenêutica: o papel do operador jurídico. In: SPAREMBERGER, Raquel F. Lopes. **Hermenêutica e argumentação**. Ijuí: Ed. Unijuí; Caxias do Sul: Educs, 2003.

Seção III

# Contábeis

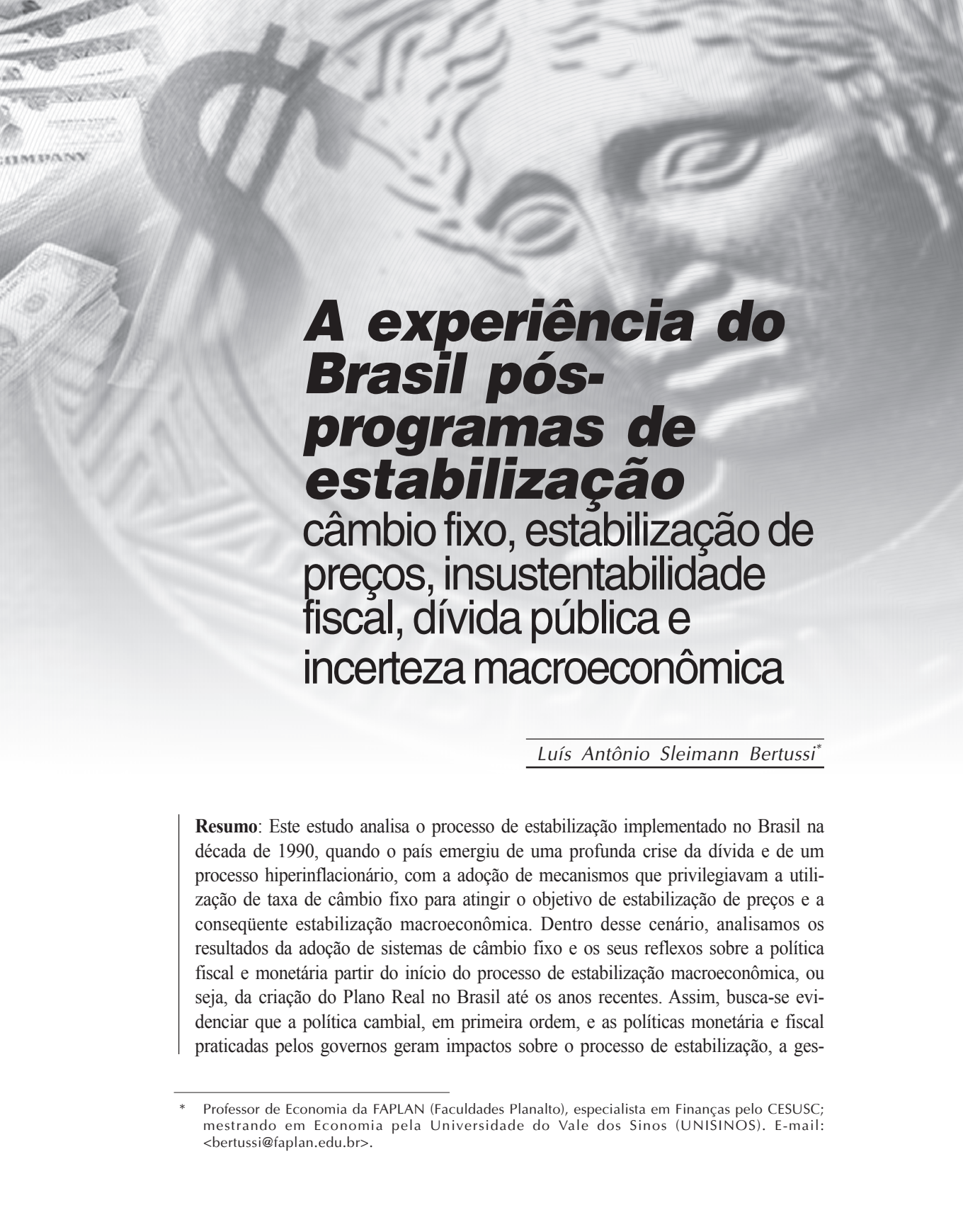
**A experiência do Brasil pós-programas  
de estabilização: câmbio fixo, estabilização de  
preços, insustentabilidade fiscal, dívida  
pública e incerteza macroeconômica**

*Luís Antônio Sleimann Bertussi*

**Redes de empresas:  
uma análise do  
desempenho empresarial**

*Claudionor Guedes Laimer*





# **A experiência do Brasil pós- programas de estabilização**

câmbio fixo, estabilização de  
preços, insustentabilidade  
fiscal, dívida pública e  
incerteza macroeconômica

---

*Luís Antônio Sleimann Bertussi\**

---

**Resumo:** Este estudo analisa o processo de estabilização implementado no Brasil na década de 1990, quando o país emergiu de uma profunda crise da dívida e de um processo hiperinflacionário, com a adoção de mecanismos que privilegiavam a utilização de taxa de câmbio fixo para atingir o objetivo de estabilização de preços e a conseqüente estabilização macroeconômica. Dentro desse cenário, analisamos os resultados da adoção de sistemas de câmbio fixo e os seus reflexos sobre a política fiscal e monetária partir do início do processo de estabilização macroeconômica, ou seja, da criação do Plano Real no Brasil até os anos recentes. Assim, busca-se evidenciar que a política cambial, em primeira ordem, e as políticas monetária e fiscal praticadas pelos governos geram impactos sobre o processo de estabilização, a ges-

---

\* Professor de Economia da FAPLAN (Faculdades Planalto), especialista em Finanças pelo CESUSC; mestrando em Economia pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). E-mail: <bertussi@faplan.edu.br>.

tão da dívida pública e por consequência no crescimento econômico, pois o sucesso da política econômica está relacionado ao regime monetário e cambial praticado pelo governo combinado com o controle da política fiscal.

**Palavras-chave:** Câmbio fixo. Estabilização econômica. Incerteza macroeconômica.

**Abstract:** This study analyses the process of stabilization implemented in Brazil on 90s. The country emerged from the nineties in a deep crisis of the debt and of a hyperinflationary process, with the adoption of mechanisms that privileged the use of fixed exchange rates to reach the objective of stabilization of prices and the consequent macroeconomic stabilization. In this scenario, the objective of this article is to analyze the results of the adoption of systems of fixed exchange rates and your reflexes on the fiscal and monetary politics starting from the beginning of the process, in other words, beginning in the creation of Real Plan in Brazil until the recent years. In this sense, this article tries to evidence that the exchange politics, in first order, and the monetary and fiscal politics practiced by the governments generate impacts in the process of stabilization, the administration of the public debt and as consequence, in the economical growth, the success of the economical politics is related to the monetary and exchange regime practiced by the government combined with the control of the fiscal politics.

**Keywords:** Fixed exchange rates. Stabilization. Macroeconomic uncertainty.

## **INTRODUÇÃO**

A década de 1990 pode ser caracterizada, para os países da região latino-americana, principalmente para o Brasil, como um período em que esses países voltaram a ter acesso ao circuito financeiro internacional, de forma que a restrição de liquidez e de financiamento externo que caracterizou a década anterior foi revertida.

O retorno do fluxo de capitais internacionais para financiar as contas externas desses países ocorreu principalmente pelo fenômeno da globalização financeira, pela reestruturação da dívida externa desses países nos moldes do Plano Brady e por condicionantes internos. Especificamente, dentre estes últimos, destacam-se os processos de adequação do marco regulatório interno às normas das finanças globalizadas, isto é, os processos de liberalização financeira que redundaram em aumento do grau de abertura financeira desses países, e o processo de estabilização econômica conseguido com relativo sucesso pelas principais economias da região.



Dentro desse contexto, o Brasil emergiu nos anos 90 de uma profunda crise da dívida e de um processo hiperinflacionário, ambos com a adoção de mecanismos que privilegiavam a utilização de taxa de câmbio fixo para atingir o objetivo de estabilização de preços e a conseqüente estabilização macroeconômica.

No Brasil, o programa de estabilização, posto em prática a partir de 1994, fez parte da família de planos que utilizaram a âncora cambial como mecanismo para lograr mais rapidamente a estabilidade de preços. (CARNEIRO, 2002). A sustentação do Plano Real deu-se na âncora cambial – fixação do valor externo da moeda como meio para alcançar a estabilidade do valor interno da moeda – e na política monetária restritiva, que combinava altíssimas taxas de juros com restrições de crédito. Essa combinação foi articulada com uma bem-sucedida desindexação de preços, o que explica a da inflação e sua manutenção em baixos patamares.

Dentro desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar os resultados da adoção de sistemas de câmbio fixo e os seus reflexos sobre a política fiscal e monetária do Brasil a partir do início do processo de estabilização macroeconômica, ou seja, da criação do Plano Real.

Assim, busca-se evidenciar que a política cambial, em primeira ordem, e as políticas monetária e fiscal, praticadas pelos governos, geram impactos sobre a gestão da dívida pública e por conseqüência no crescimento econômico, pois o sucesso da política econômica está relacionado ao regime monetário e cambial praticado pelo governo combinado com o controle da política fiscal. Como conseqüência, a credibilidade na política econômica por parte dos agentes econômicos é fator crucial para proteção em face das crises financeiras, sendo que o governo leva tempo para construir esta credibilidade junto aos agentes privados. A questão-chave para os agentes do mercado é saber se há razões suficientes para acreditar na solvência destes países em relação ao seu estoque de dívida pública.

## ***1 Revisão teórica: taxas fixas e flexíveis, tipos de arranjos cambiais e a macroeconomia aberta***

A escolha de um regime cambial fixo, flexível, ou de qualquer outra combinação, dependerá sempre de circunstâncias individuais de cada país. Observa-se que é possível se escolher entre dois extremos, um totalmente fixo e

outro totalmente flexível. Nos anos 80 e 90, uma série de países adotaram taxas de câmbio fixas para gerar um maior grau de certeza econômica ou estabilidade interna e externa, porém vários desses modelos ruíram nessas mesmas décadas.

No final do século XX, observou-se que certa flexibilidade da taxa de câmbio seria necessária para evitar ou amenizar os ataques especulativos contra as moedas domésticas, os quais conduzem as economias a profundas crises financeiras e recessões econômicas, como, por exemplo, as do México, Tailândia, Rússia, Brasil e Argentina.

Existem argumentos que defendem que se todos os países adotassem taxas de câmbio fixas os problemas estariam resolvidos. Segundo Salvatore (2000), as taxas de câmbio fixas geram um grau inferior de incerteza ao comércio e às finanças internacionais, pois tendem a provocar uma pressão estabilizadora e não desestabilizadora. Geram, conseqüentemente, uma maior disciplina nos preços (menor inflação) do que as taxas de câmbio flexíveis.

Por outro lado, com um sistema de taxa de câmbio flexível, ainda segundo Salvatore (2000), um *deficit* ou *superavit* no balanço de pagamentos da nação é automaticamente corrigido por uma depreciação ou apreciação da moeda, sem qualquer intervenção do banco central, evitando a perda ou o acúmulo de reservas internacionais. O caso contrário observa-se nas taxas de câmbio fixas, pois os desequilíbrios do balanço de pagamento terão que ser corrigidos por meio da mudança de outras variáveis que não a taxa de câmbio como, por exemplo, a taxa de juros.

Em um sistema de taxa de câmbio fixa, a nação pode aplicar políticas fiscais para alcançar o equilíbrio interno e políticas monetárias para obter o equilíbrio externo. Porém, o equilíbrio interno seria maximizado se pudesse ser utilizada a política monetária para esta finalidade (por exemplo, o crescimento do produto). Pois, de fato a política monetária tem sua ação intensificada em regimes de taxa de câmbio flutuante. Pode-se citar o exemplo de uma política monetária que vise o controle inflacionário, a qual proporcionará uma apreciação da moeda doméstica e uma redução das exportações e um estímulo às importações.

O principal aspecto atrativo das taxas de câmbio flexíveis, segundo Salvatore (2000), do ponto de vista da autoridade monetária, encontra-se no fato de que permitem que a nação detenha maior controle sobre a sua oferta de moeda, alcançando um menor índice de desemprego se comparado às taxas fixas. Por

outro lado, diante do elevado fluxo financeiro internacional, as taxas flexíveis ficam sujeitas a grandes flutuações e disparos diários.

Ainda, por outro lado, a taxa de câmbio fixa, num cenário de grande mobilidade internacional de capitais, pode conduzir à desestabilização da política fiscal, uma vez que ingressos permanentes de moeda estrangeira forçam o banco central a comprar esta moeda. Conseqüentemente, deverá esterilizar a moeda doméstica colocada no mercado, mantendo a taxa fixa. Porém, essa esterilização se dará através da emissão de títulos da dívida pública, gerando um aumento de seu estoque. E, caso a política fiscal não seja prudente através da geração de *superavits* fiscais que reduzam essa dívida no futuro, a taxa de juros sofrerá pressão ascendente para que o governo possa rolar a dívida ou colocar novos títulos no mercado.

Por outro lado, quando ocorrem fugas de capitais, o banco central é forçado a vender suas reservas para fazer frente à pressão de demanda por moeda estrangeira, sendo que tal situação estará em equilíbrio apenas enquanto existirem reservas internacionais. Segundo Krugman e Obstfeld (2005), quando ocorre uma perda súbita de confiança na promessa do banco central de manter a taxa de câmbio fixa no futuro, ocorre a crise do balanço de pagamentos, a qual força as autoridades a abandonar a taxa de câmbio fixa. Porém, antes do abandono, o banco central utiliza a política monetária através do aumento das taxas de juros para tentar evitar a fuga de capitais. Caso essa tentativa falhe, a crise será dupla, pois gerará um aumento do custo de rolagem e do estoque da dívida, migrando para uma crise fiscal da nação, gerando maior pressão sobre a taxa de juros.

Ainda, segundo Salvatore (2000), uma taxa de câmbio fixa se mostra mais adequada para uma pequena economia aberta que comercie principalmente com uma ou algumas nações maiores e cujos distúrbios sejam principalmente de natureza monetária. Por outro lado, um sistema de taxa de câmbio flexível será mais eficiente para uma grande economia relativamente fechada, com comércio diversificado e um dilema entre inflação e desemprego diferente do que o dos seus principais parceiros comerciais, e cujos principais distúrbios se originem no setor real e no exterior.

### **1.1 Tipos de regimes cambiais**

Segundo Triches (2003), um arranjo monetário é composto por um conjunto de regras, normas, práticas, instrumentos e organizações, com a finalidade

de de promover o pagamento entre os agentes econômicos, tanto em nível doméstico como em nível externo. Os sistemas monetários internacionais podem ser definidos de acordo com a forma pela qual são especificados os ativos de reservas internacionais, ou de acordo com o modo pelo qual a taxa de câmbio é determinada.

Os regimes cambiais podem assumir formas bipolares, assumindo desde taxas de câmbio fixas, com situações extremas, como a adoção por um país de uma moeda internacional (caixa de conversão) até as taxas de câmbio puramente flexíveis, sem qualquer intervenção do banco central. (TRICHES, 2003).

Ainda, segundo Triches, existem nove regimes cambiais alternativos, sendo que a classificação está segmentada em três grupos: os fixos, os intermediários e os flexíveis, sendo os seguintes:

- i) união monetária – é caracterizada pela implementação de uma moeda única que circula domesticamente e em todos os outros países membros. Pode ocorrer, ainda, a adoção da moeda do maior parceiro comercial para circulação interna ou de uma moeda dominante também designada de “área monetária”. Exemplos atuais são a União Monetária Européia (EURO) e o Panamá, Equador e algumas ilhas do Caribe Oriental, que adotaram o dólar norte-americano.
- ii) caixa de conversão ou *currency board* – instituição monetária em que a taxa de câmbio é fixada por força de lei e não por política monetária. A emissão de moeda é atrelada, em sua totalidade, ao nível de ativos externos ou reservas internacionais, isto é, o estoque de moeda somente pode ser ampliado se ocorrer um *superavit* nas contas externas do país. Representa um mecanismo de ajuste automático das contas do balanço de pagamentos, sendo que elimina completamente a autonomia das autoridades governamentais de elaborar e implementar políticas monetárias, ou ainda a opção de emitir moeda para financiar *deficits* públicos internos. Atualmente foi utilizado por Hong Kong, Argentina, Estônia, Bulgária e Bósnia.
- iii) taxa de câmbio fixa – arranjo cambial em que a moeda de um país é plenamente fixada a uma moeda dominante ou a direitos especiais de saques. Nesse arranjo cambial os bancos centrais intervêm constantemente no mercado cambial para evitar excessos de demanda ou de oferta de divisas. Muitos países fixaram suas moedas ao dólar americano e países da África Ocidental e Central fixaram suas moedas em relação ao franco Francês.

- iv) taxa de câmbio fixa com paridade ajustável – sistema pelo qual o país declara que a taxa de câmbio é fixada, mas pode ser ajustada de forma unilateral ou realinhada periodicamente, sendo consistente para manter a estabilidade cambial, sendo que foi implementado no sistema de Bretton Woods.
- v) taxa de câmbio fixa com paridade deslizante – sistema em que o país declara que a taxa de câmbio é fixada em relação a uma ou mais moedas externa e que poderá ser ajustada ou realinhada de forma unilateral periodicamente. Também conhecido como “sistema de minidesvalorizações cambiais freqüentes”. Tradicionalmente, esse arranjo é utilizado por países que passaram por fortes períodos inflacionários ou apresentam descontroles fiscais e/ou monetários. Segundo Frankel (1999), esse modelo pode ser utilizado em economias que apresentam inflação, pois a correção da taxa de câmbio pode estar indexada a um índice de preço, mantendo a taxa real de câmbio constante.
- vi) taxa de câmbio fixada a uma cesta de moedas – sistema pelo qual o país atrela sua taxa de câmbio a uma ponderação de um conjunto de moedas pertencentes aos seus principais parceiros comerciais, em vez de fixar a moeda doméstica a uma única moeda externa. Este arranjo é mais adequado para países com alta inserção no comércio internacional e que tenham uma diversificação geográfica de parceiros comerciais.
- vii) bandas cambiais ou meta de margem de flutuação, também conhecidas como *target zone* – arranjo que combina características da taxa de câmbio fixa com a da flexível, definindo um limite máximo e mínimo (margens) de flutuação em torno da paridade central já definida. Se a banda é suficientemente estreita ou pequena, o sistema aproxima-se de uma taxa fixa de câmbio (Bretton Woods, 1% de variação), por outro lado, se a banda é alta ou larga, aproxima-se de uma taxa de câmbio flexível (Grécia, banda de 15%). Nesse arranjo, o banco central intervém no mercado de câmbio quando a taxa de câmbio atingir a banda superior ou inferior de uma paridade central.
- viii) taxa de câmbio com flutuação administrada ou *dirty float* – um sistema de prontidão para intervenção no mercado de câmbio sem defender nenhuma paridade, ou seja, o banco central intervém no câmbio sem a finalidade de defender uma paridade específica, mas, sim, para evitar flutuações exageradas da cotação cambial.
- ix) taxa de câmbio com flutuação livre, ou flutuação limpa, é definido com o arranjo cambial em que ocorre completa ausência do banco central

no mercado de câmbio, permitindo que a oferta e a demanda se equilibrem por conta própria.

## **1.2 Determinação do regime de taxa de câmbio em economia aberta**

Observa-se que a escolha do regime de taxa de câmbio depende de circunstâncias específicas de cada nação e principalmente das características econômicas, sociais, políticas, de comércio externo, de crescimento e dos fluxos internacionais de capitais.

Segundo Fisher (2001), cada uma das maiores crises financeiras internacionais observadas desde 1994 (México, 1994; Tailândia, Indonésia e Coréia, 1997; Rússia e Brasil, 1998, e Argentina e Turquia, 2000) tinham em comum a utilização de algum tipo de taxa de câmbio fixa, sendo que África do Sul, México, Turquia e Israel, em 1998, evitaram a crise por utilizarem taxas de câmbio flutuantes.

O processo de escolha do regime de câmbio mais adequado para cada país é de fundamental importância à macroeconomia e às finanças internacionais (TRICHES, 2003), sendo que países com elevadas taxas de inflação somente será factível taxa de câmbio flutuante, margem de flutuação ampla e paridade deslizando, enquanto que, se a inflação for baixa, pode-se escolher a maioria dos regimes.

Observa-se, ainda, segundo Eichengreen et al. (1999 apud TRICHES, 2003), os seguintes critérios para escolha da taxa de câmbio serão considerados:

- i) taxa de inflação alta é compatível com câmbio flutuante, margem de flutuação e paridade deslizando;
- ii) nível de reservas baixo, é compatível somente com taxa de câmbio flutuante ou união monetária;
- iii) alta mobilidade de capital será compatível taxa de câmbio flutuante, margem de flutuação ampla, caixa de conversão ou união monetária.

Dentro desse contexto, identificam-se as características econômicas da nação e a correspondente taxa de câmbio que se adapta a sua estrutura econômica, sendo que essa referência se sustentará com a análise da próxima seção, no caso do processo de estabilização iniciado com o Plano Real no Brasil.

Ainda, segundo Edwards (1996), uma questão importante na política econômica está na existência ou não de controle de fluxos de capitais nas econo-

mias, pois nações que adotarem controle de fluxos de capitais terão grande habilidade para sustentar regimes de taxa de câmbio fixo.

Portanto, dentro desse contexto, países que apresentarem livre mobilidade de capitais terão dificuldades em manter a taxa de câmbio fixa, ficando sujeitos a ataques especulativos e à perda do controle da política monetária, com significativos impactos sobre a dívida pública e o setor real da economia, em virtude da necessidade de utilização de altas taxas de juros nominais para conter fugas de capitais. Considera-se, ainda, que deve-se observar o nível das reservas internacionais, como já citado, e a possibilidade de crise no balanço de pagamentos.

É razoável dizer que economias abertas ao fluxo internacional de capitais têm estado no centro do processo de migração de sistemas de câmbio fixo para sistemas cambiais com ampla flexibilidade. (FISHER, 2001). Mas por quê? Segundo Williamson (2000 apud FISHER, 2001), é em virtude de pressões do Tesouro Norte-Americano e do Fundo Monetário Internacional, entretanto, uma razão real pode ser a de que os sistemas de câmbio fixo não têm se mostrado viáveis em nenhum período, especialmente para países integrados ou em processo de integração ao fluxo internacional de capitais.

O colapso das taxas de câmbio fixo tem gerado sérios danos às economias dos países que os adotaram, apesar de terem gozado de um período de estabilidade e credibilidade anterior ao colapso. Segundo Fisher (2001), esses colapsos geram consideráveis danos ao sistema bancário, às corporações e às finanças governamentais.

Ainda, segundo Triches (2003), há certo consenso de que em economias desenvolvidas ou consideradas “grandes”, internacionalmente, o arranjo cambial ótimo é a taxa puramente flexível. Já em países pequenos ou com certo processo histórico de elevadas taxas inflacionárias, com baixa credibilidade de política monetária, as taxas de câmbio fixas ou regimes de conversibilidade tornam-se os mais indicados.

Países com elevada instabilidade estrutural e política têm tido alterações do regime cambial com maior frequência, sendo que este fator explica por que a maioria das desvalorizações domésticas ocorre nos primeiros anos da administração, quando o grau de popularidade política é alto. (TRICHES, 2003). Ainda, segundo o autor, o grau estrutural de instabilidade política desempenha um papel crucial na escolha do regime de taxa de câmbio, ou seja, estabilidade gera confiança em taxa de câmbio flexível e instabilidade em taxas de câmbio fixas, sendo que a dimensão do custo de abandonar o regime cambial estará diretamente correlacionada ao grau de estabilidade política.

Portanto, o processo de escolha do regime de taxa de câmbio está relacionado à credibilidade dos governos eleitos, sendo que um país com metas reais e falta de credibilidade deverá optar por um regime de câmbio fixo. Por outro lado, países com credibilidade política e institucional e estabilidade econômica deverão optar por regimes flexíveis de câmbio. E países em desenvolvimento, que enfrentam choques nominais e reais nas suas economias com elevadas taxas de inflação, deverão adotar um sistema de câmbio fixo deslizante em relação a uma cesta de moedas dos principais parceiros comerciais. (TRICHES, 2003).

### **1.3 Estabilização sustentada na taxa de câmbio fixa e valorizada**

As políticas de estabilização sustentadas em taxas de câmbio fixas tendem a proporcionar rápida redução dos índices de inflação com custos menores em termos de emprego e renda do que políticas macroeconômicas contracionistas, certamente, no lugar de uma recessão, essa política gera prosperidade no estágio inicial. (WILLETT, 2004). Porém, a rápida queda da taxa de inflação relaciona-se à valorização da moeda doméstica.

O uso de âncoras nominais fixas de taxa de câmbio tendem a aumentar a disciplina econômica interna, sendo que variáveis como oferta monetária, *deficits* orçamentários e flexibilidade do mercado de trabalho ajustam-se em direções favoráveis. (WILLET, 2004). Tipicamente, observa-se que esse sistema requer forte disciplina monetária e não fiscal. Certamente, taxas fixas podem reduzir a disciplina fiscal nos períodos iniciais, porque é extremamente fácil financiar os *deficits* com a entrada de fluxos de capitais, como no Brasil e na Argentina. Porém, a disciplina nesses países não se evidenciou, até que a situação deteriorou-se ao ponto de gerar um processo de crise irreversível.

Segundo Willett (2004), as evidências são claras de que os ajustes domésticos forçados através do travamento da taxa de câmbio são uma estratégia de alto risco, uma vez que os ataques especulativos contra as moedas domésticas são mais frequentes contra as valorizadas do que contra as desvalorizadas. Um tipo de assimetria de relevante importância é o de que a proteção de taxas desvalorizadas é mais fácil do que de taxas valorizadas, pois os fatores que limitam o desejo de uma nação incorrer em *superavits* estão correlacionados com a habilidade de esterilizar a entrada de capitais e com os custos de realocação de recursos, os quais representam uma acumulação de reservas.



## 1.4 A macroeconomia aberta

O problema fundamental da taxa de câmbio fixa, segundo Obstfeld e Rogoff (1995) é que o governo deve estar preparado para esquecer completamente a política monetária para fins de estabilização da economia.

Quando ocorre uma queda da demanda agregada, por exemplo, a redução da demanda por exportações domésticas, o emprego e a produção deverão cair. Mas por que o governo não pode reduzir a taxa de juros e estimular a demanda no curto prazo, como nos livros-texto do modelo IS-LM? Segundo Obstfeld e Rogoff (1995), o bloqueio se dá na combinação da taxa de câmbio fixa e na livre mobilidade de capitais. Se a taxa de câmbio não pode mudar e o capital é móvel, a taxa de juros nominal interna deve-se igualar à taxa de juros nominal externa. Isso implica a determinação da taxa de juros doméstica no exterior e não pela política monetária. A expansão monetária através da compra de títulos da dívida pública através de uma operação de mercado aberto levaria os indivíduos a manterem mais moeda do que desejam, a prevalecente taxa de juros interna e externa. Num modelo de economia fechada, os indivíduos vendem moeda doméstica ao banco central e compram moeda estrangeira à taxa fixa de câmbio. Então, eles investem suas reservas no exterior e recuperam seu equilíbrio da carteira em relação à moeda doméstica e títulos. A tentativa do governo em aumentar a oferta de moeda falhou, pois a sua aquisição de títulos da dívida doméstica é compensada pela perda de reservas internacionais. E o governo não tem alternativa a não ser perder parte de suas reservas, pois caso contrário a moeda doméstica iria depreciar. Por fim, o governo perde o controle da oferta de moeda com regime de câmbio fixo.

Abrir mão do uso da política monetária poderá ser um complicador para o governo, pois pode ser difícil achar outras ferramentas para reequilibrar a economia. A política fiscal age de forma lenta na economia, sendo que *deficits* fiscais gerarão aumento do endividamento e custos mortos e política comerciais podem ferir os acordos de comércio internacional. (OBSTFELD; ROGOFF, 1995).

Ainda, a expansão do mercado internacional de capitais tem tornado difícil para algumas nações a manutenção ou a utilização de taxas de câmbio fixas. Dentro desse contexto, a taxa de câmbio fixa e a livre mobilidade de capitais leva à renúncia do controle da política monetária interna. Assim, segundo Krugman e Obstfeld (2005), nenhum país pode ter, ao mesmo tempo, mais de dois itens da lista a seguir: (i) taxa de câmbio fixa; (ii) política monetária orientada para metas internas; (iii) liberdade de movimento de capitais internacionais.

O resultado é um trilema de políticas, ou seja, a impossível tríade, pois somente podem ser combinadas: i e ii, i e iii ou ii e iii. Este é o principal fator que explica a não-viabilidade das taxas de câmbio fixas. Ficando, ainda, duas questões a serem observadas: (i) porque a política monetária não pode ser totalmente direcionada para manter a taxa de câmbio fixa; (ii) seriam os controles de fluxos de capitais eficientes nesse contexto para limitar a sua mobilidade.

De acordo com Triches (2003), é tecnicamente possível um país defender a taxa de câmbio, para tanto, deverá dispor de reservas internacionais suficientes para recomprar a base monetária, sendo que esse fator poderia impedir pressões ou ataques especulativos contra a moeda doméstica, evitando a utilização de altas taxas de juros em caso de reservas insuficientes.

## **2 Estabilização econômica e câmbio fixo: Brasil e o *crawling peg***

A década de 80 marcou a interrupção dos fluxos de capitais direcionados para a América Latina. A sucessão de moratórias, tentativas de reestruturação e busca de financiamento extraordinário, via instituições multilaterais, Fundo Monetário Internacional, por exemplo, desenharam um cenário de contração da liquidez internacional e restrição de crédito para os países latino-americanos, situação que se prolongou além do curto prazo.

Foi necessária uma década para que os países latino-americanos, incluindo o Brasil, voltassem a registrar ingressos reais – e não apenas contábeis – na conta capital. A partir do início da década de 90, a liquidez internacional iniciou um processo de expansão, a economia mundial voltou a crescer e a massa de capital financeiro em busca de rentabilidade se ampliou. Os candidatos a novos receptores de tais capitais, batizados de mercados emergentes, grupo do qual o Brasil faz parte, sustentaram um processo de liberalização financeira, alterando o conjunto de regras quanto ao funcionamento de suas contas de capital.

Durante os anos de 1985 a 94, o Brasil foi vitimado por uma saga de planos heterodoxos de estabilização econômica. A condução da política econômica da Nova República elegeu o combate inflacionário como meta principal. De 1985 em diante, foram feitas várias tentativas de diferentes formas, como a implementação de uma série de planos econômicos que visavam a quedas abruptas da inflação intercaladas por períodos de controles ortodoxos. Entre os diversos planos destacam-se: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994). Até 1991 os planos tinham por

diagnóstico a inflação inercial trazendo como principal elemento o congelamento de preços, sendo que cada um trazia novas características para não incorrer em erros anteriores.

No final de 1993, começou a ser implementado o Plano Real, o qual logrou grande sucesso no processo de estabilização econômica e combate à inflação. Apesar de ter sido o responsável pela estabilização de preços, outros problemas permaneceram e se agravaram, como a não-existência de uma trajetória estável de crescimento e o aumento da dívida pública.

O Plano Real partiu do diagnóstico de que a inflação brasileira possuía forte caráter inercial, ou seja, mantinha-se no mesmo patamar sem aceleração inflacionária e era decorrente de mecanismos de indexação.

O contexto econômico nacional e mundial em que o plano foi adotado era muito diferente, o país havia reingressado no fluxo voluntário de recursos externos, acumulando um volume significativo de reservas, a economia estava mais exposta à concorrência devido ao processo de abertura comercial, limitando a capacidade dos agentes repassarem para preços os choques. Enfim, a inserção internacional do país era completamente distinta da vigente nos planos anteriores. O Plano Real, utilizou a âncora monetária e, principalmente cambial (Figura 1), para gerar o processo de estabilização de preços, limitando quantitativamente a emissão de moeda em uma economia com mobilidade internacional de capitais.

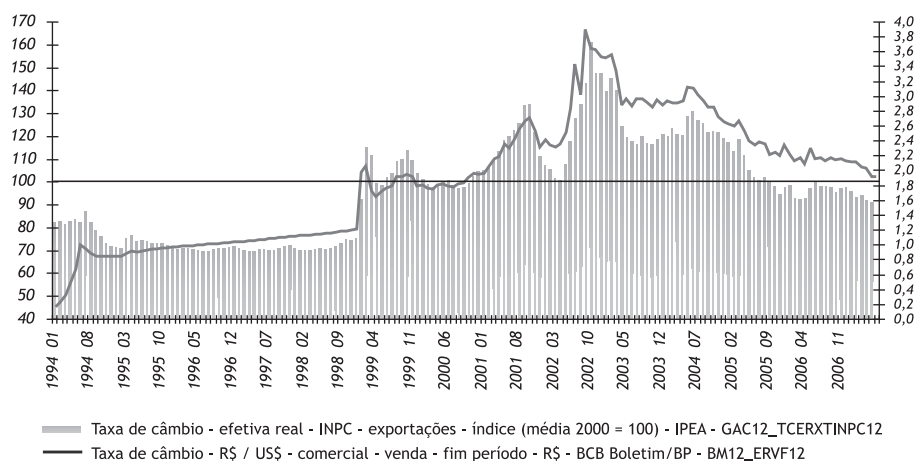


Figura 1 – Taxa de câmbio real efetiva e nominal.

Portanto, o programa de estabilização implantado fazia parte da família de planos que utilizava a âncora cambial como mecanismo para lograr mais rapidamente a estabilidade de preços, fixando o valor externo da moeda com o objetivo de alcançar a estabilidade do valor interno da moeda. A escolha de uma moeda externa era feita através daquela que se configurasse como substituta imediata da moeda interna e servisse como reserva de valor. No caso do Brasil, o dólar cumpria essa função. A Tabela 1, apresenta a evolução do processo inflacionário no Brasil a partir dos anos 80.

Tabela 1 - Inflação média por período selecionado: Brasil e mundo.

Período	Mundo <sup>1</sup> WEO-2007	Média <sup>2</sup> Inflação - IPCA - (% a.a.) - IBGE	Média <sup>2</sup> Inflação - IGP-DI - (% a.a.) - FGV	Média <sup>2</sup> Inflação - IGP-M - (% a.a.) - FGV
1980-1984	14,58	135,79	148,00	nd
1985-1989	16,32	727,69	707,30	nd
1990-1994	29,30	1.321,28	1.383,36	1.429,37
1995-1999	7,84	9,56	10,66	10,81
2000-2004	3,78	8,62	13,28	13,35
2005-2006	3,75	4,42	2,51	2,52

1) WEO-04/2007 - World Economic Outlook - IMF; 2) IPEADATA - <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>.

A deflação do câmbio e de diversos outros preços determinados pelos mercados competitivos, conforme Tabela 1, produziram um choque de expectativas que se revelaram fundamentais para os primeiros meses de funcionamento do Plano Real. Portanto, criou-se uma pressão deflacionária no universo de mercadorias e serviços com preços associados ao dólar. Segundo Franco (1995), o novo regime cambial contribuiria à estabilização econômica e à redução da dívida pública, tendo impactos positivos sobre as expectativas, e, por fim, conferia à política monetária um atributo que a muito estava abandonado: a autonomia. Começou então a construção da âncora monetária.

A definição da nova política cambial tinha como base um diagnóstico do setor externo, segundo o qual o país vinha enfrentando um sério problema de transferências. A Tabela 2 demonstra a evolução dos números desde 1970.

Tabela 2 - Balanço de pagamentos (em % do PIB, médias anuais).

	1970-82	1981-82	1983-91	1992-94
Exportações	8,74	9,33	8,09	8,18
Importações	9,27	8,91	4,65	5,36
Saldo comercial	-0,53	0,42	3,44	2,82
Conta corrente	-5,27	-6,02	-0,44	0,33
Conta de capitais	5,02	4,34	0,63	1,96
Reservas-variação	-0,25	-1,68	0,19	2,29

Franco, 1995, p. 60.

Os números demonstram com clareza o montante do *deficit* em conta-corrente até o início da década de 90. As exportações mantiveram um patamar estável; por outro lado, as importações foram violentamente comprimidas (de 9,27% para 4,65% do PIB), produzindo uma rápida eliminação do *deficit* em conta-corrente em resposta ao decréscimo ou quase desaparecimento dos influxos de capitais.

Portanto, a condição para a implementação de programas de estabilização com âncora cambial é a possibilidade de estabelecer o valor externo da moeda sem que ocorram ameaças de choques de preços ou de financiamento do balanço de pagamentos. Dentro dessa última característica, evidencia-se o porquê desse tipo de programa não ter sido implementado nos anos 80, período no qual o valor externo da moeda esteve constantemente em choque em razão da crise da dívida.

A ausência de crises de confiança de maior intensidade sobre a dívida pública parece ser também um requisito para deflagrar esse tipo de programa de estabilização, principalmente em virtude das severas implicações fiscais. (CARNEIRO, 2002).

Do lado ruim, tinha-se o crescimento da dívida interna (Figura 2), que, segundo Franco (1995), foi da mesma magnitude do crescimento das reservas, gerando um círculo vicioso no qual a esterilização do acúmulo de reservas pressionava os juros internos e ampliava o diferencial de juros, produzindo maior entrada de capitais e acumulação de reservas.

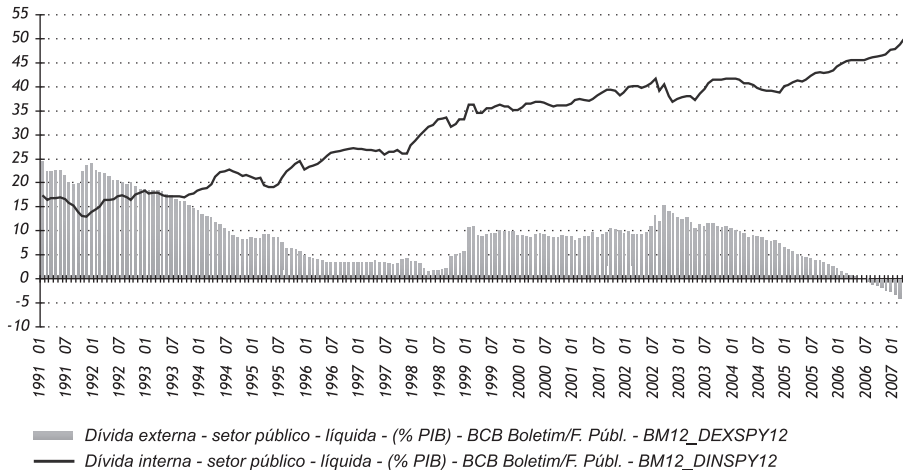


Figura 2 - Dívida líquida do setor público (interna e externa).

Fonte: Sistema Gerenciador de Séries Temporais, Banco Central do Brasil.

Constata-se nesse ponto o ingresso de recursos que não se configurava como formação de poupança externa, uma vez que não era transferido através de *deficit* em conta-corrente, mas como investimento especulativo em busca de arbitragem internacional entre taxas de juros.

É importante ter claro, segundo Franco (1995), que o novo regime cambial cumpria duas funções: a primeira, fornecendo elementos de rigidez nominal aos preços (noção de âncora) e, em segundo lugar, era visto dentre os vários itens do cardápio de instrumentos que visava a assegurar o equilíbrio externo de médio prazo. A política monetária restritiva implementada no início do plano foi fundamental no aspecto de contração econômica em contrapartida à expressiva pressão expansionista gerada pela transferência de renda oriunda do fim do processo inflacionário.

Finalmente, a combinação do quadro macroeconômico com a política convencional tem levado aos seguintes resultados: insustentabilidade intertemporal do *deficit* público, apesar do esforço de ajuste fiscal a partir de 1999; sustentabilidade precária do *deficit* em conta-corrente; elevado nível de desemprego e, parcial estagnação da renda por habitante.

A análise da política fiscal mostra duas etapas distintas após o Plano Real: entre 1994 e 98, o governo realizou uma política neutra, ou seja, financiou *deficits* operacionais oriundos de pagamento de juros por meio de emissão de dívida pública e, ao mesmo tempo, ampliou gastos correntes por meio do aumento da

carga tributária. Já no segundo período, entre 1998 e 2004, o caráter foi explicitamente restritivo, pois os *deficits* operacionais são compensados por *superávits* primários, oriundos de corte de gastos e aumento da carga tributária.

### **2.1 Moeda, câmbio e inflação: o dilema dos juros altos e inflação baixa**

Não há exagero em dizer que durante a década anterior à de julho de 94, salvo por episódios isolados, o Brasil praticamente não teve política monetária. A atuação do Banco Central teve como foco central a colocação de novos papéis e a rolagem da dívida interna. Ou seja, tinha uma função essencialmente fiscal. Não se queria perder a possibilidade de financiar o *deficit* público através de títulos da dívida pública, de modo que tudo fosse feito para evitar que os poupadores levassem sua riqueza para o exterior.

Entender o mecanismo de transmissão da taxa de juros às demais variáveis econômicas é fundamental para capturar os efeitos da política monetária. Estabelecer a relação entre taxa de juros, taxa de câmbio e inflação é fundamental ao bom entendimento do mecanismo de transmissão da política monetária. De acordo com a ótica convencional, há basicamente dois canais de transmissão. Em primeiro lugar, uma elevação (redução) na taxa de juros reduziria (aumentaria) a demanda agregada e, conseqüentemente, teria um impacto negativo (positivo) sobre a inflação. Em segundo lugar, uma elevação (redução) na taxa de juros teria impacto positivo (negativo) sobre o fluxo de capitais, provocando assim uma apreciação (depreciação) cambial e, conseqüentemente, redução (elevação) na inflação.

A elevada taxa de juros proporcionou a apreciação cambial em curso, pois apresentava um cupom cambial bem maior que a taxa interna, garantindo-se assim um influxo de capitais.

A base da estabilização econômica estava, inicialmente, na política cambial, a qual apresentou um câmbio valorizado no início do plano, passando em 1995 a apresentar uma política de desvalorização cambial (sistema de minibandas) projetada em torno de 7% ao ano, em virtude da crise mexicana (CARNEIRO, 2002). Portanto, o governo propunha uma correção da valorização cambial indexada à inflação de forma gradualista, sendo que a defasagem seria eliminada após algum tempo, bastando que os investidores estrangeiros financiassem o tempo necessário.

O primeiro choque do plano ocorreu em 1995 com o advento da crise mexicana, porém o governo conseguiu com sucesso abortar o ataque especulativo através do aumento da Taxa Selic (65% a.a. em março de 1995). O BACEN perdeu em torno de US\$ 12 bilhões de reservas, mas a elevação dos juros fez com que rapidamente voltassem os recursos com o total de reservas, superando US\$ 50 bilhões no final do ano.

Com a crise e a indexação da taxa de câmbio à inflação, foi necessária a adoção de uma política doméstica restritiva, definindo patamares elevados para a taxa interna e para o cupom. O principal instrumento de controle da economia passou a ser a política monetária, tendo como principal foco a administração da taxa de juros, para que esta mantivesse o país atraente ao capital internacional e que continuasse a financiar os *deficits* em transações correntes.

Portanto, depois da crise do México (1994), o BACEN foi obrigado a dar mais três choques nos juros, um na Crise da Ásia, em 1997 (45,9%), outro na Crise Russa, em 1998 (41,58%), e outro na desvalorização do real, em 1999 (45%). O real valorizado era a principal ferramenta do governo para controle da inflação, mas para mantê-lo, o governo tinha um alto custo que era a necessidade de altos patamares de taxa de juros. Quando ocorria alguma crise de confiança externa ou algum outro fator que levasse a uma saída de capital do país, o governo se via obrigado a dar um choque nos juros para manter a cotação do real estável.

As condições internas e externas do final de 1997 e início de 98 estimularam a ocorrência de *superavits* cambiais e favoreceram o crescimento das reservas internacionais até abril de 98, quando atingiram o recorde histórico de US\$ 74,7 bilhões no conceito de liquidez internacional. Com efeito, ao final de 1998, as reservas internacionais totalizaram US\$ 43,6 bilhões no conceito caixa e US\$ 44,6 bilhões no conceito liquidez internacional, representando decréscimos de 15,1% e 14,6%, respectivamente, sobre as posições de 1997. Como resultado desse quadro, ao final de 1998, o país recorreu ao suporte da comunidade financeira internacional, por meio de acordo coordenado pelo Fundo Monetário Internacional, com vistas à recomposição progressiva das reservas internacionais e à preservação da política cambial, fazendo um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões.

No início de 1999, as expectativas quanto à evolução do nível de atividade incorporavam os desdobramentos da crise financeira internacional ocorrida no fim de 1998. As expectativas quanto à desvalorização do real nos primeiros dias de 1999 mantiveram a demanda por moeda estrangeira aquecida, diante da crescente ameaça à integridade das reservas internacionais levaram



o BACEN a abster-se de intervenções na taxa de câmbio, trazendo, como resultado, a mudança no regime cambial brasileiro, passando a ser de taxas flutuantes, em janeiro de 99.

A política monetária, em 1999, foi caracterizada pela reformulação das regras operacionais relativas à fixação da taxa básica de juros pelo Banco Central, compatibilizadas com o regime de taxas de câmbio flutuantes e o estabelecimento de metas para a inflação. Assim, a trajetória da economia em 1999, ficou caracterizada por um cenário que considerava elevadas taxas de juros e recrudescimento da inflação, resultante do impacto desfavorável da desvalorização do real. A partir da adoção do sistema de câmbio flutuante, em janeiro de 99, os choques internos ou externos passaram a gerar maiores impactos sobre a taxa de câmbio e não sobre a taxa de juros (Selic), permitindo a redução gradual da Taxa Selic a partir de 2002 (Figura 3).

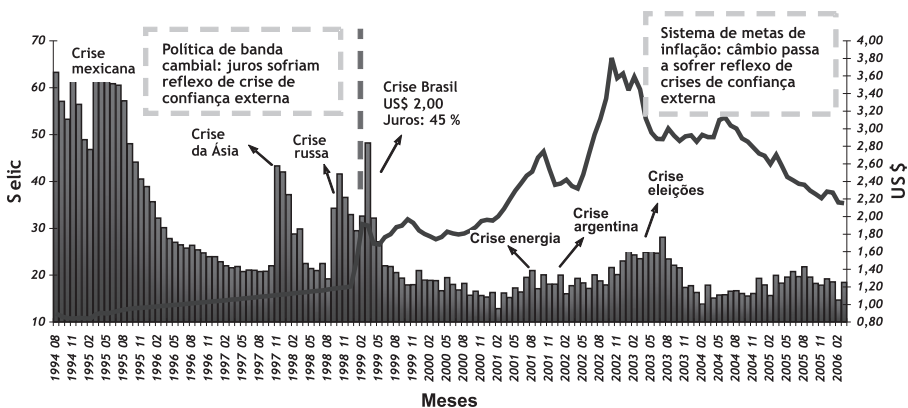


Figura 3 - Sistema de metas de inflação: política cambial e taxa de juros.

Fonte: Banco Central do Brasil. *Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual*. (Vários anos).

Segundo o Banco Central do Brasil (2002), num sistema de metas para inflação, o compromisso com a estabilidade dos preços é o principal objetivo da política monetária. Para atingir esse objetivo a autoridade monetária anunciou metas de médio prazo para a inflação e agiu baseada em projeções de inflação.

Diante desse quadro, pode-se observar que a taxa de juros de longo prazo é alta no Brasil porque as classificações de risco são negativas e que estas são altas porque o *deficit* em conta-corrente e o *deficit* público foram eleva-

dos, na segunda metade da década de 90, e porque as duas relações de endividamento, externo e público, ficaram patamares não sustentáveis, gerando risco de quebra.

Por outro lado, a conjugação do elevado nível da taxa de juros com o endividamento público, também elevado, leva a economia a um duplo equilíbrio: mais especificamente leva ao equilíbrio perverso, no qual a elevação da taxa de juros faz os credores prever o *default* do Estado, e a cobrar taxas ainda maiores, produzindo-se uma espiral eventualmente incontrolável, sendo que o inverso também é válido nesse contexto.

### **Considerações finais**

Desde o momento em que foi anunciado que o Real flutuaria, já havia uma certa clareza para os controladores da política econômica de que o regime de câmbio fixo exige regras de política que privilegiem a gestão monetária efetiva e a existência de fundamentos fiscais sólidos, os quais são fatores decisivos para a estabilidade de qualquer moeda. Os princípios monetários e cambiais necessários à estabilização dos níveis de preços da economia foram seguidos pelo Brasil no seu plano de estabilização, porém a ineficiência da gestão fiscal e o conseqüente elevado endividamento público levaram à reversão dos sistemas cambiais, em virtude de crises financeiras internas e externas, bem como pelo elevado risco de *default* que estes países apresentavam.

A escolha entre um regime de câmbio fixo ou uma faixa de flutuação estreita para o câmbio, escorada numa tentativa de forte controle monetário, não é fácil, nem trivial. As alternativas são atraentes no curto prazo, o nível de reservas, o desempenho da inflação, a crescente adesão do setor privado ao movimento de fixação de preços e contratos, criam as condições para um golpe mais duro contra a inflação. Porém, é muito improvável que o sucesso inicial possa ser mantido sem a sustentação de um regime fiscal capaz de gerar excedentes primários ao longo de alguns anos. Na ausência dessa última e crucial condição teremos uma pseudo-estabilização.

Como meio de sustentação do processo de estabilização com câmbio fixo utiliza-se o poder de contenção de taxas de juros reais muito elevadas. As conseqüências negativas dessa providência, tanto fiscais (aumento das despesas de juros do setor público) quanto monetárias (aceleração do ingresso de capitais externos de curto prazo) e cambiais (apreciação da moeda) contribuirão para agravar o clima de instabilidade ao invés de atenuá-lo.

A definição de âncoras nominais, sobretudo a utilização da taxa nominal de câmbio, tem sido um instrumento poderoso em experiências de estabilização recentes. No caso do Brasil, esse recurso seria único no controle do processo inflacionário, mas não seria possível sustentar esse regime cambial por muito tempo sem a perspectiva de uma situação fiscal compatível, ou seja, a de geração de *superavits* durante um bom tempo, as antecipações de desvalorização e a conseqüente *volta* das taxas de câmbio flexíveis.

As crises financeiras ocorridas na década de 90 e início do século XXI acarretaram substancial aumento de incertezas no mercado financeiro internacional, sobretudo para aplicações ou investimentos em países emergentes (risco de *default*) e debilitaram sobremaneira as finanças públicas, principalmente dos países dependentes de financiamento externo com *deficits* em transações correntes, levando à reversão dos regimes de câmbio fixo para flexível.

No Brasil, esses choques provocaram elevações de taxas de juros e depreciação da taxa de câmbio, assim como a expansão da dívida pública e encurtamento de sua maturidade, determinando processo de fragilização financeira e um risco elevado de *default*.

Nesse contexto, em 1999, disseminou-se a desconfiança quanto à sustentabilidade da política de câmbio fixo do Brasil em virtude da trajetória de crescimento explosivo dos *deficits* fiscais, da dívida pública e da perda de reservas internacionais. Dois dos principais fatores, neste contexto, são a preocupação quanto à sustentabilidade fiscal desses governos e o provável risco de *default*, revertendo, ao fim desse processo, a taxa de câmbio para modelos de livre flutuação.

## **Referências**

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil:** relatório anual. Brasília, v. 33-40, 1997-2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 09 jul. 2007.

BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia:** teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP, 2002.

EDWARDS, Sebastian. The determinants of the choice between fixed and flexible exchange-rate regimes. **NBER Working Paper**, n. 5.756, sep.1996.

FISHER, Stanley. Exchange Rate Regimes: Is the Bipolar View Correct? **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 2, p. 3-24, 2001.

FRANCO, Gustavo H. B. **O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FRANKEL, Jeffrey A. **No single currency regime is right for all countries or at all times**. NBER Working Paper, n. 7.338, Apr. 1999.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

OBSTFELD, Maurice; ROGOFF, Kenneth. The mirage of fixed exchange rates. **NBER Working Paper**, n. 5191, July 1995.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

TRICHES, Divanildo. **Economia política do Mercosul e aspectos monetários, cambiais e o euro em perspectiva**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

WILLET, Thomas D. **The political economy of exchange rate regimes and currency Crises**. Background paper for the Claremont Conference March 2004 on the political economy of exchange rates, comments appreciated, April 1 and 2, 2004. Disponível em: <<http://wfs.cgu.edu/willettt/web/>>. Acesso em: 09 jul. 2007.

# **Redes de empresas** uma análise do desempenho empresarial

---

*Claudionor Guedes Laimer\**

---

**Resumo:** Este estudo analisa o desempenho empresarial na perspectiva de redes de empresas. O estudo tem como enfoque os supermercados da cidade de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa caracteriza-se pela natureza quantitativa com estratégia de levantamento de dados, utilizando a técnica de coleta de dados primários, por meio de questionário estruturado. A amostra representativa foi de 105 supermercados, sendo 40 supermercados associados às redes de empresas e 65 não associados. Para análise e interpretação de dados utilizou-se a estatística descritiva e inferencial (matriz de correlação de *Pearson*, análise fatorial e teste de significância). Os resultados revelaram diferenças significativas em termos de recursos, em especial, as relações de confiança e de cooperação, que possibilitam criar ou ampliar vantagens competitivas às empresas, evidenciadas através do desempenho empresarial. A vantagem competitiva das empresas é demonstrada na avaliação do desempenho empresarial, revelando que os retornos das empresas associadas às redes são superiores à média das empresas do segmento supermercadista.

**Palavras-chave:** Redes de empresas. Supermercado. Desempenho.

---

\* Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); coordenador e professor do curso de Ciências Contábeis da FAPLAN (Faculdades Planalto). E-mail: <laimer@faplan.edu.br>.

**Abstract:** This study analyzes the company performance in the perspective companies networks. This study focus on supermarkets in Passo Fundo, in the state of Rio Grande do Sul. The research is characterized by the quantitative nature with databank strategy, using the technic of collecting primary data by means of structured questionnaire. It was made a test with 105 supermarkets, since that 40 supermarkets were associated to the companies networks and 65 were not associated to it. In the analysis and interpretation of data it was used the descriptive and inferencial statistics (*Pearson's* correlation matrix, factorial analysis and significance test). The results reveal significant differences in terms of resources, in special, the relations of trust and cooperation that makes possible to create or enlarge the competitive advantages to companies, demonstrated through the company performance. The competitive advantage of the companies is demonstrated in the evaluation of the company performance, revealing that the profits from the companies were associated to the networks are superior to the average from those of the supermarket segment.

**Keywords:** Companies networks. Supermarket. Performance.

## **Introdução**

A instabilidade política e econômica e a forte turbulência financeira das últimas décadas provocaram acelerado ritmo de mudanças na economia brasileira. Essas adversidades, aliadas ao aumento da concorrência, a partir da entrada de empresas estrangeiras no mercado nacional, estabeleceram um novo cenário competitivo, gerando insegurança a todas as empresas, especialmente aos supermercados.

O movimento de aquisições e fusões de grandes supermercados nacionais e estrangeiros trouxe preocupações às empresas do segmento, que se obrigaram a estreitar as relações de cooperação com os concorrentes em busca de uma melhor competitividade no mercado. (JUCHEM et al., 2004). As mudanças no cenário competitivo redefiniram a organização do segmento, que apresenta estrutura bastante heterogênea, tendo, de um lado, grandes redes de supermercados, com elevados padrões tecnológicos e de gestão, usufruindo, inclusive, de alto padrão de qualidade, e, de outro, os supermercados com estrutura bastante rudimentar e mantendo em seu quadro funcional os membros da família e pessoal com baixo grau de escolaridade.

Para se manterem competitivos nesse ambiente, os supermercados necessitam promover sistematicamente mudanças em praticamente todas as áreas funcionais. Dessa forma, as redes de empresas, segundo Andia Filho, Lepsch e

Lisboa (2004), surgiram como alternativa estratégica, inicialmente, com o objetivo de reduzir os custos das transações e uma forma de melhorar a utilização de seus recursos. Com isso, as redes interorganizacionais introduzem a idéia de projeto comum, em torno do qual, empresas se agrupam para estabelecerem laços de cooperação. (MARCON; MOINET, 2001). Os laços de cooperação são necessários para manter a competitividade, pois, como destacam Casarotto Filho e Pires (2001), as empresas isoladas possuem poucas condições de competir num ambiente de complexidade e incerteza.

## **1 Fundamentação teórica**

Nas últimas décadas, a teoria das organizações tem revelado um conjunto diversificado de perspectivas teóricas para a análise organizacional. Essas perspectivas são originárias de outras ciências sociais, em especial, da sociologia e da economia, tornando, assim, comum o debate entre sociólogos e economistas no campo organizacional.

As contribuições da sociologia e da economia para a análise das organizações propiciaram o desenvolvimento de diversas perspectivas teóricas, em especial, da perspectiva de redes de empresas.

### **1.1 Origem**

Ao longo dos tempos, as redes têm sido objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, desde ciências como a biologia, a matemática e a física até ciências como a sociologia, a economia e a administração. Esses estudos científicos contemplam as mais variadas abordagens de concepção de rede, embora tenham sido caracterizadas fortemente por uma interdisciplinaridade, cujos fundamentos se baseiam no pensamento sistêmico e complexo. (MARTINHO, 2003).

A origem das redes remonta à Antiguidade, sendo tão antigas quanto às próprias comunidades humanas e, em certos aspectos, foram a estratégia dominante de relação social nas sociedades pré-modernas. (FUKUYAMA, 2000). De certa maneira, algumas regras associadas às redes na atualidade surgiram para neutralizar os problemas ocorridos nas relações sociais do passado.

Nesse sentido, o termo *rede* é muito antigo e origina-se do latim *retis*, que significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma es-

pécie de tecido. (MARTINHO, 2003). A partir da concepção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, o termo foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregado em diferentes situações.

Nos estudos interdisciplinares, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo físico austríaco Fritjof Capra, que compila contribuições de várias ciências, como da física, da matemática e da biologia, para a compreensão do termo *rede*, como um padrão básico de organização. Capra (1998) identifica, com base na contribuição da biologia, que a rede é um padrão comum a todos os sistemas vivos, destacando que os elementos desse sistema estão estruturados de forma reticular.

Outras importantes contribuições são dadas por Marcon e Moinet (2001), que apresentam aspectos relevantes da interdisciplinaridade do termo *rede*, com base na economia, na administração, na sociologia e na ciência da informação. Nesse mesmo sentido, Castells (2003) analisa, a partir da difusão de novas tecnologias da informação e da comunicação, uma estrutura social na ótica de redes. Esse autor menciona que as redes estão em crescimento, especialmente, como uma nova forma de as empresas se organizarem. Com essa diversidade de contribuições científicas torna-se possível delimitar a conceituação do termo *rede*, que se caracteriza fundamentalmente pela interdisciplinaridade.

## 1.2 Definição

No conceito proposto por Martinho (2003), rede é um conjunto de pontos<sup>1</sup> interligados<sup>2</sup>, os quais correspondem ao entrelaçamento de fios que formam uma malha ou uma estrutura reticulada. Numa estrutura de forma reticular se estabelece um padrão organizativo em que predomina uma teia dinâmica de inter-relações. (CAPRA, 1998).

Conceituando de outra forma, a rede pode ser vista como uma teia interconexa de relações, cujas inter-relações determinam a estrutura de toda a teia (CAPRA, 1998). Na concepção de Marcon e Moinet (2001), a rede induz à noção de projeto-comum, em torno do qual se agrupam atores que tecem laços de relações com intuito de compor um sistema.

---

<sup>1</sup> As contribuições científicas consideram os termos *nós*, *nodos*, *nódulos*, *vértices* ou *elos* para designar os pontos da rede.

<sup>2</sup> Os pontos são interligados por conexões que fazem a rede existir. As conexões são os elementos de ligação, conhecidos como "relações", "canais", "linhas", "dutos", "fios" etc.



As relações entre os atores (indivíduos, empresas e instituições) estendem-se em todas as direções. Na percepção de Capra (1998), essas relações, num padrão de rede, são não-lineares, cuja informação pode viajar por um longo caminho cíclico, podendo retornar à origem, ou seja, estabelecendo-se um laço de realimentação. A partir desse laço, a rede pode aprender com seus erros, “pois as conseqüências de um erro se espalharão por toda a rede e retornarão para a fonte ao longo de laços de realimentação”. (CAPRA, 1998, p. 78).

Nesse contexto, nas ciências sociais, mais especificamente, no campo das organizações, o conceito de rede adquire uma diversidade de formas de relações interorganizacionais. “Mediante ampla revisão da literatura [...] o conceito de rede é [...] um conjunto ou uma série de células interconectadas por relações bem definidas”. (AMATO NETO, 2000, p. 46). As denominações de redes no âmbito organizacional também são diversas, tais como pólo, *cluster*, aglomerações, cadeia produtiva, consórcio, arranjo produtivo local e distrito industrial.

Das diversas concepções existentes, adotou-se a de Thorelli (1986), que define rede de empresas como instituição existente entre uma ou mais empresas e o mercado, que, por meio da interação, constituem um subconjunto de um ou mais mercados.

### **1.3 Vantagens competitivas**

Há várias razões para se criar uma rede, como, por exemplo, o intercâmbio de conhecimento, a aprendizagem organizacional, a rapidez de resposta, a confiança e a cooperação. Casarotto Filho e Pires (2001) destacam que uma das alternativas para enfrentar os efeitos da globalização econômica é o sistema econômico local cujo resultado pode ser uma maior competitividade das empresas através da organização em redes de empresas. As empresas integrantes de redes interorganizacionais possuem excelentes condições e extraordinária capacidade para a competitividade. (PORTER, 1999a).

A partir da década de 1980, diversos estudiosos (THORELLI, 1986; JARILLO, 1988; POWELL, 1990; DYER, 1996; UZZI, 1997; GULATI, 1999) têm realizado pesquisas para explicar as redes de empresas. Nesse sentido, Granovetter (1985) retrata que as transações estão inseridas nas relações sociais, permitindo até mesmo a troca de ativos sem contratos. Para Porter (1999b), as relações interorganizacionais evidenciam relações de cooperação entre as empresas.

Por outro lado, o economista britânico Alfred Marshall apresentou um tipo de rede que, atualmente, assemelha-se aos distritos industriais. Para Marshall (1982), a vantagem econômica das empresas adviria da concentração de indústrias especializadas em certas localidades, cuja denominação, na época, era “indústrias localizadas”, das quais surgiram, inicialmente, algumas vantagens, tais como facilidade de acesso por terra ou por água, disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra qualificada.

Na evolução do processo de concentração industrial, Marshall (1982) denomina de economias externas os seguintes fatores: (a) concentração de empresas em determinada localidade, por interdependências tecnológicas existentes entre as atividades, que permite minimizar o custo de transação; (b) formação de mão-de-obra especializada; (c) transferência de conhecimento; (d) infra-estrutura disponibilizada por instituições governamentais ou instituições privadas, beneficiando a concentração de empresas em determinada localidade. (SOUZA, 1999).

A cooperação interempresarial baseia-se na reciprocidade, com a qual as empresas evitam comportamentos oportunistas aproveitando os incentivos para prosseguir a transação. Segundo Hoffmann (2002), a confiança constitui-se numa fonte de recursos para as redes de empresas, uma vez que as empresas que não estão associadas à rede não se beneficiarão do acesso aos mesmos recursos.

Em que pese haver o cálculo dos custos e benefícios, as empresas descobrem ser vantajoso cooperar, de forma similar, quando suas interações são repetidas e constatando seu desempenho no decorrer do tempo. (LOCKE, 2001). Com isso, a cooperação entre as empresas apresenta enfoques distintos de relações entre seus fornecedores e de relações socioculturais. As relações entre as empresas caracterizam-se como forma de cooperação, considerando a interdependência do arranjo em rede. (HOFFMANN, 2002).

As relações potencializam as negociações das empresas junto aos fornecedores, nas atividades de compra e promoção com melhores condições. O poder de barganha resultante das relações de cooperação entre os concorrentes beneficia as negociações das empresas, as quais obtêm melhor qualidade, melhor serviço e preços reduzidos. (HITT et al., 2003).

A partir de uma atmosfera de confiança, estabelecer acordos será mais fácil, visto que o ambiente propicia menores custos de transação. (WILLIAMSON, 1991). Dessa forma, admite-se que a confiança é o pressuposto básico das relações de cooperação e fator decisivo, conduzindo a que os parceiros respeitem os compromissos assumidos entre as empresas integrantes de determinada rede.

Nesse sentido, a confiança pode ser considerada ativo estratégico da empresa, podendo ser uma forma de coibir o comportamento oportunista. Quando presente, as empresas têm menor necessidade de estabelecer contratos formais para especificar padrões esperados de ação e interação. As relações entre empresas baseadas na confiança reduzem os custos de transação, em termos de contratos formais e estruturas de governança.

Portanto, a confiança como recurso estratégico reduz os custos de transação, os quais viabilizam a cooperação entre as empresas, gerando recursos externos a todas as empresas de dentro das redes.

#### **1.4 Tipologia de redes**

A diversidade de tipologias de redes de empresas provoca certa ambigüidade na própria concepção do termo. Essa questão foi objeto de análise de Castells (2003), com base no argumento de que as redes interorganizacionais aparecem sob diferentes formas, em diferentes contextos e a partir de expressões culturais diversas. Entretanto, esse estudo descreve a tipologia de redes desenvolvida pelos pesquisadores europeus Marcon e Moinet (2001), os quais, em notável estudo, apresentam um mapa de orientação conceitual (Figura 1), indicando uma bússola analítica com dois eixos principais: um no sentido vertical, que define a natureza dos laços tecidos entre os atores (da subordinação hierárquica à cooperação escolhida); outro no sentido horizontal, que estabelece o grau de formalização das relações entre os atores (do formal contrato jurídico à informal cumplicidade).

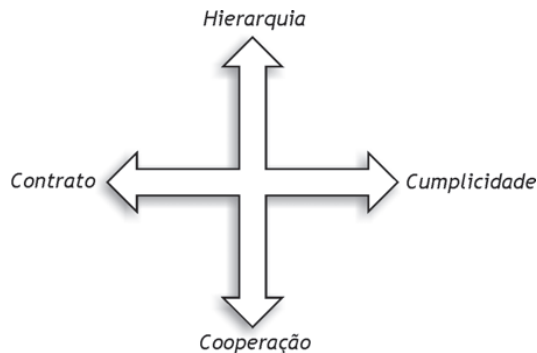


Figura 1 - Mapa de orientação conceitual.  
Fonte: Marcon e Moinet (2001).

Segundo as orientações desse mapa conceitual, pode-se observar que o eixo vertical se relaciona com a natureza dos elos gerenciais estabelecidos entre os atores da rede. Tais elos podem representar uma atividade de cooperação, no caso de uma rede horizontal, como as redes de cooperação entre empresas; ou grau de ligação hierárquico, no caso de uma rede vertical, como uma rede do tipo matriz/filial. Já o eixo horizontal representa o grau de formalização estabelecido nas relações entre os atores. Esse grau pode mover-se de uma conveniência informal entre os atores, no caso de relações de amizade, afinidade e parentesco, tal como ocorre nas associações, nos clubes, nas redes de amigos e, até, em relações formalmente estabelecidas por contratos entre as partes no caso de contratos jurídicos, como ocorre na formação de *joint-venture*.

## **2 Metodologia da pesquisa**

Para viabilizar a análise do desempenho empresarial, na perspectiva de redes de empresas, apresenta-se a descrição dos procedimentos metodológicos, que fundamentam-se na pesquisa quantitativa com estratégia de levantamento de dados. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou de determinado fenômeno, ou, então, o estabelecimento de associações entre variáveis. (RICHARDSON, 1999).

Os procedimentos metodológicos estão divididos em duas fases, uma exploratória e outra descritiva. A exploratória visa obter informações e dados estatísticos em instituições locais, para conhecer aspectos inerentes ao universo pesquisado. Na fase descritiva, objetiva-se a descrever as etapas de pesquisa, para estruturar as informações e dados coletados na fase exploratória para análise e interpretação posteriores.

O universo da pesquisa compreende minimercados e supermercados da cidade de Passo Fundo, definidos no estudo como *supermercados*, classificados como *estabelecimentos comerciais com auto-atendimento e venda*, predominantemente, de produtos alimentícios com até cinco mil metros quadrados (Quadro 1). Esse universo foi estimado em 196 empresas, através da base de dados do Ministério do Trabalho, referente à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), visto serem estas as declaradas.

Quadro 1 - Classificação Nacional de Atividade Econômica - Fiscal.

CNAE-F	Atividade	Descrição da atividade
5213-2/01	Minimercado	- As atividades dos estabelecimentos comerciais com auto-atendimento e venda predominante de produtos alimentícios variados em estabelecimentos com sortimento limitado, com área de venda inferior a 300 metros quadrados.
5212-4/00	Supermercado	- As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios variados e que, também, oferecem um gama variada de outras mercadorias, tais como utensílios domésticos, roupas, ferragens etc., com área de venda entre 300 a cinco mil metros quadrados.
5211-6/00	Hipermercado	- As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios variados e que, também, oferecem um gama variada de outras mercadorias, tais como utensílios domésticos, roupas, ferragens etc., com área de venda superior a cinco mil metros quadrados.

Fonte: Adaptado de IBGE (2003).

Na definição da amostra de pesquisa foram escolhidas 105 empresas, como amostragem intencional, representando parte significativa do universo (Tabela 1). A utilização desse tipo de técnica de amostragem deve-se à dificuldade para obtenção de uma lista com todos os elementos do universo pesquisado. Essa amostragem demonstra em nível de confiança de 95%, um erro amostral menor do que 7%.

Tabela 1 - Amostra de pesquisa.

Empresas	Universo estimado	Amostra pesquisada	Percentual de amostragem
Não associadas às redes	118	65	55,08%
Associadas às redes	78	40	51,28%
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>105</b>	<b>53,57%</b>

## 2.1 Técnica de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de um instrumento elaborado de forma estruturada, que utilizou uma escala de discordância/concordância, composta de sete pontos, do tipo Likert, em valores menores indicavam maior discordância e valores maiores indicavam maior concordância em relação à situação da empresa.

Na definição dos indicadores de desempenho empresarial, ocorreram limitações quanto à disponibilidade de dados do universo em análise, em especial, por dois fatores fundamentais:

- Inexistência de contabilidade regular, que proporcione a elaboração de relatórios contábeis a fim de possibilitar a extração de indicadores;
- Restrições administrativas no que se refere ao repasse de informações contábeis consideradas sigilosas, impossibilitando a obtenção de dados numéricos.

Dessa forma, considerando as limitações impostas, utilizam-se com base na literatura, os seguintes indicadores:

- **Faturamento:** faixa de faturamento bruto anual do supermercado;
- **Crescimento:** variação do faturamento do supermercado nos últimos cinco anos;
- **Check-out:** número de *check-out* do supermercado;
- **Pessoal:** número de pessoas que trabalham no supermercado;
- **Tamanho:** tamanho da área de vendas do supermercado.

Os indicadores descritos acima fizeram parte de diversas pesquisas, como o estudo realizado nos supermercados de Salvador, que utilizou o faturamento das empresas para mensuração do desempenho empresarial (FEITOSA; JORGE NETO, 2001), e o estudo desenvolvido por Sampaio e Perin (2003), que utilizaram os indicadores de faturamento, pessoal e área de vendas. Na pesquisa anual da revista *Super Hiper* utilizaram-se os indicadores faturamento, *check-out*, pessoal e tamanho da área de vendas, para analisar as maiores empresas supermercadistas do país. (SOUSA, 2005).

A partir da elaboração do instrumento de coleta de dados, realizou-se a aplicação do pré-teste, que visou verificar o tempo despendido para realizar a entrevista e a compreensão do instrumento pelo respondente. A aplicação do pré-teste foi realizada em duas etapas: (1) Aplicação do instrumento de coleta em três supermercados aleatoriamente, ou seja, em pontos distintos da cidade; (2) Visando a uma nova adequação do conteúdo do instrumento de coleta, este aplicado nos três supermercados da primeira etapa e em mais um.

A aplicação do instrumento de coleta de dados foi realizada pelo próprio pesquisador com os gestores das empresas, sendo 95% sócios e 5% gerentes. O tempo despendido na aplicação de cada instrumento foi de 25 a 30 minutos.

## **2.2 Técnica de análise dos dados**

Na análise utilizou-se o *software* estatístico *SPSS 10 for Windows* para realizar o tratamento dos dados, através da estatística descritiva (média e desvio-padrão) e estatística inferencial (matriz de correlação de Pearson, análise fatorial e teste de significância t de *Student*). A matriz de correlação tem como objetivo determinar se existe uma relação linear entre duas variáveis, indicando o grau de variação entre ambas. O coeficiente de correlação linear de Pearson encontra-se num intervalo de  $-1,00$  a  $+1,00$ , considerando que os valores próximos de zero possuem fraca ou nenhuma correlação, ao passo que os valores que se aproximam de  $-1,00$  ou  $+1,00$  possuem forte correlação entre duas variáveis. Na correlação positiva, as variáveis caminham num mesmo sentido; na correlação negativa, em sentidos opostos. (BARBETTA, 2003).

A análise fatorial é um processo utilizado para redução, sumarização e interpretação dos dados. (JOHNSON; WICHERN, 2002). Quando há um grande número de variáveis e a maioria delas são correlacionadas, pode-se reduzi-las a fim de melhorar a interpretação dos dados.

Para aplicação do teste t de *Student* foi realizada a análise das médias das amostras das empresas associadas às redes e das que não estão associadas, a fim de compará-las, evidenciando diferenças significativas. A probabilidade de significância (valor de p) da distribuição t de *Student* encontra-se num intervalo de 0,25 a 0,001. Considera-se o nível de significância ideal de 5% ( $p < 0,05$ ), que é usual nos estudos científicos. (BARBETTA, 2003).

## **3 Resultados da pesquisa**

### **3.1 Análise dos dados**

O desempenho empresarial está estreitamente ligado ao resultado da empresa e está relacionado ao valor do faturamento (*faturamento*), à variação do faturamento (*crescimento*), ao número de *check-out* (*check-out*), ao número de pessoas que trabalham no supermercado (*pessoal*) e ao tamanho da área de vendas (*tamanho*). A relação do desempenho empresarial com esses indicadores é objeto de uma pesquisa anual da revista Super Hiper, que revela as maiores empresas supermercadistas do país. (SOUSA, 2005).

Tabela 2 - Estatística descritiva e matriz de correlação (n=105).

Indicadores	Média	DesvPad	I <sub>1</sub>	I <sub>2</sub>	I <sub>3</sub>	I <sub>4</sub>	I <sub>5</sub>
I <sub>1</sub> : Faturamento	1,657	0,618	1,000				
I <sub>2</sub> : Crescimento	3,971	2,581	* 0,519	1,000			
I <sub>3</sub> : Pessoal	2,429	1,669	* 0,788	* 0,472	1,000		
I <sub>4</sub> : Check-out	3,171	2,443	* 0,747	* 0,463	* 0,696	1,000	
I <sub>5</sub> : Tamanho	1,200	0,402	* 0,550	* 0,311	* 0,516	* 0,582	1,000

Nota: Correlação de Pearson significativa aos níveis: \* p<0,01.

Na análise da matriz de correlação, constata-se que a média mais alta e a maior dispersão de valores foram obtidos pelo indicador *crescimento*, ao passo que a média mais baixa e a menor dispersão de valores são obtidos pelo indicador *tamanho*.

A tabela 2 evidencia correlações positivas fortes, moderadas e fracas. As correlações positivas fortes ocorrem entre os indicadores *faturamento*, *pessoal* e *check-out*, variando de 0,696 a 0,788. As correlações positivas moderadas predominam na matriz de correlação, enquanto que a correlação positiva fraca ocorre apenas entre os indicadores *crescimento* e *tamanho*, ou seja, entre a variação do faturamento e o tamanho da área de vendas do supermercado.

Por outro lado, constata-se uma correlação positiva forte entre o valor do faturamento e o número de pessoas que trabalham no supermercado, e entre o valor do faturamento e o número de *check-out*. Essa correlação também ocorre entre o número de pessoas que trabalha no supermercado e o número de *check-out*. Dessa forma, confirma-se a pesquisa realizada pela revista *Super Hiper* (SOUSA, 2005), que indica a existência de correlação entre os três indicadores (*faturamento*, *pessoal* e *check-out*).

A aplicação do modelo de análise fatorial sugerida a partir do teste de KMO apresenta uma adequacidade de 85% (KMO = 0,849), ao passo que a consistência interna mostra 75% (coeficiente *alpha* de Cronbach = 0,7490) de confiabilidade.

Na tabela 3, a extração das comunalidades apresenta os indicadores *crescimento* (0,432) e *tamanho* (0,523) com extrações baixas, sugerindo a exclusão da análise fatorial. (PESTANA; GAGEIRO, 2000).



Tabela 3 - Análise fatorial do desempenho das empresas.

Indicadores	Extração 1ª análise	Fator 1ª análise	Extração 2ª análise	Fator 2ª análise
I <sub>1</sub> : Faturamento	0,818	0,905	0,864	0,930
I <sub>2</sub> : Crescimento	0,432	0,657		
I <sub>3</sub> : Pessoal	0,761	0,872	0,828	0,910
I <sub>4</sub> : Check-out	0,764	0,874	0,796	0,892
I <sub>5</sub> : Tamanho	0,523	0,723		
Variância explicada				82,923%
Coefficiente <i>alpha</i>				0,7668

A partir da exclusão dos indicadores (*crescimento* e *tamanho*) realizou-se nova análise fatorial. O teste de KMO apontou redução na adequação dos dados de 85% para 74% (KMO = 0,740), enquanto que a consistência interna revelou uma elevação de 75% para 77% (coeficiente *alpha* de Cronbach = 0,7668) de confiabilidade. Dessa forma, a análise fatorial produziu um único fator que explica 82,92% da variância total.

### 3.2 Interpretação dos dados

Os indicadores que compõem o desempenho empresarial (Tabela 4) mostram diferenças significativas entre as empresas associadas às redes e as que não estão associadas às redes. As médias dos indicadores (*faturamento*, *pessoal* e *check-out*) são significativamente maiores nas empresas associadas às redes do que nas empresas que não estão associadas.

Apesar de o desempenho ser significativamente melhor nas empresas associadas às redes, as médias estão próximas ou abaixo do meio da escala. Esse fato indica que as interpretações das médias devem ser realizadas individualmente, considerando o significado de cada parte da escala.

Tabela 4 - Comparação dos resultados entre empresas associadas e não associadas às redes.

Indicadores	Tipo de empresa	Número de empresas	Média	Desvio-padrão	t de Student
Faturamento	Não associada	65	1,415	0,610	* 5,882
	Associada	40	2,050	0,389	
Pessoal	Não associada	65	1,831	1,635	* 5,240
	Associada	40	3,400	1,215	
Check-out	Não associada	65	2,338	2,252	* 4,926
	Associada	40	4,525	2,136	

Nota: Teste t de Student significativo ao nível: \*  $p < 0,001$ .

No que se refere ao indicador *faturamento*, as empresas associadas às redes estão mais próximas do meio da escala do que as empresas não-associadas. A parte inferior da escala representa o faturamento anual inferior a R\$ 120.000,00, ao passo que o meio da escala registra o faturamento anual entre R\$ 120.000,00 e R\$ 1.200.000,00.

O indicador *pessoal* revela que a parte inferior da escala registra até cinco pessoas envolvidas com as atividades da empresa, ao passo que o meio da escala contém entre 6 a 19 pessoas envolvidas com as atividades empresariais.

Por outro lado, no indicador *check-out* a parte inferior da escala mostra a existência de apenas um *check-out*, ao passo que o meio da escala demonstra a existência de dois *check-outs*. A parte superior da escala indica a existência de três ou mais *check-outs*.

De forma geral, os indicadores relacionados ao desempenho empresarial são mais significativos nas empresas associadas do que nas não-associadas. Esses resultados sugerem que o melhor desempenho empresarial dos supermercados ocorre entre as empresas associadas às redes.

Os resultados revelam que os retornos das empresas associadas são superiores à média das empresas do segmento supermercadistas. Via de regra, o retorno é mensurado através de indicadores econômicos e financeiros, como retorno sobre os ativos, o patrimônio, as vendas. (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003). No entanto, baseado nas limitações descritas, o retorno apurado através de indicadores de desempenho disponíveis apresenta diferenças significativas, comprovando a existência de vantagens competitivas das empresas associadas às redes.

Nesse sentido, os resultados do desempenho empresarial comprovam que as empresas associadas às redes possuem vantagens competitivas em relação às empresas não-associadas, o que confirma as evidências apresentadas na pesquisa realizada por Hoffmann (2002) sobre a indústria de cerâmica.

As relações de cooperação entre as empresas contribuem à redução dos custos de transação e dos investimentos para aumentar os retornos futuros. Essas relações potencializam as negociações das empresas junto aos fornecedores, nas atividades de compra e promoção com melhores condições. O poder de barganha resultante das relações de cooperação entre os concorrentes beneficia as negociações das empresas, as quais obtêm melhor qualidade, melhor serviço e preços reduzidos. (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003).

O desempenho das empresas pode ser aumentado em conseqüência da dependência mútua, ou seja, a interdependência dos associados de uma rede, fazendo com que todos cooperem para atender aos interesses comuns de todas as partes. (HOFFMANN, 2002). Ao compartilhar recursos, as empresas associadas às redes promovem externalidades que geram benefícios a todas as partes. Assim, os resultados do desempenho empresarial tendem a evidenciar vantagens competitivas das empresas associadas às redes.

### ***Considerações finais***

Este estudo analisou o desempenho empresarial dos supermercados na perspectiva de redes de empresas. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa quantitativa visando caracterizar as empresas associadas às redes e as empresas que não estão associadas às redes, e em seguida, realizou-se a análise do desempenho empresarial, através de indicadores identificados no estudo.

A análise do desempenho empresarial possibilita evidenciar, que em conseqüência da interdependência dos membros integrantes de uma rede, existe a cooperação para atender aos interesses comuns. Essa cooperação propicia a geração de novos recursos, ou seja, promovem as externalidades que beneficiam aos demais integrantes. Com isso, os resultados do desempenho empresarial evidenciam que as empresas que estão associadas a uma rede possuem vantagens competitivas em relação às demais empresas do segmento supermercadista.

A vantagem competitiva gerada a partir da rede de empresas possibilita a obtenção de melhores resultados, ou seja, melhor desempenho empresarial. Neste estudo demonstra-se que na análise do desempenho empresarial, que

as empresas associadas às redes possuem uma diferença significativa nos indicadores de faturamento, no número de *check-out* e no número de pessoas que trabalham no supermercado.

Dessa forma, o presente estudo apresenta como contribuição científica uma análise comparativa entre as empresas associadas às redes e as não-associadas, bem como a definição de indicadores específicos do segmento supermercadista para a mensuração do desempenho empresarial.

A pesquisa apresentou algumas limitações, em especial, a disponibilidade dos dados estatísticos para realizar um levantamento fidedigno do universo em estudo. Há também limitações quanto à disponibilidade de dados referentes ao desempenho empresarial. Apesar da existência de legislação que determina a elaboração de relatórios contábeis, as empresas limitam-se a informar ao fisco somente o que é pertinente. Além disso, houve restrições administrativas referentes à divulgação dos dados econômicos e financeiros das empresas.

Por fim, sugere-se para futuras pesquisas, análise comparativa entre o segmento supermercadista e outros segmentos que possuam redes de empresas, para verificar a existência de diferenças significativas entre os segmentos, bem como, utilizar outras técnicas de tratamento estatístico para apurar novos resultados.

## Referências

- AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas: Fundação Vanzolini, 2000.
- ANDIA FILHO, L.; LEPSCH, S. L.; LISBOA, T. C. O associativismo como estratégia competitiva de empresas de pequeno porte: um estudo de caso na associação regional de supermercados do interior do estado de São Paulo. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ESTRATÉGIA, 17., 2004, Itapema. **Anais...** Itajaí: UNIVALI, 2004.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2003.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DYER, J. H. Specialized supplier networks as a source of competitive advantage: evidence from the auto industry. **Strategic Management Journal**, v. 17, p. 271-291, 1996.

FEITOSA, N. D.; JORGE NETO, P. M. Inovação, orientação para o marketing e desempenho nas empresas supermercadistas de Salvador. In.: ANGELO, C. F.; SILVEIRA, J. A. G. (Coord). **Varejo competitivo**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 5.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**: a natureza e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, p. 481-510, 1985.

GULATI, R. Network location and learning: the influence of network resource and firm capabilities on alliances formation. **Strategic Management Journal**, v. 20, p. 397-420, 1999.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**: competitividade e globalização. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOFFMANN, V. E. **Factores competitivos de la empresa a partir de la perspectiva de los distritos industriales**: um estudio de la industria cerámica de revestimiento brasileña. Tese (Doctoral)- Universidad de Zaragoza, 2002.

IBGE. **Classificação nacional de atividades econômicas fiscal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JARILLO, J. C. On strategic networks. **Strategic Management Journal**, v. 9, p. 31-41, 1988.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

JUCHEM, D. M.; MARASCHIN, C. N.; PADILHA, A. C. M. Formação de redes como estratégia para competir no setor supermercadista do Rio Grande do Sul. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTRATEGIA, 17., 2004, Itapema. **Anais...** Itajaí: UNIVALI, 2004.

LOCKE, R. M. Confiança e desenvolvimento local. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 253-281, dez. 2001.

MARCON, C.; MOINET, N. **Estratégia-rede**: ensaio de estratégia. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da competitividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil, 2003.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementaridade do SPSS. 2. ed. Lisboa: Silabo, 2000.

PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. In: PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999a.

\_\_\_\_\_. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999b.

POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: networks forms of organization. **Research in Organizational Behavior**, v. 12, p. 295-336, 1990.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPAIO C. H.; PERIN, M. G. Relação entre orientação para o mercado, porte e performance empresarial. In.: ANGELO, C. F.; SILVEIRA, J. A. G. (Coord). **Varejo competitivo**. São Paulo: Atlas, 2003. V.7.

SOUSA, W. Os bons resultados do setor. **Revista Superhiper**, São Paulo, ano 31, n. 353, p. 26-35, maio 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

THORELLI, H. B. Networks: between markets and hierarchies. **Strategic Management Journal**, v. 7, p. 37-51, 1986.

UZZI, B. Social structure and competition in inter-firm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, v. 42, p. 35-67, 1997.

WILLIAMSON, O. E. Strategizing, economizing, and economic organization. **Strategic Management Journal**, v. 12, p. 75-94, 1991.







# **Política editorial**

## **a) Da revista**

A Revista Contemporânea é mais um dos esforços da FAPLAN em estimular a produção do conhecimento científico em seu corpo docente de todos os cursos de graduação. É uma publicação que abriga textos da área de ciências sociais aplicadas, no entanto, não é específica de uma sub-área. E, para isso, busca manter, a cada número, um equilíbrio entre as diversas áreas que constituem o campo de trabalho das ciências sociais aplicadas.

Conta com um conselho editorial bastante qualificado, entre eles, mestres e doutores, de diferentes instituições, inclusive do estrangeiro. Tudo isso para cumprir o objetivo principal da revista, que é a disseminação do conhecimento, seja no meio acadêmico, seja na própria comunidade, tarefa essa entendida pela FAPLAN como nobre dever de uma instituição de ensino superior.

A revista tem periodicidade semestral e tem preferência por artigos de professores, pesquisadores (inclusive de outras instituições de ensino), mestrandos ou doutorandos. Há, ainda, espaço e incentivo para as produções científicas de outros profissionais externos ao meio acadêmico. Enfim, a revista está aberta ao saber.

## **b) Das normas para publicação**

Os artigos para publicação na revista devem ser entregues por meio da *internet*. Porém, antes de enviar um artigo científico para a revista, é necessário que sejam seguidas algumas normas de pré-formatação do texto, conforme explicado a seguir.

### **Do processo de avaliação dos artigos científicos**

Os textos são examinados preliminarmente pelo Conselho Editorial, a fim de verificar a conformidade com as normas básicas aqui apresentadas e tomar conhecimento do assunto abordado. Após, os artigos são avaliados por dois membros do Conselho Técnico-Científico, os quais apresentam, além do parecer quanto à publicação, sugestões de possíveis melhorias quanto à forma e ao conteúdo do artigo.

A aceitação do trabalho está condicionada à aprovação dos seguintes quesitos:

- 1) *contribuição científica* para a área das ciências sociais aplicadas;
- 2) *consistência e coerência* da apresentação, do desenvolvimento teórico, da análise, das conclusões e dos procedimentos metodológicos adotados. Sendo assim, o envio de um texto à revista não garante sua publicação na mesma.

### ***Do parecer sobre o artigo encaminhado***

Os autores serão comunicados por meio de um parecer de aprovação de seu artigo, o qual será enviado por *e-mail* ou por carta, em aproximadamente 60 dias, a partir da data de recebimento do artigo.

### ***Dos direitos autorais***

Os autores cedem os direitos de reprodução para a Revista Contemporânea. Quanto aos direitos autorais, os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo das contribuições.

A título de gratificação, os autores que tiverem artigos publicados numa edição da revista, receberão quatro exemplares da mesma.

### ***Das publicações em língua estrangeira***

Para este tipo de publicação, o artigo pode ser encaminhado em língua portuguesa ou estrangeira à Revista Contemporânea.

### ***Da revisão dos textos***

É exigido dos autores que executem uma revisão ortográfica e gramatical básica no texto. Entretanto, o texto será submetido a uma revisão profissional antes de ser publicado.

### ***Da quantidade de texto***

Os artigos a serem submetidos à apreciação para publicação devem ter de 10 a 20 páginas (já considerando as normas de formatação indicadas adiante), incluindo referências e notas.

Os ensaios devem ter de 5 a 10 páginas (também considerando as normas desta revista). Esse tipo de texto deve ser caracterizado por uma abordagem crítica que leve o leitor a uma reflexão sobre temas importantes da área das ciências sociais aplicadas.

## ***c) Da forma visual de apresentação do artigo***

### ***Da primeira página da apresentação (capa)***

Pede-se que seja impressa numa folha separada da do trabalho científico uma capa contendo os dados básicos do artigo e do autor:

- Título do trabalho;
- Nome completo do(s) autor(es);

- Titulação (especialista, mestre, doutor);
- Instituição a qual está ligado e cargo que desempenha;
- Áreas de interesse de pesquisa ou de atuação;
- Endereço para contato, telefone, fax, *e-mail*.

### **Da estrutura física do artigo científico**

- Tipo de arquivo: arquivo processador de texto (em Word ou programas similares).
- Formato do papel: A4 (21 cm x 29,7 cm).
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12.
- Alinhamento: justificado.
- Espaçamento: 1,5 entre linhas.
- Margens: superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm.

### **Da estrutura organizacional do artigo científico**

- Título em português e noutra língua estrangeira (preferencialmente inglês ou espanhol);
- Resumo em português (150 a 200 palavras), alinhado à esquerda, o qual deve conter: objetivo, método, resultado e conclusões num único parágrafo. E, ainda, de três a cinco palavras-chave.
  - Resumo (*abstract*) em língua estrangeira (preferencialmente inglês ou espanhol) com 150 a 200 palavras, alinhado à esquerda, o qual deve ter o mesmo conteúdo organizacional do resumo em português, incluindo de três a cinco palavras-chave (*keywords*).
- O corpo do texto é a parte onde constará o desenvolvimento do trabalho, o qual comumente pode conter subdivisões numeradas, porém, convém lembrar que caso houver a subseção “introdução”, esta não deve ser numerada, assim como a “conclusão” e as “referências”. As referências no corpo do texto devem utilizar o sistema autor-data, a fim de evitar a colocação excessiva de rodapés de referências completas, já que estas informações já vão constar no fim do artigo, reservando o uso do rodapé para informações textuais complementares. O restante segue as normas básicas de apresentação textual.
  - As ilustrações (quadros, tabelas, figuras etc.), quando houverem, devem ser apresentadas no corpo do texto, identificadas com legenda e numeração seqüencial (Quadro 1, Quadro 2... Tabela 1, Tabela 2... Figura 1, Figura 2 etc.). Artigos cujas ilustrações não possam ser incorporadas ao mesmo arquivo (como, por exemplo, no Word), devem ser enviadas em separado num arquivo diferente do arquivo de texto. Nesses casos, a melhor posição para ilustrações deve estar indicada no corpo do texto (entre parágrafos, entre subseções etc.).
  - As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, conforme normas da ABNT (NBR 6023).

### **Do envio do artigo científico**

*As contribuições devem ser enviadas para o e-mail:*  
<revistacontemporanea@faplan.edu.br> ou para <sidinei@faplan.edu.br>.





Revista  
**Contemporânea**

de ciências sociais  
aplicadas da Faplan

jan./jun. • 2007 • ano 4 • n. 6

I

**ADMINISTRAÇÃO**

▶ **LEMBRANÇA DE MARCA E INTENÇÃO DE COMPRA: UM ESTUDO NO VAREJO DE ELETRODOMÉSTICOS**

(Aline Mara Meurer, Fabrise Muller, Rafael Andretti, Renata Gonzalez)

▶ **THE CHARACTERIZATION OF A NETWORK AMONG FARMERS IN THE GAUCHO CHAIN OF BEEF**

(Luis Kluwe Aguiar, Alessandra Costenaro Maciel, Julio Otavio Jardim Barcellos, Guilherme Cunha Malafaia, Roni Blume)

▶ **MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E O MERCADO HABITACIONAL**

(Gustavo Londero Brandli, Luciana Londero Brandli)

II

**DIREITO**

▶ **COMUNIDADES TRADICIONAIS VIVÊNCIAS E CONQUISTAS PARA A PRESERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E CULTURAL**

(Carolina Giordani Kretzmann, Raquel Fabiana Lopes Sparemberger)

▶ **JUSTIÇA INTERNACIONAL CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DE JOHN RAWLS E AMARTYA SEN**

(Neuro José Zambam)

▶ **A ATIVIDADE JURISDICIONAL E O PROCESSO HERMENÊUTICO PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO POR MEIO DA PROPORCIONALIDADE**

(Fernanda Demarchi Matielo)

III

**CONTÁBEIS**

▶ **A EXPERIÊNCIA DO BRASIL PÓS-PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO**

(Luís Antônio Sleimann Bertussi)

▶ **REDES DE EMPRESAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO EMPRESARIAL**

(Claudionor Guedes Laimer)

